

EDSON MOISÉS PAGANI

**DAS ARMAS E DOS HOMENS: Estudo das sociabilidades dos integrantes
das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777).**

**CURITIBA
2011**

EDSON MOISÉS PAGANI

**DAS ARMAS E DOS HOMENS: Estudo das sociabilidades dos integrantes
das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777).**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Andreazza.

**CURITIBA
2011**

Catálogo na publicação
Aline Brugnari Juvenância – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Pagani, Edson Moisés

Das armas e dos homens: estudo das sociabilidades dos integrantes das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777) / Edson Moisés Pagani. – Curitiba, 2011. 132 f.

Orientador: Profª. Drª. Maria Luiza Andrezza
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Cavalaria – Curitiba (PR) – História. 2. Cavalaria – Curitiba (PR) - Sociabilidade. I. Título.

CDD 981.62




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Edson Moisés Pagani, intitulada: **Das armas e dos homens: estudo das sociabilidades dos integrantes das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua ^{aprovação} ~~aprovação~~ completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e seis de agosto de dois mil e onze.


Profa Dra Maria Luiza Andrezza
Presidente da Banca Examinadora


Profa Dra Cacilda da Silva Machado (UFRJ)
1º Examinador


Profa Dra Martha Daisson Hameister (UFPR)
2º Examinador

A minha querida avó, que me contou as primeiras histórias que me fascinaram.

AGRADECIMENTOS

Sempre ao final de uma caminhada muitas vezes esquecemos de tantas pessoas que nos auxiliaram para que possamos superar as dificuldades apresentadas. Não foram poucas as dificuldades impostas para a conclusão da pesquisa, mas graças a Deus também não foram poucas as pessoas colocadas no meu caminho para me auxiliarem a chegar ao destino final deste estudo. Neste sentido, o agradecimento maior é para com Deus que sempre me guiou por mares navegáveis, que por mais turbulências que encontrei Ele sempre esteve ao meu lado. Agradeço a paciência de minha amorosa esposa, Fabiana, por sempre “agüentar” meus maus humores frutos geralmente das tensões impostas pelas pesquisas. Agradeço a todos os meus professores que me ajudaram a amadurecer meus conhecimentos, em especial ao professor Carlos Alberto de Medeiros Lima, que sempre me atendeu com tanta atenção em seu gabinete. Conversas que foram sempre prazerosas que agora sinto muitas saudades.

Agradeço ao CEDOPE, e a todos que o mantêm sempre de portas abertas, pois, sem o seu acervo seria improvável, qualquer tentativa de pesquisa.

Agradecimento especial a Professora Maria Luiza Andreazza que desde os tempos da graduação me encaminhou no universo admirável e sedutor do historiador. Muitas vezes quando me faltou paixão pelo nosso ofício foi em minha querida orientadora que busquei inspiração, em seu amor pelo seu trabalho encontrei forças para continuar meus estudos. Portanto, obrigado professora. Reservo, contudo um agradecimento a todos os agentes anônimos que em algum momento no tempo e no espaço, salvaram o que para muitos são somente objetos antigos sem valor algum, são para nós historiadores o nosso fascínio.



A lança é dada ao cavaleiro para significar a verdade (...); e a verdade vai à frente da falsidade e o ferro da lança significa a força (...); e o pendão significa a verdade que se mostra a todos. E a espada de cavaleiro significa que o cavaleiro deve manter com a espada a cavalaria e a justiça.

Ramon Llull.

O meu passado é tudo quanto não consegui ser. Nem as sensações de momentos idos me são saudosas: o que se sente exige o momento; passado este, há um virar de página e a história continua, mas não o texto.

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

INTRUDUÇÃO	01
CAPÍTULO I – Armas na Sociedade	09
1.1 Armas e Homens	09
1.2 A Reestruturação Militar Pombalina	18
1.3 A Militarização dos “ <i>Campos de Curitiba</i> ”	26
CAPÍTULO II – Cavalo, catana e clavina na vila de Curitiba.	40
2.1 Homens de Armas: seu Corpo Militar e seu Material Bélico	40
2.2 Os Cavalarianos no Planalto Curitibano	53
2.3 Corpos de armas: exploração e conquista das “terras bravias”	68
CAPÍTULO III – Sociabilidade dos homens de armas.	
3.1 Espada e Aliança: a construção de redes sociais através do matrimônio	82
3.2 “Paisanos Armados” na pia batismal: estratégias na elaboração das relações de compadrio	91
3.3. Homens de armas sem soldo: necessitam mais do que suas espadas para viver	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
FONTES	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

LISTAS DAS TABELAS, GRÁFICOS, ORGANOGRAMAS E FIGURAS.

TABELAS.

Tabela 1. Distribuição e efetivo dos Regimentos da Capitania de São Paulo, situados espacialmente em “Serra Acima”, no governo de Morgado de Mateus, no ano de 1767__	34
Tabela 2. Distribuição e efetivo dos Regimentos da Capitania de São Paulo, situados espacialmente na “Marinha”, no governo de Morgado de Mateus, no ano de 1767_____	34
Tabela 3. Distribuição do efetivo de auxiliares conforme a companhia em que é destacado e a posição que ocupa na hierarquia da mesma_____	41
Tabela 4. Distribuição do efetivo das Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do <i>Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá</i> , de 1776, de acordo com os postos no seu interior_____	44
Tabela 5. Ano de assentamento e o número de auxiliares alistados em cada um deles das Companhias de Cavalaria Auxiliares da vila de Curitiba, de 1776_____	46
Tabela 6. Auxiliares da Primeira e Terceira Companhia de Cavalaria que possuem ou não equipamento e armamento_____	47
Tabela 7. O número de cavalarianos distribuídos conforme sua idade nas respectivas faixas etárias no interior das Companhias de Cavalaria Auxiliar, da vila de Curitiba, na data de elaboração dos <i>Mapas de Recrutamento</i> , de 1776_____	56
Tabela 8. O número de cavalarianos distribuídos conforme sua idade nas respectivas faixas etárias no interior das Companhias de Cavalaria Auxiliar, da vila de Curitiba, na data de assentamento nos corpos auxiliares cavalarianos_____	57
Tabela 9. Estado civil dos cavalarianos alistados nas Companhias de cavalaria da vila de Curitiba, de 1776_____	58
Tabela 10. Naturalidade dos cavalarianos que integram as Companhias de cavalaria da vila de Curitiba, no ano de 1776_____	60
Tabela 11. Naturalidade dos cavalarianos dispostos em três grupos principais: Vila de Curitiba, Capitania de São Paulo e Reino e Ilhas_____	61
Tabela 12. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme a estatura aludida nos Mapas de recrutamento, de 1776, da vila de Curitiba_____	63
Tabela 13. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme a cor da pele aludida nos Mapas de recrutamento, de 1776, da vila de Curitiba_____	64

Tabela 14. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme a cor e tipo do cabelo aludido nos Mapas de recrutamento, de 1776, da vila de Curitiba_____	65
Tabela 15. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme a cor dos olhos aludida nos Mapas de recrutamento, de 1776, da vila de Curitiba_____	66
Tabela 16. Ocupação e ofício dos auxiliares contidos na <i>Lista nominativa de habitantes da vila de Curitiba, de 1776</i> _____	105
Tabela 17. Serviços prestados pelo ferreiro Antonio Bonete em sua oficina, para manutenção de diversos equipamentos bélicos utilizados nas expedições dos “ <i>sertões</i> ”, entre os anos de 1769 a 1770_____	108

ORGANOGRAMAS.

Organograma 1. Distribuição das Tropas Auxiliares no governo de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, frente a Capitania de São Paulo, no ano de 1767._____	37
Organograma 2. Distribuição das Tropas Auxiliares no governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha, frente a Capitania de São Paulo, no ano de 1777_____	38

GRÁFICOS.

Gráfico 1. Tipo da pelagem dos eqüinos matriculados nos Mapas de Recrutamento, da vila de Curitiba, de 1776_____	49
Gráfico 2. O número de cavalarianos auxiliares da vila de Curitiba, de 1776, distribuídos entre as diferentes faixas etárias_____	56
Gráfico 3. O número de auxiliares alistados nas Companhias de cavalaria da vila de Curitiba, no ano de 1776, separados conforme o seu estado civil_____	59
Gráfico 4. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme as regiões de naturalidade_____	62

FIGURAS

Figura 1. Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do <i>Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá</i> , de1776_____	05
Figura 2. Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do <i>Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá</i> , de1776_____	06
Figura 3. Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do <i>Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá</i> , de1776_____	07
Figura 4. Fardamento das tropas auxiliares na Capitania de São Paulo, no ano de 1765_____	67

Figura 5. Pintura de José de Miranda retratando a troca e presentes entre os expedicionários comandados pelo Tenente Coronel Afonso Botelho com os indígenas que povoavam os “Campos de Guarapuava”.	77
Figura 6. Pintura de José de Miranda retratando emboscada sofrida pelos expedicionários comandados pelo Capitão Francisco Lobo Carneiro nos “Campos de Guarapuava”	78
Figura 7. Esquema genealógico da família do Capitão Miguel Ribeiro Ribas	84
Figura 8. Esquema genealógico da família do Tenente Lopes Cascaes	86
Figura 9. Esquema genealógico da família do Capitão Francisco Carneiro Lobo	88
Figura 10. Esquema genealógico da família do Alferes Antonio dos Santos Teixeira	90
Figura 11. Relações de compadrio do Capitão Miguel Ribeiro Ribas, de acordo com as alianças construídas na pia batismal no ato do sacramento de seus filhos	94
Figura 12. Relações de compadrio do Capitão Francisco Carneiro Lobo, de acordo com as alianças construídas na pia batismal no ato do sacramento de seus filhos	96
Figura 13. Relações de compadrio do Tenente Domingos Lopes Cascaes, de acordo com as alianças construídas na pia batismal no ato do sacramento de seus filhos	98
Figura 14. Relações de compadrio do Alferes Antonio Santos Teixeira, de acordo com as alianças construídas na pia batismal no ato do sacramento de seus filhos	100

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a estudar as companhias de auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba desde que Pombal ordenou sua reestruturação militar, em 1765, até 1777, quando os reinos ibéricos assinaram o Tratado de Santo Ildefonso. Os traços gerais desse corpo de armas já foram estudados por Nanci Leonzo e, localmente, por David Carneiro. Assim, aqui a intenção não é refazer essa história do ponto de vista unicamente militar; sobretudo, o que se objetiva é verificar como e se os indivíduos que integraram essas milícias se valeram de suas posições como signo de distinção social. A historiografia contemporânea que se dedica ao entendimento das sociabilidades coloniais destaca que aquela sociedade reproduzia, ao seu modo, os valores do Antigo Regime. Por isso, sabe-se que os lugares na hierarquia social eram tributários, em grande medida, a marcas de distinção como o *prestigio* e a *qualidade*. Além disso, tal historiografia vem destacando o peso do *sentimento de pertencimento* derivado da integração dos sujeitos às redes de poder propiciadas pela coroa lusitana. Ao mesmo tempo, indica que, estrategicamente os indivíduos se valiam desses cargos para traçarem estratégias e ascender posições na hierarquia social local. São esses pressupostos que orientam o plano analítico desse estudo.

Palavras-chave: *companhias de auxiliares de cavalaria; redes de sociabilidade, sentimento de pertencimento.*

ABSTRACT

This study has the purpose of studying the auxiliary cavalry companies of the village of Curitiba since Pombal ordered its military restructuring, in 1765, until 1777, when the Iberian Kingdoms have signed the Treaty of San Ildefonso. The main characteristics of this military force have already been studied by Nanci Leonzo, and locally by David Carneiro. In this way, here the purpose is not to redo that history just by the military point of view. Mainly, the research's intention is to verify if and how the integrants of those militia took advantage of their positions as a sign of social distinction. The contemporary historiography which is dedicated to the understanding of the colonial sociability points out that this society used to reproduce, in its own way, the Old System's values. That is why it is possible to know that the places in the social hierarchy were rated, in a great quantity of cases, according to distinction traits like the *prestige* and the *quality*. Furthermore, that historiography has been pointing out the importance of the *feeling of belonging* derived from the integration of the individuals to the power networks provided by the Lusitanian Crown. In the same time, it indicates that, strategically the individuals took advantage of those work positions to make strategies to move up to higher positions in the local social hierarchy. Those are the assumptions that guide the analytical plan of this study.

Keywords: auxiliary cavalry companies; sociability networks; feeling of belonging

INTRODUÇÃO

O final dos setecentos, ou melhor, todo o setecentos em específico a sua última metade e início do século XIX, é um período riquíssimo que chama a atenção da historiografia para o seu estudo. Pois acena com uma gama de transformações que operaram não somente no Império Português, mas em toda a conjuntura internacional.¹ Nesse projeto de pesquisa, lançamos nosso olhar não somente sobre as mudanças na estrutura militar que se fizeram sentir em todo o Império, mas, sobretudo, do ponto de vista local, os seus reflexos nas relações sociais, tendo como foco o *sentimento de pertencimento* a um corpo militar, em específico às companhias de cavalaria de auxiliares. E qual a importância de tal corpo de armas no tecido social para que os seus milicianos revestidos e movidos por tal concepção de pertencer a uma das instituições relevantes da sociedade portuguesa – juntamente, com as Câmaras municipais e Casas de Misericórdias, que segundo o professor Nuno Monteiro, “*suas presenças foram importantes na estruturação do espaço social e político local*”² - os integrassem as redes de poder propiciado pela Coroa lusitana. Por conseguinte, traçassem estratégias para ascender posições na hierarquia social em uma sociedade fundamentada principalmente no conceito de *prestígio e qualidade*. Acreditamos que o pertencimento a um corpo militar contribuiu para fomentar novas tensões que permearam o tecido social em virtude dos estratagemas que os indivíduos se motivaram a traçar e estabelecer, visando tecer teias de influência e poder na sociedade colonial local.

Portanto, preocupado em obter uma maior eficiência de suas forças defensivas e conscientes da vulnerabilidade da mesma em proteger os interesses portugueses frente os seus inimigos e aliados, o ministro lusitano, Pombal, determinou uma reestrutura militar do reino, padronizando e estendendo os procedimentos militares para todas as suas posses ultramarinas.³ Neste sentido, se declarou o valor estratégico da utilização de seus habitantes, organizados em companhias de ordenanças e auxiliares e a importância dos

¹ GOUVÊIA, M. de F. S. **Redes de Poder na América Portuguesa** - O Caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, 1790-1822. São Paulo: Revista brasileira de História. vol. 18 n. 36, 1998. p. 3.

² MONTEIRO, N. G. F. Os Concelhos e as Comunidades. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: Ed. Estampa, 1998. p. 270.

³ **Ibid.**; p. 128.

corpos militares tanto como força de coerção ou enquanto ferramenta administrativa.⁴ Esses corpos militares realizariam a defesa do patrimônio em virtude da falta de condições físicas e humanas do Estado Português para enviar e manter uma tropa de primeira linha responsável pela segurança do território, no caso, um exército permanente.⁵

A reestruturação militar foi uma tentativa de atualizar os corpos militares, em termos de disciplina, estratégica, administração e aparato militar com o que havia de mais eficiente na Europa.⁶ Estenderam-se para suas posses na América portuguesa, igualmente como no reino, a preocupação de conciliar todos os corpos militares, com o objetivo de melhorar o aproveitamento bélico. Daí a necessidade de convívio militar entre a tropa de primeira linha com os corpos auxiliares e de ordenanças. Segundo o Ministro Melo e Castro, em 1776, se observou a necessidade de acionar os laços de fidelidade com os súditos para a defesa das posses reais e dividindo com as tropas de primeira linha o controle parcial das responsabilidades militares “(...) pois de que outra sorte seria converter em estabelecimento de guerra um país, que só deve ser composto de colonos e cultivadores (...)”, em tempos de guerra os auxiliares seriam junto com os ordenanças os mais interessados em defender seus lares e familiares.⁷

As tropas auxiliares eram mais conhecidas neste momento como Terços de Auxiliares⁸, surgiram logo após a Restauração de Portugal, de 1640, com a função de proteger as fronteiras do reino e agrupar em suas linhas os súditos mais *honrados* e *afazendados*. O Terço também sofreu transformações em sua estrutura ao longo de sua existência. Modificando por diversas vezes o número de companhias e de auxiliares que eram compostas. Quanto à primeira intenção de implantar os Terços de Auxiliares na Capitania de São Paulo, em 1697, se efetivou no governo de Sá e Menezes, Capitão-Geral da Capitania do Rio de Janeiro, onde no momento sua jurisdição se estendia para outras

⁴ MELLO, C. F. P. de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América. Niterói: UFF, 2002. Tese de Doutorado, p. 37.

⁵ LEONZO, N. **As companhias de ordenanças na Capitania de São Paulo**: das origens ao governo de Morgado de Mateus. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Departamento da F.F.L.C.H. da USP, São Paulo, 1775. p. 45.

⁶ WEHLING, A. **História Administrativa do Brasil**: administração portuguesa no Brasil, de Pombal a D. João (1777- 1808). Coord. de Vicente Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, v. 6, 1986. p. 191.

⁷ **Ibid.**, p. 189.

⁸ A expressão Terço pode ser relacionada aos modernos exércitos alemães e italianos, que dividiam seu efetivo de infantaria em partes que não ultrapassavam a mil homens. Resultando a denominação de Terços a infantaria lusitana por uma nunca ultrapassar a terça parte de um Regimento alemão. Melo, D. F. M. **Epanáforas de Várias Histórias Portuguesas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 3ª edição revista e anotada por Edgar Prestage, 1931. p. 149. **Apud**. LEONZO, **op. cit.**, p. 21.

Capitanias. Sua instalação e o apelo aos paulistas para o recrutamento nas tropas auxiliares, se fomentaram pela preocupação de organizar um dispositivo de controle e fiscalização das valiosas jazidas da região das Minas.⁹ No governo de Morgado de Mateus, a frente da Capitania de São Paulo, coexistiu junto com a reestrutura dos corpos auxiliares para sua modernização uma política de incentivo ao recrutamento, “(...) pois que para empresas de que se trata, são os Paulistas e Certanistas os soldados mais próprios.”¹⁰

A organização de um corpo militar em específico, no caso o objeto do nosso estudo, os corpos de auxiliares, fomentaram toda uma dinâmica no interior do tecido social que moveu os súditos em direção de angariar meios nessa sociedade colonial típica do Antigo Regime, para permanecer ou disputar posições sociais na estrutura hierárquica, em proveito de pertencer a um corpo de *homens de armas*. Por conseguinte, ousamos mencionar que a reestrutura militar, em meados da segunda metade do século XVIII, empreendida pelo Estado lusitano não se pautou somente em uma tentativa de enquadrar os súditos e suas obrigações com o reino nas modificações dos novos tempos, mas também possibilitou aos indivíduos disputar e integrar a rede de poder propiciada no mundo luso-americano pelo Reino português.

Em suma, nossa pesquisa parte do pressuposto que estamos nos remetendo a uma sociedade que reproduzia valores do Antigo Regime. Logo, inquirimos se o *sentimento de pertencimento* a um corpo militar, ao menos o revestiu de símbolos de distinção, que talvez diante de uma tensão no tecido social fornecesse meios para que o indivíduo traçasse estratégias para galgar ou garantir melhores posições numa hierarquia fundamentada no *prestígio*. E também tem a preocupação de demonstrar se as companhias auxiliares, principalmente as de cavalaria destacadas na vila de Curitiba, que são ao todo em número de quatro, tiveram alguma relevância para o plano de defesa das posses lusitanas frente aos assédios castelhanos e se de fato como nos revela a documentação do período, se esses militares responsáveis pela manutenção da ordem e defesa eram os *melhores* homens de *qualidade* de que dispunha a vila de Curitiba

A pesquisa é provida de leituras não somente fundamentadas em uma visão centralizada do poder nas mãos reais, mas utiliza uma concepção corporativa da sociedade,

⁹ LEONZO, N. **Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo:** as Milícias. Tese de doutorado apresentada junto ao Departamento da F.F.L.C.H. da USP, São Paulo, 1779. p. 20.

¹⁰ *Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha comentando instruções de governo a serem transmitidas ao Morgado de Mateus.* **Apud:** LEONZO, **op. cit.**, 26

que partilhada em vários corpos sociais,¹¹ inclusive corpos militares auxiliares, possuidores de certa autonomia, onde cada grupo social teria sua própria função, colocando o poder régio com a atribuição primordial não de destruir tal autonomia, mas de garantir o seu funcionamento, manter “*a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que é próprio (...) garantindo a cada qual o seu estatuto (...) numa palavra: realizando justiça.*”¹² Salienta-se uma carência de trabalhos específicos sobre instituições militares Setecentistas, uma vez que os trabalhos referentes ao objeto em questão se norteiam para uma discussão em torno dos corpos auxiliares como uma força coercitiva que visava o enquadramento da população e o bom funcionamento da ordem pública da sociedade colonial. Deixando de lado uma rica reflexão acerca de um estudo das relações sociais dos corpos de armas. Por fim, dada à importância dos auxiliares nos Setecentos torna-se imprescindível um estudo mais profundo sobre o seu papel na vila de Curitiba, no último quartel do século XVIII.

As fontes utilizadas nesta pesquisa se constituem em manuscritas e impressas. As primeiras são: os *Mapas de recrutamento das companhias de cavalaria auxiliares da vila de Curitiba, no ano de 1776*, e as *Lista nominativa de habitantes da vila de Curitiba, no de 1776*. Os originais de ambas as fontes encontram-se sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo, e cópias no arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE – UFPR, sendo muitas já transcritas, a partir de microfílm. E as últimas são as correspondências entre os agentes da coroa responsáveis pela administração colonial, que se encontram publicadas nos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Todavia, não se nega certa atenção dispensada principalmente aos mapas de recrutamento das companhias de auxiliares de cavalaria. No caso, as quatro companhias de cavalaria criadas em 1766 por Morgado de Mateus, sendo a primeira e a segunda na vila de Curitiba, a terceira nos Campos Gerais e a quarta em Santo Antonio da Lapa. Posteriormente, foram elas incorporadas segundo as determinações de distribuição do novo Governador-geral Martim Lopes a um dos quatro Regimentos da Capitania de São Paulo, o *Regimento Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*.

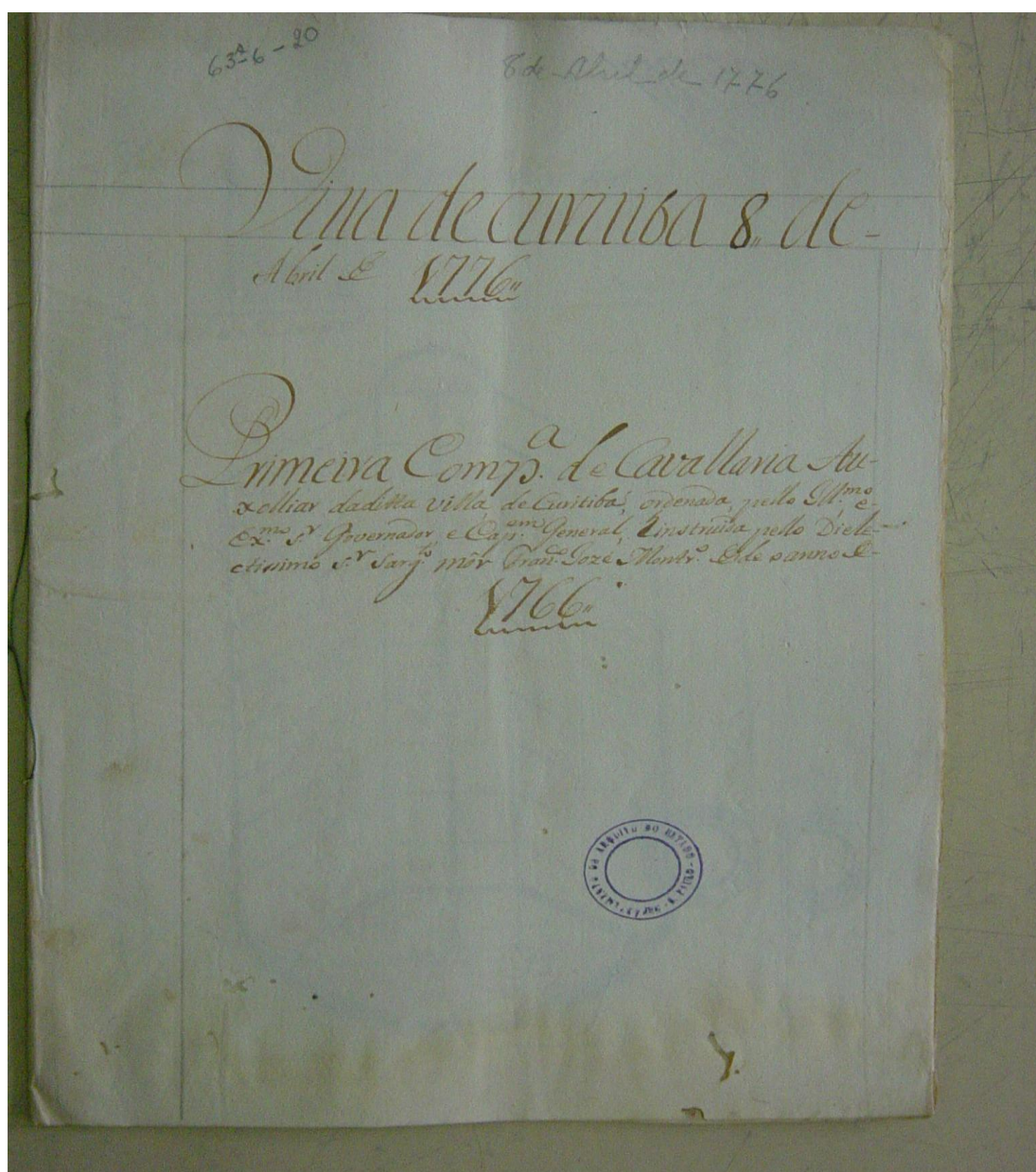
O acervo dos Mapas de recrutamento conta com mais ou menos sessenta cópias digitalizadas, uma média de quinze cópias por companhia. No entanto, o valor da pesquisa aumenta na medida em que se explora tão riquíssima fonte. Rica no sentido de fomentar

¹¹ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 26 e 27.

¹² XAVIER & HESPANHA. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Ed. Estampa, 1993, p. 115.

perguntas referentes às informações disponíveis acerca da situação militar de cada miliciano – posto, ano que *asentou* praça – se era ou não possuidor de todos os materiais bélicos necessários – cavalo, catana, clavina, pistola – dados referentes à sua antropologia – cor da pele, cabelo e olhos; estatura – e sobre a situação pessoal de cada um deles – nome, filiação paternal, estado civil e profissão.

Figura 01. Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776.



Fonte: Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, copias CEDOPE-UFPR.

Figura 02. Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá, de 1776.

Vila de Curitiba

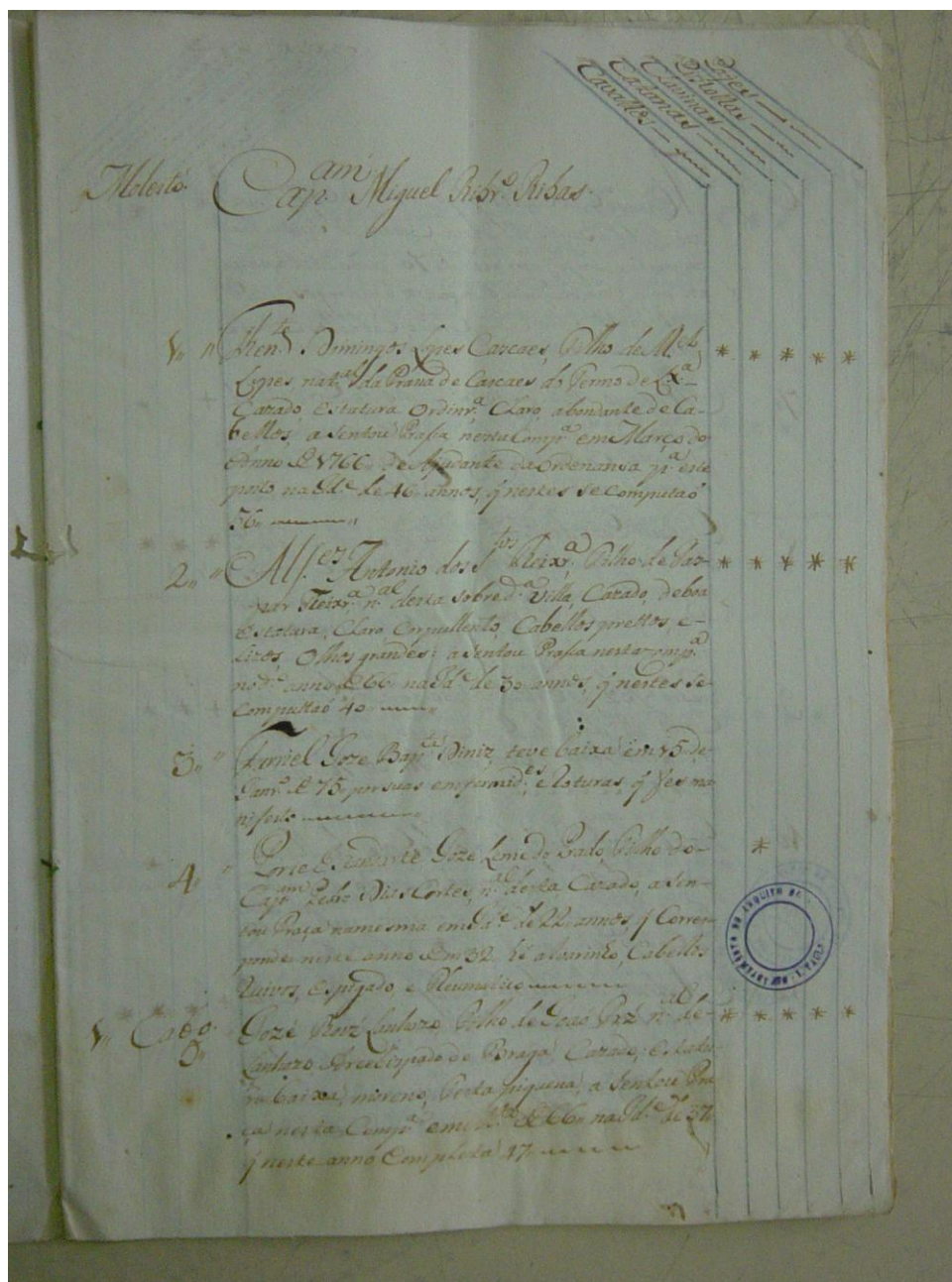
47 - 76		
Capim	1	84
Venente	1	09
Alfere	1	44
Harriel	0	13
Porte Ete	1	8
Cabor	4	1
Sold. pr. to	42	
Soldados	6	
Sold. aux.	1	
Soldados lian	10	
Total	67	

1.^a Companhia de Cav. Aux. da Vila
 principiada em 23 de Aug.
 de 1766 = ordem do Sr.
 D. João e Sr. M. J. P.

Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá, de 1776. Original AESP, cópia CEDOPE-UFPR.

Fonte: Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá, de 1776. Original AESP, cópia CEDOPE-UFPR.

Figura 03. Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá, de 1776.



Fonte: Mapa de Recrutamento da Primeira Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá, de 1776. Originais AESP, copias CEDOPE-UFPR.

Por conseguinte, a lista nominativa de habitantes nos acena com a possibilidade de cruzamento de dados com as demais fontes, “pois o cruzamento de fontes é indispensável para avaliar a qualidade das informações que podem ser obtidas a partir de cada uma

*delas e para tornar utilizável boa parte das informações fragmentárias”*¹³, que é fundamental para o auxílio no preenchimento de lacunas que os mapas de recrutamento nos apresentam. Reconhece-se que a realização de um estudo satisfatório somente será alcançada dada a riqueza de informações que todas possuem e estão disponíveis para exploração. Como outras fontes acessíveis que são: a correspondência entre os funcionários régios sobre a Capitania de São Paulo, que nos permite ter acesso a relevantes informações sobre a sociedade colonial e os homens que a constituíam como as cartas de Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras; os ofícios relatando a situação dos corpos auxiliares, ou mesmo a *Copia do traslado do Alvará dos soldados auxiliares, porque gozão dos privillégios delle*, todos acessíveis nos Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Contudo, apesar desta seleção prévia das fontes, não descartamos a utilização dos estudos do Ermelino de Leão, contidos no *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná* e o *Boletim do Archivo Municipal de Curitiba*. Documentos para a História do Paraná. Volume III, Expedições do Tibagy e Guarapuava, como também os estudos de Francisco Negrão, contidos no acervo *Genealogia paranaense*.

¹³ ROWLAND, Robert. **Ancora e Montaria, 1827**. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registro das Companhias de Ordenanças. In: Estudos contemporâneos n. 2/3. Porto. 1981. p. 199.

CAPÍTULO 1: ARMAS NA SOCIEDADE

1.1 Armas e Homens.

A reestruturação militar empreendida na segunda metade dos Setecentos sob os olhares atentos de Pombal e submetida aos rigorosos conhecimentos da “arte da guerra” do Conde de Lippe, são resultados de um processo de mudanças no contexto bélico da sociedade lusa que se permeia deste o Seiscentos. Por conseguinte, o século XVI é cenário de profundas mudanças no “campo de combate”, graças às implementações dos monarcas portugueses D. João III e seu neto D. Sebastião.

Logo, as determinações de D. João III, de 7 de Agosto de 1549, principia em equipar e distribuir as funções militares que cada um de seus súditos tinha por cumprir segundo sua posição social. Posteriormente com maior intensidade e exatidão ordenou D. Sebastião, com a *Lei das Armas de 9 de Dezembro de 1569* e em seguida com o mesmo objetivo o *Regimento de 10 de Dezembro de 1570*, ou como mais designado o *Regimento das Companhias de Ordenanças*. As *Ordenações Sebásticas* juntamente com as determinações de D. João III justificava-se por tentar suprir a debilidade bélica que atingia o Reino de Portugal e seus domínios ultramarinos. Uma vez que o Império se expandia naquele momento por diferentes continentes como as posses americanas, ilhas atlânticas, feitorias na África e territórios no Oriente, todos carentes de defesa militar.¹⁴

Portugal não possuía um exército permanente capaz de responder a pressão dos seus vizinhos ibéricos ou garantir uma hegemonia lusa em outros continentes, somente considerando as forças militares pagas, no caso um exército profissional. Como revela Serrão às posses além-mares canalizavam recursos preciosos para sua manutenção e defesa,

“Eram um sorvedouro de dinheiro para obras, soldo e outras despesas. Incluindo os materiais de construção, munições, alfaias e gêneros alimentícios (...) para manter sua presença o monarca via-se forçado a enviar reforços e armas, dispendiosos de obter. A vida não era calma para as guarnições, sempre à mercê de um ataque inimigo.”¹⁵

¹⁴ SERRÃO, J. V. *História de Portugal*. O século de ouro (1465-1580), v. 3, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, p. 39.

¹⁵ *Ibid.*, p. 39.

Ataques preocupantes tanto por parte dos povos autóctones das posses conquistadas, quanto o fruto da cobiça de outros reinos europeus que não concordavam com a expansão e conquistas dos reinos ibéricos. A guerra de corso, é um exemplo significativo destes assédios inimigos, que vigora com expressão após as três primeiras décadas do século XVI, digno de consideração nas costas da América portuguesa pelos grandes prejuízos ao comércio luso.¹⁶ Outro grande agravo causador de discordância entre as relações diplomáticas franco-lusas além da atividade corsária foi o assentamento antártico na América portuguesa. Demonstrando a precariedade das defesas portuguesas quanto aos seus domínios ultramarinos.

O posicionamento dos monarcas lusos com o intento de incutir nos indivíduos o compromisso em pegar em armas, se deve pela urgência de reordenar todos os súditos aptos para socorrer seu rei em caso de acionamento deste contingente bélico e sanando assim as precárias defesas do reino. A iniciativa de D. Sebastião, com a “*Lei das Armas de 1569*”, e logo em seguida com o “*Regimento de 10 de Dezembro de 1570*”, pouco se distancia das determinações de D. João III, em 1546. Como salienta Mello, praticamente as “*Ordenações Sebásticas*” refletem o objetivo das determinações reais de 1549.¹⁷ D. Sebastião deixa claro no estabelecimento da *Lei das Armas*, a preocupação que se segue de outrora com a defesa:

(...) Faço saber aos que esta lei virem que, considerando eu quanto convem ao serviço de nosso senhor e bem de meus Reinos e senhorios terem cavalos e armas todos meus vassallos que tiverem fazenda e idade para isso, e como assim ordenaram os Reis destes Reinos meus antecessores, e particularmente El-Rei MEU Senhor e avô que santa glória aja em huma ordenaçam que sobre isso fez no ano de 1549(...).¹⁸

A Lei das ordenanças sobre os cavalos e armas de 1549, conduziu a militarização da sociedade luza permitindo acesso a privilégios.¹⁹ Possibilita que homens comuns obtenham pelas suas armas privilégios negados por seu nascimento. Contudo, cumprindo com as obrigações bélicas referentes ao grupo socioeconômico que pertença, de acordo com a uma base censitária. A iniciativa de D. João III, no entanto carecia de uma melhor definição da forma de como se articularia toda essa rede de soldados, somente com seu

¹⁶ *Ibid.*, p. 48.

¹⁷ MELLO, *op. cit.*, p. 21.

¹⁸ *Lei das Armas de 9 de Dezembro de 1569*. Apud: Marcos Carneiro de Mendonço. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, tomo I, IHGH, Conselho Federal de Cultura, RJ, 1972, p. 145-151.

¹⁹ MAGALHÃES, J. R. de. A Guerra: Os homens e as armas. In: **História de Portugal**. No Alvorecer da Modernidade, v. 3, Dir. José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 108.

neto, D. Sebastião, é que de fato começa a reordenação desses homens como um corpo militar.

A Lei de 1569, não obstante de se diferenciar dos objetivos da Lei anterior de 1549, permite juntamente com o Regimento de 1570, além da obrigatoriedade dos homens portarem armas e cavalos referentes à sua fortuna pessoal, sua inclusão em um corpo militar e ocupação de sua posição na hierárquica de comando do mesmo.²⁰

A lei das Armas beneficiou diretamente um grupo social intermediário de homens que não se enquadravam no grosso do *povo*, mas também, não se figuravam entre os nobres.²¹ Este grupo social intermediário com alguns recursos econômicos avistou naquele momento a possibilidade de pertencimento por intermédio das armas a posições relevantes no interior da *arte da guerra* que foram sempre destinadas à nobreza. Mais que o simples desejo de pertencer a um corpo de armas, almeja-se principalmente um futuro enobrecimento.

O Regimento de 1570, grosso modo, determina que todos os súditos aptos entre 18 e 60 anos, sejam recrutáveis nas Companhias de Ordenanças. Em sua organização cada uma deve ter em torno de 250 soldados, dividida em 10 esquadras sob o comando direto de um Cabo. O comando direto de uma companhia cabe a um Capitão, auxiliado por um Alferes e um Sargento. Por conseguinte, todos os Capitães se reportam ao Capitão-Mor. Este último sendo o responsável pelas companhias inseridas na circunscrição de um determinado distrito de recrutamento, na maioria das vezes nas vizinhanças dos Concelhos.²² Ao Capitão-Mor auxiliado por um Sargento-Mor cabe o comando e o adestramento de todo o efetivo que ocorre nos Domingos e dias santificados. E a elaboração de uma lista constando o nome e o material bélico de todos os homens recrutáveis nos limites de sua autoridade e a fiscalização do cumprimento das determinações régias constantes no “*Regimento das Ordenanças*”.²³

D. Sebastião no ano de 1574 reconhece serem necessárias alterações e complementações dispostas na “*Lei das Armas e no Regimento das Ordenanças*”. Chamam-lhe a atenção a opressão e trabalho ao povo que as mesmas impõem. Logo, o objetivo da Provisão das Ordenanças, de 1574, consiste em ajustar os ordenamentos anteriores com o objetivo de harmonizar as obrigações nelas contidas e maior eficácia na

²⁰ *Ibid.*, p. 109.

²¹ MELLO, *op. cit.*, p. 23.

²² LEONZO, *op. cit.* p. 39.

²³ *Ibid.*, p. 40.

fiscalização destas determinações.²⁴ Uma das constantes queixas se refere aos inconvenientes de dispor nas mesmas fileiras indivíduos de diferentes estratos sociais, como os criados reais, ao lado das pessoas do *povo*.²⁵ Estes indivíduos por não possuírem uma renda possível para aquisição de um cavalo, são classificados a pé, com os demais sem condições de manter uma montaria. Por se tratar de uma sociedade organizada pela concepção da existência de uma ordem universal, que abrange todos os homens, onde cada um possui um peso social referente aos recursos simbólicos que lhe provém. Logo, a mudança do indivíduo de algum ponto da hierarquia e seu convívio com pessoas de estratos diferentes “*é antes de tudo, um processo natural (...) exige uma duração que lhe permita ganhar naturalidade.*”²⁶ o rei responsável por atribuir a justiça aos súditos, neste caso, ouve as queixas e determina a criação de esquadras especiais para comportar esses indivíduos com *qualidade e prestígio* inerente a sua posição na sociedade.

A estruturação militar empreendida no século XVI permite a abertura da *arte da guerra* para todos os súditos aptos a serem soldados. Ao mesmo tempo em que todos são atingidos pelas reformas ocorre o deslocamento do mando de homens das mãos de senhores locais, para a autoridade real. O aparato de recrutamento, fiscalização e treinamento das tropas de ordenanças se realiza pela presença determinante dos Concelhos.

As câmaras municipais representam uma rede de poder diretamente subordinada ao rei, ficando ao seu cargo a responsabilidade da estruturação militar, de acordo com as Ordenações Sebásticas, empreendidas no reino e nos seus domínios ultramarinos.²⁷ Em que pese que cada Concelho possua suas peculiaridades tecidas ao tempo e aos sabores de sua específica história, sempre existiu os olhos atentos do rei sobre suas decisões. Lisboa bem ilustra as relações municipais e os interesses reais, apesar da mesma possuir estatuto jurídico-administrativo diferente das demais câmaras e ser regida por leis próprias.²⁸ Com diferenças estruturais entre cada um dos Concelhos, seja no reino, ou mesmo além-mar, as câmaras se tornaram instituições preponderantes para formação e manutenção do Império ultramarino português.²⁹

²⁴ **Ibid.**, p. 43.

²⁵ MELLO, **op. cit.**, p. 33.

²⁶ HESPANHA, A. M. **A mobilidade social na sociedade do Antigo Regime**. Niterói. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, n. 21, 2006, p. 125.

²⁷ MAGALHÃES, **op. cit.**, p. 110.

²⁸ FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVEA, M. F. **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 193.

²⁹ **Ibid.**, p. 191.

A influência dos Concelhos se sobressai com as Ordenações Sebásticas, agora com o mando sobre homens de armas, autoridade antes exercida então pelos senhores locais sobre seus vassallos. Atribuí-se as câmaras naquele momento a eleição dos Capitães-Mores e dos Capitães de companhia, poder imenso de escolha de indivíduos que tem sobre as suas ordens homens e armas, cabendo-lhes decidir sobre o destino de cada um.³⁰ Considerando que quando o senhor reside na terra de circunscrição da atuação das companhias de ordenanças, ele é por direito o Capitão-Mor, das mesmas. A competência dos Concelhos da escolha dos comandantes se realiza somente com a ausência do senhor local, caso o mesmo regresse a viver em seus domínios, ele assume todas as responsabilidades bélicas da região.³¹

Salienta Magalhães o importante instrumento de nobilitação a cargo das câmaras em virtude da lei das ordenanças e dos privilégios que continha na mesma para aqueles que servissem em suas fileiras. A determinação real de submeter aos municípios a organização das ordenanças se mostra correta por colocar as decisões próximas daqueles que efetivamente conheciam os espaços de atuação e os homens que compreendem suas companhias.³²

Convêm apreender o mecanismo que engendrou a estruturação militar no século XVI, principalmente pelas determinações de D. João III e D. Sebastião. Pois, como salienta Hespanha não se deve atribuir os ordenamentos de uma sociedade apenas como normas existentes para regular as relações sociais. Por conseguinte, teriam somente a significado de receber valores de outras esferas da atividade cultural.³³ Como afirma o autor os ordenamentos jurídicos, ou no caso específico aqueles que deram forma a estruturação bélica, não criam somente paz e segurança, mas os próprios valores para que estes se estabeleçam. A criação das ordenanças chama a atenção para valores sebastiânicos de glória e guerra. A mobilização de todos os homens em defesa de seu rei e território exalta o sentimento de lealdade em torno de seu senhor. Percebe a estreita ligação do monarca com este corpo de arma. O próprio rei esteve presente nos alardos, como permite que as ordenanças exibam suas bandeiras em momentos solenes e se demonstra complacente com os erros incipientes das companhias.³⁴

³⁰ MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 109

³¹ *Ibid.*, p. 109.

³² *Ibid.*, p. 110.

³³ HESPANHA, *op. cit.*, p. 10.

³⁴ MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 110.

Desnecessário salientar que D. Sebastião trata-se de uma figura emblemática, considerado por muitos naquele momento como o salvador do reino, mesmo antes de nascer.³⁵ Em 1570 com aproximadamente 16 anos de idade visita o Mosteiro de Santa Cruz e conhece a suposta espada e escudo de D. Afonso Henrique, que estavam sob a guarda da instituição religiosa, e encantado diante das relíquias, exclama:

“Bom tempo em que se peleja com espadas tão curtas!
Esta he a espada que libertou todo Portugal do cruel jugo dos mouros sempre vencedora,
por isso digna de se guardar toda a veneração.
Guardai, Padre esta espada, porque ainda me hei de valer dela contra os mouros de
África.”³⁶

Apenas oito anos mais tarde de posse das mesmas armas pedidas aos religiosos, D. Sebastião desembarca no Norte da África e trava sua última batalha contra os hereges, em Alcácer-Quibir, em seguida desaparece em combate. O Capelão-Mor desta força que faz parte D. Sebastião e seu exército, frei Bernardo da Cruz, revela os sentimentos cruzadísticos que unem o monarca a seus homens. Em que pese à preocupação de armar e treinar esses homens almeja algo maior que transpassa o intuito de intenções de lucro ou defesa do reino e de suas posses.

“(…) como moço e desejoso de glória, cada vez se incendia mais em seus começados desejos, e descobrindo mais em seu peito começou a mandar ensaiar seus vassallos na arte militar, fazendo resenhas ensinadas por alguns soldados práticos, provento de armas em todas as partes do reino como principio do aparato de guerra, persuadindo-se ser obrigação de seu estado aumentar e dilatar os limites de seu Império, principalmente na província de África, que lhe era devida por direito de armas, da qual conquista presumia muito proveito a seus vassallos, pelos comércios que poderão ter e provimento de mantimentos de que o reino carece, e glória a Deus na promulgação do sagrado evangelho, o qual naquela bárbara gente e infiel se podia fazer, com outras razões que não faltavam, e que a seu desejo são sobejamente bastantes de o fervorar em seu começado propósito, pêra cujo efeito se procurava por todas as vilas limitar os gastos, poupar dinheiro, exercitar as gentes, ajustar armas, e chamar homens de diversas partes exercitados e ensinados na arte da milícia (...)”³⁷

A discussão proposta não se encerra unicamente nos corpos de armas como um todo na sociedade lusitana. Intenciona-se dedicar a atenção a um corpo de armas específico, constituído com a Restauração da independência de Portugal do reino de

³⁵ MEGIANE, A. **O jovem rei encantado**: expectativa do messianismo régio em Portugal, séculos XIII A XVI. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 26.

³⁶ *Chronica da Ordem dos Cônegos Regrantes*, 2 parte, liv. 10, cap. 20, p. 352. **Apud**: MEGIANE, **op. cit.**, 89-90.

³⁷ CRUZ, B. da. “*Chronica de El Rei D. Sebastião*”. p. 22. **Apud**: LEONZO, **op. cit.**, p. 7 e 8.

Espanha no ano de 1640, conhecido como Tropas Auxiliares, ou soldados de segunda linha, criadas em 7 de Janeiro de 1645.

A criação dos auxiliares em 1645, justificadamente representa os primeiros anos preocupantes em reforçar o poder bélico, frente ao inimigo espanhol pelas possíveis investidas sobre sua incipiente independência. Sua formação se insere no bojo de inúmeras decisões que foram tomadas pela nova monarquia, com o intuito de consolidar a independência. Em meio a tais decisões considera-se relevante o estabelecimento do Conselho de Guerra, no dia 11 de Dezembro 1640; composto por dez homens com uma vasta experiência beligerante. Seu objetivo consiste em *consultas* de caráter militar que submetiam a decisão real. Como salienta Serrão o órgão recebe os decretos e resoluções com a chancela real para efeitos de execução, sejam nomeações de oficiais, projetos de guerra, alistamento de tropas e outras medidas inerentes à *arte da guerra*.³⁸ O Conselho exemplifica as mudanças profundas no *campo de Marte* lusitano, fruto dos anos de convívio com as tropas espanholas. Como foi dito acima, é nítida a experiência militar dos homens que representavam o órgão, todavia combater sob a bandeira filipina não foi exclusividade de poucos. Nas seis décadas de União Ibérica, muitos portugueses de diferentes camadas sociais empunharam suas espadas em defesa da casa real de Habsburgo, em guerras europeias e ultramarinas. Ainda que se determinasse a desmilitarização do reino luso no período de dominação, salienta-se o grande número de portugueses enviados para Flandres, ocasionando queixas pela desgarnição com que se destinou a defesa de seus interesses além-mares, como na América portuguesa e na Índia.³⁹

Logo, sugere-se que a experiência e a disposição para formação de forças militares portuguesas para a defesa da Restauração - inclusive as Companhias de Auxiliares - surgem devido ao ânimo pela libertação frente aos espanhóis, mas em muito se deve ao contato com o exército imperial espanhol.⁴⁰ Pois, a extensão dos domínios filipinos possibilita que seu exército agregasse em suas fileiras homens de diferentes saberes bélicos, permite a circulação de grandes conhecimentos sobre a *arte da guerra*.⁴¹

O novo monarca luso, D. João IV, antigo Duque de Bragança, resgatou as antigas Ordenações Sebásticas, para preparação das campanhas de defesa de seu reino. Este

³⁸ SERRÃO, J. V. **História de Portugal**. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750), v. 4, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, p. 23.

³⁹ BEBIANO, R. **Literatura Militar da Restauração**. Penélope – Fazer e desfazer a História, n. 9/10, 1993, p. 84.

⁴⁰ **Ibid.**, p. 84.

⁴¹ **Ibid.**, p. 89.

resgate de leis militares e posteriormente a criação dos corpos auxiliares evidencia a preocupação em militarizar toda a sociedade e ao mesmo tempo manifesta a carência de um exército permanente. A escassez de homens de armas pagos para os combates se expressa constantemente através das cartas dos Governadores das Províncias fronteiriças envolvidas nos conflitos da Guerra da Restauração.⁴² Contudo, os esforços empreendidos pelas Cortes Gerais, em Janeiro de 1641, de implantar um imposto extraordinário com o propósito de prover as despesas de guerra e manutenção de um exército pago, não resolveram de prontidão tais deficiências.⁴³ Aos súditos resta pagar pelos impostos para a subsistência de todo esse teatro bélico e ainda participar diretamente dos combates. Esse duplo fardo que é colocado aos indivíduos converteu-se em protestos a D. João IV, pois o pagamento de impostos significava ausência nos campos de batalha. Seus tributos deviam representar o envio de soldados pagos para as fronteiras de combates para que eles pudessem continuar a lavrar e socorrer suas plantações.⁴⁴

O clamor contrário aos recrutamentos e ao envio dos homens para as áreas limítrofes fez com que o monarca instituisse em 7 de Janeiro de 1645, as Tropas de Auxiliares. Salienta o governante que o novo corpo de armas consiste em *“aliviar a meus vassallos de todas as moléstias”*. Suas fileiras seriam compostas de homens *“de qualidade, e afazendados, acudam com maior vontade a defesão de sua pátria, e meu serviço, como por assentarem melhor nella as mercês que espero fazer aos que assim me servirem.”*⁴⁵ Estes soldados apesar de serem paisanos em sua essência seriam treinados com todo o rigor militar para estarem preparados em caso de marcha para as áreas de combate. Grosso modo, seria um segundo escalão bélico, um corpo intermediário entre as forças de ordenanças – incumbidas de socorrer suas praças – e as tropas de primeira linha, o exército de campanha. Costa revela que de fato as forças militares que D. João pode reunir sob suas ordens naqueles anos foram amálgamas entre forças permanentes e auxiliares.⁴⁶

A criação deste novo corpo militar repercutiu no cotidiano dos indivíduos, uma vez que disputou poder e criou tensões sociais com outras instituições locais. Principalmente

⁴² COSTA, F. D. **Formação da força militar durante a guerra da Restauração**. Penélope – Fazer e desfazer a História, n. 24, 2001, p. 89.

⁴³ COSTA, F. D. **As forças sociais perante a guerra**. *Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XXXVI, 2001, P. 1149.

⁴⁴ **Ibid.**, p. 1150.

⁴⁵ “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares. Lisboa, 7 de Janeiro de 1645”. In: **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa** compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

⁴⁶ COSTA, **op. cit.**, 91.

com o *Alvará de 24 de Novembro de 1645*, que incentiva para os serviços de armas os súditos de *qualidade*, concedendo honras, regalias, e demais prestígios que os postos de auxiliares lhe resguardam, igualmente como os oficiais de primeira linha. Segundo o Alvará o próprio rei ordena “*mandarei passar patentes assignadas por mim – a além de gozarem de todas as honras e preeminências de Capitães pagos (...)*”⁴⁷

Por conseguinte, verifica-se uma autonomia destes homens em relação à esfera de poder de uma das mais importantes instituições a nível local, os Concelhos. O próprio Alvará determina a isenção de muitas obrigações, algumas devidas às câmaras, como:

“contribuir com peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços empréstimos, e outros encargos (...) nem lhes tomem cazas, adegas, estrebarias, pão, vinho, palha, cevada, lenha, galinhas e outras aves, e gados e assim bestas de cella, não a trazendo a ganho, usufruírem de todos os privilégios do estanco do tabaco (...)”⁴⁸

Das relevantes características da reestruturação militar empreendida há uma maior vinculação da esfera militar ao poder régio, fomentando novos equilíbrios no interior dos núcleos das elites locais.⁴⁹ Sugere que a criação das companhias de auxiliares estabelece uma estreita ligação entre seus membros e a rede de poder real em virtude do acionamento deste novo corpo de armas, escapando do intermédio dos Concelhos. Ao contrário das ordenanças que depende em partes da mediação dos mesmos para sua existência. Evidencia a divisão no controle militar em escala local, principalmente nas escolhas dos comandantes de ambas as companhias, diferente das ordenanças, as tropas de segunda linha não se limitavam ao crivo do Senado para escolha dos seus, criando, logo tensões no tecido social. Todavia, é manifesto que os homens naquela sociedade transitam por diferentes corpos, logo não é surpreendente encontrar indivíduos incumbidos de várias funções ou mesmo comando de diferentes corpos de armas. Na disputa pelo poder simbólico para manutenção ou ascensão de posições no interior do tecido social, é aparente que o mando sobre homens os distingue e os possibilita no meio desta grande teia de poder que culmina no monarca, que sejam talvez em algum momento agraciados com a gratidão real.

⁴⁷ “Alvará dos Privilégios dos Auxiliares, de 24 de Novembro de 1645”. In: **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa** compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 295.

⁴⁸ **Ibid.**, p. 295.

⁴⁹ MELLO, **op. cit.**, p. 41.

1.2 A Reestruturação Militar Pombalina.

D. José I sobe ao trono de Portugal, em 1750, e nomeia posteriormente como secretário de estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Mello, o futuro marquês de Pombal – título concedido somente em 1770. O discurso pombalino reformista utilizado no Reino não foi o mesmo ecoado nas diversas partes do Império luso, inclusive na América portuguesa. Chama atenção as diferentes formas de percepção que tais mudanças repercutiram no tecido social colonial, não somente para as “*elites coloniais*”⁵⁰, mas para os demais grupos sociais atingidos em seu cotidiano pelas novas implantações administrativas, principalmente as de reformas na maquinaria militar.

É relevante o imperativo econômico como norteador das reformas executadas no reinado de D. José I. Principalmente, em conduzir as decisões de acordo com as posições dos outros reinos. Logo, o conturbado cenário diplomático europeu e seus desdobramentos em suas posses ultramarinas em quase todo o Setecentos e praticamente na totalidade do governo pombalino se fazem presente como condicionantes de suas resoluções.

O Império português se encontrou em meio à complicadas negociações diplomáticas e conflitos militares, principalmente no início da década de sessenta do século XVIII, com o “*Pacto das Famílias*”, de 15 de agosto de 1761, que coligou os Bourbons, das coroas da Espanha e França, contra seus eventuais inimigos, essencialmente os ingleses. Esse comprometimento “familiar” provoca uma pressão direta sobre Portugal para por fim a sua tradicional neutralidade frente aos assuntos belicosos europeus. O discurso espanhol afirma que a adesão de Portugal se faz necessária para a união dos povos ibéricos e católicos, contra os interesses comerciais de protestantes estrangeiros. Para Pombal os assuntos religiosos ou até mesmo o casamento de D. José I com uma princesa espanhola da casa de Bourbon, não reflete uma motivação para o fim da imparcialidade portuguesa em favor de seus vizinhos ibéricos. Ao contrário, o secretário

⁵⁰ Vale salientar a distinção dos seguintes conceitos para utilização dos mesmos. “colonizadores”, “colonos” e “colonizados” são categorias que podem assim ser descritas: *colonizadores* – todas aqueles elementos ligados a esfera administrativa (leigos e eclesiásticos) e também, sobretudo, os comerciantes, negociantes de grosso trato, ou homens de negócios; *colonos* (resultante do desdobramento do colonizador em colono) – os proprietários coloniais; *colonizados* – todos os demais segmentos da população (índios, negros, brancos pobres, mestiços.). Ver em SANTOS, A. C. M. **No rascunho da Nação**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. 1992. **Apud**: FALCON, **op. cit.**, p. 228.

Carvalho e Mello reconhece e reza o interesse castelhano em conquistar as posses lusitanas na parte meridional americana.⁵¹

Neste jogo diplomático em meio aos assédios de ambos os lados, Portugal não ignora sua dependência comercial e militar em relação aos ingleses, e requisita a assistência militar britânica para a defesa de suas fronteiras frente aos espanhóis e seus aliados. Como aos ingleses de nada interessava ver o porto de Lisboa e os demais portos comerciais lusos em mãos de seus inimigos, enviou uma força de ajuda, comandada por Wilhelm Graf von Schaumburg-Lippe, para deter a invasão castelhana. Este momento beligerante é conhecido como a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e os seus desenrolares nos anos seguintes são motivados não unicamente por laços de lealdade entre as casas reais com vínculos familiares, mas, sobretudo, por interesses políticos e comerciais.

Com a assinatura do Tratado de Paris, em 1763, coloca-se fim nas disputas entre as principais monarquias européias, e evidencia para todos a superioridade bélica dos ingleses frente aos seus inimigos e aliados. O tratado diplomático põe fim às campanhas marciais, mas não ao fim das disputas e assédios as posses americanas portuguesas. Embora, a Espanha restituísse à Portugal a Colônia do Sacramento, o parcial cumprimento do concerto de Paris, não desmotivou a continuação das hostilidades na região rio-grandense.⁵² Por conseguinte, tal conjuntura política impôs urgentemente entre as reformas pombalinas uma reestruturação militar necessária para a defesa dos seus interesses contra as intenções de domínio dos castelhanos. As preocupações não se apontavam somente para os inimigos, mas se encerravam, inclusive, sobre os aliados. Em carta ao Conde de Cunha, vice-rei do Estado do Brasil, o Marquês de Pombal o alerta sobre as possíveis intenções inglesas:

“Duas das mais poderosas monarquias foram derrubadas, e Havana, sempre reputada como inexpugnável, foi tomada (...) se os britânicos se estabelecerem no Rio do Prata, tornar-se-ão senhores de todo o Paraguai e Tucumã, de todo o Chile e Peru, em suma de toda América espanhola e, como uma consequência necessária, de todo o Estado do Brasil (...) Precisamos defender-nos”.⁵³

Para obter uma maior eficiência de suas forças defensivas, determina-se uma reestrutura militar do reino luso, padronizando e estendendo os procedimentos militares

⁵¹ MAXWELL, K. **Marquês de Pombal** : paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 125.

⁵² **Ibid.**, p. 125.

⁵³ “Relação das instruções de ordens que expediram ao conde da Cunha”, 14 de Junho de 1767, RIHGB, 35 pt. I, 1872, p. 227-336. **Apud**: MAXWELL, **op. cit.**, p. 123.

para todas as suas posses ultramarinas.⁵⁴ A pedido de Pombal fica incumbido de tal tarefa o Conde Schaaumburg-Lippe, demonstrando as fortes dependências militares que cercavam os portugueses em relação aos ingleses. O Conde Lippe, era neto de Jorge I, rei da Inglaterra, por uma descendência ilegítima e torna-se patente suas habilidades bélicas nos confrontos limítrofes entre as nações ibéricas durante a Guerra dos Sete Anos, apesar de serem ditos como somente combates lentos e fracos de ambos os exércitos.⁵⁵ A escolha de um estrangeiro para comandar as principais forças militares de Portugal sugere as intenções políticas pombalinas em deixar o ápice da hierarquia guerreira longe da cobiça da nobreza, “*anulando quaisquer veleidades que poderiam emergir da ocupação desse lugar se a ele fosse chamado um indivíduo da Fidalguia de Corte.*”⁵⁶ Todavia, o próprio Conde Lippe adverte sobre as dificuldades em colocar um comandante alheio sobre as condições bélicas das tropas e seus aspectos sociais.⁵⁷ Posteriormente, em seu principado o próprio Marechal-General adverte em uma carta a Carvalho e Mello sobre o peso de um estrangeiro em encabeçar uma reestruturação em uma sociedade culturalmente diferente da sua:

“(...) depois das mais sérias reflexões a este respeito, estou convencido que, no caso atual do exército em Portugal, nenhuma qualidade pode contrabalançar a de conhecer o exército, o local, a língua, ser conhecido dos oficiais e da tropa, e conhecer esta e aqueles; numa palavra, de toda a maneira é mais conveniente e útil dar o comando a um general escolhido, por assim dizer, no seio do exército, do que confiar este importante posto a um general que, por maiores talentos que tivesse, e por mais perfeito que fosse, se acharia transplantado para obrar em um terreno incógnito; e, prevenido com outras idéias, resultariam de tudo isto incertezas e inovações que, não podendo ajustar-se com o que já está estabelecido, produziriam inconvenientes e perigos”.⁵⁸

Como salienta Bebiano ainda que seja significativo o impacto cultural entre os oficiais portugueses que compunham as fileiras militares e a formação bélica diferenciada do Conde Lippe e seus oficiais estrangeiros colaboradores, torna-se oportuno o contato para que Portugal possa ser competitivo no *campo de Marte*. Entre muitas determinações do novo “comandante” torna-se evidente o choque entre o novo e o tradicional. Como por

⁵⁴ **Ibid.**, p. 128.

⁵⁵ **Ibid.**, p. 121.

⁵⁶ COSTA, F. D. Guerra no Tempo de Lippe e de Pombal. **Nova História Militar de Portugal**. Rio de Mour: Circulo de Leitores. V. 2, 2004. p. 334.

⁵⁷ FREIRE, M. **Um olhar atual sobre a “Transformação” do Conde de Lippe**. Lisboa. Revista de Marinha: Nação e Defesa, n. 112, 2005, p. 146.

⁵⁸ SALES, E. A. O Conde de Lippe em Portugal. Vila Nova de Famalicão: Publicações da Comissão de Exercito Militar 1936, p. 197. **Apud**: Freire, **op. cit.**, p. 166.

exemplo, em introduzir o princípio prussiano da antiguidade. No qual nenhum oficial recebe promoções na hierarquia militar, baseado em favores, mas essencialmente em sua experiência bélica, intensificando a idéia do mérito para o oficialato e não apenas a condição social.⁵⁹ Em que pese os atritos de tal determinação por se tratar de uma sociedade do Antigo Regime arraigada de valores sociais que condicionam diferentes setores, inclusive os militares.

Entre outras considerações empreendidas pelo Marechal-general inclui o adestramento da tropa e o domínio de novas tecnologias. Os exercícios de instrução para as tropas são constantes em seu comando, e logo, a difusão das manobras de aprendizagem serão requisitos essenciais para o preparo de qualquer corpo de armas, mesmo em terras além-mares, como a própria Capitania de São Paulo, sob o comando de Morgado de Mateus (1765 à 1775). Quando aos avanços técnicos, se fazem presente nas inovações da artilharia e na restauração e construção de novas fortalezas para a defesa dos territórios. Nota-se uma preocupação do Conde Lippe em ordenar e disseminar os seus conhecimentos em espécies de “manuais de consulta”, como o “*Regulamento para o exercício e disciplina dos regimentos de cavallaria dos exercitos de S. Magestade Fidelissima: por ordem do mesmo Senhor por S. Alteza o Conde Reynante de Schaumbourg Lippe, marechal-general*”, de 1764, para que mesmo em virtude de seu afastamento todos pudessem receber orientações conforme as normas visando à eficiência dos corpos militares.⁶⁰

O período de pouco mais de quinze anos de sua contribuição para reformulação da maquinaria militar, apenas um quinto do tempo Conde Lippe esteve presente em terras lusas para sua concretização. Contudo, pelas cartas enviadas ao Marques de Pombal é perceptível seu interesse pela continuação de seu trabalho mesmo estando afastado em seu principado. É nítida em suas cartas a preocupação que se deve ter em observar as regulamentações de seus ensinamentos para que as tropas sempre estejam prontas e disciplinadas para o seu emprego mesmo em tempos de relativa paz. Assim, é evidente os avanços na maquinaria bélica portuguesa após a curta passagem, mas significativa do Príncipe de Schaumbourg, na tentativa de se operacionalizar métodos mais eficientes utilizados no Exército austríaco em detrimento de antigas técnicas lusitanas de combate.⁶¹

⁵⁹ NUNES, A. P. Quadros da vida militar: das ordenações sebásticas às invasões francesas. **Nova História Militar de Portugal**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores. V. 5, 2004, p. 80.

⁶⁰ FREIRE, **op. cit.** p. 153.

⁶¹ WEHLING, A.; WEHLING, M. J., **op. cit.**, p. 27.

As disputas políticas e econômicas que culminam com a Guerra dos Sete Anos e que lança diversos reinos europeus e suas posses em outros continentes em campanhas bélicas, somente transparece antigas rivalidades. Para os Reinos Ibéricos envolvidos é nítida a ferrenha disputa pelo limites fronteiriços na parte meridional do continente americano, ocasionando conflitos que se arrastam por quase todo o Setecentos.

Um dos pontos culminantes deste estado iminente de guerra pelas posses americanas se fortalece com a fundação da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, as margens do Rio da Prata. Além de instigar novas divergências, representa pouco em se tratando de efetiva ocupação do espaço, sua importância se intensifica mais como *“um ponto avançado para o povoamento do Rio Grande de São Pedro e como carta relevante no jogo diplomático dos limites.”*⁶² Logo, além de sua posição privilegiada para obtenção de acordos diplomáticos que se estenderam mesmo após a sua própria duração de quase um século (1680-1777), a Colônia propiciou para os comerciantes luso-brasileiros uma porta de entrada de comercialização de seus produtos, em uma região carente de distribuição dos mesmos *“e representava potenciais consumidores de escravos, açúcar, cachaça, entre outras mercadorias que estavam nas pautas dos negociantes cariocas,”*⁶³ além de proveitoso acesso ao rico contrabando de prata das minas de Potosí. Em uma consulta ao Conselho Ultramarino, em 8 de Junho de 1723, o mesmo corrobora a relevância da dita praça:

“Pareceu ao Conselho que se deve pôr o maior empenho na conservação da Nova Colônia do Sacramento, como a Vossa Majestade se tem representado em consulta de 4 deste presente mês, pois tem mostrado a experiência de que em tão breves anos, em que nós havemos restabelecido nela os grandes, e importantes interesses que temos tirado da dita Praça, e as esperanças que podemos ter de que pelo tempo adiante possam ser mais avultados, sendo hoje a porta por onde se extrai muita prata para este Reino de que tanto necessitamos, e para nos mantermos na dita povoação e segurar mais o seu estabelecimento, que não só se deve engrossar aquele presidio, com maior numero de soldados que o defendam, mas também de mais casas pois estando desta maneira bem se pode esperar, que os Castelhanos nos tenham todo o respeito.”⁶⁴

Desde o inicio da fortificação da nova Colônia nas margens do Rio do Prata observa-se as retaliações castelhanas contrárias a sua formação, principalmente na figura

⁶² *Ibid.*, p. 351.

⁶³ *Ibid.*, p. 352.

⁶⁴ Arquivo do Conselho Ultramarino. IHGB. 1.1.21, vol. 21, p. 174. **Apud:** MONTEIRO, R. B. **Nas fronteiras do Antigo Regime: A Colônia do Sacramento no século XVIII.** Comunicação apresentada na FCSH/UNL, no Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”. Lisboa: 2 a 5 de Novembro de 2005, p. 6.

de D. José de Garro, Governador de Buenos Aires. Tanto que em apenas alguns meses após sua fundação, cai em mãos inimigas. D. Manuel Lobo, Governador do Rio de Janeiro, e comandante da expedição que funda a nova colônia revela em seus relatos a crueldade castelhana acrescida pelos gentios a comando dos religiosos jesuítas na tomada do presídio, assim como o cerco que antecedeu a invasão ao assentamento, impedindo-os de se comunicar e receber víveres para sua alimentação. Mas, em 7 de Maio de 1781, um tratado provisório restitui a Colônia aos seus fundadores, e adverte o Governador de Buenos Aires pelos supostos excessos cometidos no conflito.

O litígio sobre o domínio da margem esquerda do Rio do Prata arrasta-se pelo Setecentos, sendo que o grande temor dos castelhanos não se manifesta somente pela implantação de uma colônia de povoamento e fixação de colonos nas regiões contestadas, mas principalmente pelos perigos representados por se tornar um entreposto comercial. Tornando-os detentores de rotas comerciais no estuário, permitindo a distribuição de mercadorias a preços interessantes em detrimento do monopólio comercial de produtos oferecidos pelos próprios castelhanos tanto para a região platina quanto a Lima, causando sérios prejuízos ao fisco espanhol.⁶⁵ Tal receio é manifestado nas primeiras décadas deste século XVIII através de cartas régias espanholas aos Governadores de Buenos Aires para que se empenhem em acabar com qualquer tipo de comércio ilícito com a outra margem do rio. Portanto, a região platina além de um espaço de disputas políticas por dominação de posses, é palco de uma constante fomentação comercial que une luso-brasileiros, castelhanos e missões jesuíticas e mesmo povos autóctones na dinâmica comercial deste espaço, encontrando através do contrabando em momentos de paz ou de belicosidade mecanismos para se reproduzir.⁶⁶

Enquanto as hostilidades não se cessavam em torno da posse do espaço ocupado pela Colônia de Sacramento, o povoamento luso persistia em outras regiões próximas, como no Rio Grande de São Pedro e na Ilha de Santa Catarina, utilizando principalmente a vila de Laguna, fundada em 1684, como porta de acesso ao extremo meridional dos domínios na América Portuguesa. Entre estes dois pontos, Laguna e Sacramento, denominava-se como um espaço sem “*nada*”. Um completo “*nada*”, onde se encontravam diversas riquezas comerciais e povos autóctones que levantavam suas armas de acordo com as alianças formadas, logo, imprescindíveis no campo bélico, para obtenção de

⁶⁵ **Ibid.**, p. 349.

⁶⁶ PRADO, F. P. **Colônia do Sacramento**: a situação na fronteira platina no século XVIII. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 9, n. 19, julho, 2003. p. 84.

sucesso nas conquistas e manutenção das posses.⁶⁷ O deslocamento de homens intensificava-se não somente com a vinda de sertanejos paulistas animados pelo *sertão* longínquo, mas com a vinda de casais principalmente de origem açoriana, para o povoamento destas terras. Tanto que o ano de 1752 marca o ápice desta imigração, sendo o primeiro grupo de cento e seis famílias, e posteriormente, mais setenta e cinco, estabelecidos em áreas como de Porto de Casais - conhecido no ano de 1773, como Porto Alegre – Santo Amaro e também no Rio do Pardo.⁶⁸

As dificuldades de lançar súditos em regiões tão extremas se manifesta pela própria distância de outras regiões povoadas do Estado do Brasil, como as Capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo. No deslocamento da tropa que funda a Colônia de Sacramento, quando de sua chegada a São Paulo é nítida a revelação dos sertanistas paulistas, quando as dificuldades da abertura de um caminho por terra para chegar à região platina, sugerem em torno de dois anos para alcançar tal feito. Tantas dificuldades colocadas a sua frente o que lhe resta é realizar a viagem por mar.⁶⁹ Em apenas algumas décadas com o empenho de muitos particulares e das próprias autoridades em tentar acabar com o isolamento dos assentamentos mais distantes na parte meridional do continente, consegue-se construir um caminho de ligação. Caminho importante não somente por viabilizar o transporte de mercadorias, mas por ligar pontos tão extremos da América portuguesa em rotas comerciais. Fomentando redes de transporte de mercadorias e de homens de diversas regiões, empenhados em fixar raízes em outras terras ou comercializar seus produtos sejam eles: alimentos, minerais, manufaturas, animais de carga, montaria ou próprio gado vacum. Estes novos caminhos, entre eles o que atinge o extremo da América Portuguesa, foram essenciais para interdependência socioeconômica, contribuindo para viabilizar um mercado interno em expansão entre diferentes regiões produtoras e consumidoras de diferentes produtos.

A questão territorial da região platina entre as duas Coroas Ibéricas, como é salientado anteriormente oscila conforme os acordos diplomáticos que ecoam do continente Europeu. Como o Tratado provisório de 7 de Maio de 1681, levado a presença do Papa para um desfecho final não encontra resposta em Roma, as divergências se desenrolam segundo as conjunturas políticas estabelecidas. Somente em 13 de Janeiro de

⁶⁷ HAMEISTER, M. D.; GIL, T. L. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: **Conquistadores e Negociantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 268.

⁶⁸ **Ibid.**, op. cit., 38.

⁶⁹ HOLANDA, **op. cit.**, p. 359.

1750 começa-se uma definição dos limítrofes, com a assinatura do Tratado de Madri, através de Alexandre de Gusmão, secretário do monarca lusa, D. João V, responsável por intermediar seus interesses nas querelas fronteiriças entre os dois reinos no continente americano. Os pontos-chaves do novo Tratado revogam qualquer conjuntura demarcadora de fronteiras atribuídas ao Tratado de Tordesilhas, e se referem relevantemente em: preservar a paz entre os súditos de ambas as coroas em território americano, independente dos acontecimentos políticos que ocorram na Península Ibérica; e que a posse pacífica e real seja respeitada por ambas as autoridades. E finalmente o desfecho do grande ponto destoante, no caso, a Colônia de Sacramento, que é cedida em troca das regiões das Sete Povos.⁷⁰

O Tratado de 1750 gera protesto de ambos os lados, uns por acreditarem ser uma traição o câmbio de terras entre os dois Reinos, já povoadas há alguns anos, outros por reconhecerem que o mesmo prejudica em muito o comércio ilegal que nutre tantos comerciantes independentemente de sua origem ou brasão real que ostentam. Para tantos representa um grande entusiasmo em possibilitar uma solução duradoura para as questões de domínios de posses ibéricas nesta parte do continente americano. A euforia pela paz dura pouco mais de uma década. Em 1761, é sancionado o Tratado de El Pardo que põe fim ao tratado anterior, resultado em partes pela dificuldade nas demarcações e pela relutância dos povos autóctones em deslocarem-se para outras áreas castelhanas, retirando-se das terras cedidas à coroa lusitana.

As décadas seguintes ao estabelecimento do Tratado de El Pardo compravam a fragilidade em que os súditos ibéricos americanos são submetidos às oscilações de humores dos governos europeus, pois, diante da iminente conjunção de elementos que promovem uma situação política adversa deixa a todos de prontidão a revelia das decisões que transpassam para terras além-mares. A guerra dos Sete Anos e seus desenrolares corroboram para tal afirmação. Para a região platina mesmo com a Paz de Paris, em 1763, encerrando as belicosidades entre os envolvidos nos conflitos europeus, porém as tensões permanecem envolvendo um número considerável de homens participantes nos combates meridionais. Um consenso quanto às demarcações alcança um desfecho somente em 1777, com o estabelecimento de um novo acordo, o Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de Outubro do mesmo ano. Em partes somente construído pelas novas relações de força estabelecidas em ambos os Reinos Ibéricos. No caso espanhol com a substituição do

⁷⁰ **Ibid.**, p. 371.

Marquês de Grimaldi, responsável pelos negócios exteriores, pelo Conde de Floridablanca; e em Portugal pelo início do governo de D. Maria, e o afastamento de Pombal a frente dos assuntos do Estado lusitano. Este tratado confirma a perda da Colônia de Sacramento e as posses conhecidas como os Sete Povos, para os castelhanos, mas concede para a soberania portuguesa outras regiões contestadas na própria região platina, como o Rio Grande de São Pedro e a Ilha de Santa Catarina e como também fronteiras ao Oeste e ao Norte da América Portuguesa.

1.3 A Militarização nos “*Campos de Curitiba*”.

Em meio às reformas políticas administrativas introduzidas pelo governo lusitano encontra-se a emancipação política da Capitania de São Paulo, em 1765. Esta é uma das medidas de Carvalho e Mello para promoção da defesa e segurança do Estado do Brasil. Desde 1748, com a criação das Capitanias de Goiás e Mato Grosso, o governo civil e militar da capitania paulista estavam subordinados ao governo do Rio de Janeiro, juntamente com outras regiões do extremo Meridional, como o Rio Grande de São Pedro e a Colônia de Sacramento.⁷¹

O próprio Conde da Cunha, que exerce o título de Vive-rei do Estado do Brasil, entre os anos de 1763 a 1767, em sua nova capital, o Rio de Janeiro, alerta o governo português das dificuldades administrativas em ter sob suas incumbências uma Capitania com as características de São Paulo, pois:

“uma Capitania tão larga e tão distante desta, com habitantes excessivamente inquietos ou revoltosos, em território abundante em minas de ouro e nas vizinhanças dos Castelhanos, parece que são bastantes motivos para deverem ter um bom Governador e Capitão-General como elles pretendem e como muitos anos houve.”

Ao encontro da política empreendida pelo Marques de Pombal, em tornar a recém emancipada Capitania paulista com a responsabilidade de ser uma “*barreira de contenção*” para quaisquer tentativas de incursão castelhana sobre a América portuguesa, fica incontestável a presença não somente de um Governador para administrar os

⁷¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p. 42.

territórios, mas também de um comandante para liderar os paulistas nos conflitos na região platina. Para tanto, é escolhido para o cargo, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, onde no espaço de uma década (1765-1775) imprime sua marca e peculiaridades a frente destas terras.⁷²

A escolha de Morgado de Mateus acena na direção dos propósitos pombalinos em difundir nas terras além-mares as reformas bélicas empreendidas no Reino pelo Conde Lippe. O futuro Governador-Geral, o Botelho Mourão, participa ativamente dos conflitos bélicos decorrentes da Guerra dos Sete Anos, mais precisamente no ano de 1762, em um corpo de auxiliares como Mestre de Campo, na região de Penafiel e Bayrão. Ele comanda estes homens de armas para a Província de Trás-dos-Montes, onde impedem o prosseguimento de uma tropa espanhola, até a chegada de tropas regulares aliadas.⁷³ Esta atuação relevante no campo de batalha lhe vale uma promoção de Coronel de Infantaria e provavelmente em um iminente rearranjo de forças possam ter alavancado sua indicação para ser o “*Restaurador de São Paulo*”.⁷⁴

A escolha de São Paulo como espaço de contensão é exaltado pela posição estratégica que ocupa e pela reputação de seus habitantes em serem ditos com os “*flagelos dos castelhanos*”. A capitania paulista passa por mudanças não somente de ordens estruturais ou administrativas pelo século XVIII, mas também econômicas e demográficas. Segundo Marcílio este período denominado como “*século da mineração*”, impôs profundas modificações aos moradores. A necessidade das regiões mineiras, pela demanda de produtos de gêneros alimentícios, provoca no início uma desorientação nesta precária agricultura paulista de subsistência. Esta atividade econômica dita como débil é o principal meio de sustentabilidade destes colonos, e somente, a partir, da emancipação política, em 1765, percebe-se resultados efetivos dos estímulos administrativos para que a região ganhe condições de se tornar um relevante fornecedor de produtos alimentícios, mesmo com o fim do surto minerador. Os incentivos são essencialmente a fundação de novas vilas para fixação das pessoas e a euforia das últimas décadas em torno da indústria açucareira que multiplica seus engenhos e culturas alimentícias ao seu redor.⁷⁵ A capitania se revela ao final dos Setecentos um grande fornecedor de alimentos para outras regiões como à própria capital do Estado do Brasil, pois, o Rio de Janeiro apresenta-se como grande centro

⁷² BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 5.

⁷³ LEONZO, **op. cit.**, p. 29.

⁷⁴ BELLOTTO., **op. cit.** p. 16.

⁷⁵ SILVA, M. B. N. (Org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 158.

comercial de crescente urbanização necessitando de um abastecimento contínuo. Outra atividade indispensável para a sustentabilidade é a criação e transporte de animais de carga como os muareos ao longo das rotas comerciais, formando pontos de parada, estimulando a concentração e migração em suas faixas ao longo de seu caminho, integrando diferentes regiões.⁷⁶

Logo, cercados de suas ricas regiões produtoras de metais e pedras preciosas, os paulistas encontram na atividade agrícola e tropeira meios para viabilizar sua economia, assegurando teias de comércio com outras regiões.⁷⁷ Belloto salienta todo o empenho de Morgado de Mateus em transformar a agricultura de subsistência em uma atividade de fontes rendáveis. Ele reconhece que estas atividades são imprescindíveis e

“(...) assinala que, Tropas, Monções e agricultura de subsistência asseguravam a vida econômica, ainda que pobre e precária da Capitania extinta. Permitiram, outrossim, a constituição de uma infra-estrutura, se bem que igualmente frágil, sobre a qual se pode equilibra o aparato militar que seria imposto a seguir.”⁷⁸

Percebe ainda a necessidade de estimular a agricultura para além de render rendas pela sua intensificação produtiva, pois, a sua manutenção em terras permanentes sujeita os colonos ao enraizamento nestes locais. Por conseguinte, o Governador-Geral incentiva a *“introdução e difusão do arado na lavoura, vista como forma mais eficaz de aumentar a produtividade agrícola, e de fixar o homem a terra, de criar riquezas.”*⁷⁹

Em meados, de 1766, se observa na Capitania de São Paulo, um grande número de vilas pouco povoadas, e com boa parte de seus moradores vivendo na zona rural, freqüentando a vila somente em dias de festas.⁸⁰ Uma política de urbanização se torna imprescindível para assegurar o controle e conhecimento da população.⁸¹ Este direcionamento do Estado proporciona maior êxito para obtenção dos dados populacionais, objetivando as determinações reais pautadas nestes números. E são as listas nominativas de habitantes - resultados destes censos populacionais implantadas pela coroa portuguesa - significativos instrumentos para fornecer dados ao Estado com intuito de aplicá-los na

⁷⁶ MARCILIO, *op. cit.*, p. 178.

⁷⁷ BELLOTO, *op. cit.*, p. 34.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 36.

⁷⁹ MARCÍLIO, *op. cit.*, p. 180.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 174.

⁸¹ BURMESTER, A. M. O. **Disciplinarização e trabalho**: Curitiba, fins do século XVIII, início do século XIX. QUESTÕES E DEBATES, Curitiba, 8 (14/15) : 117-127. Jul. - Dez. 1987. p. 118.

economia, e em outros inúmeros propósitos, inclusive militares.⁸² Como exemplo de utilização bélica tem a concretização do recenseamento de 1766, que foi graças aos dados extraídos das listas nominativas que se efetuou um importante mecanismo de recrutamento de todos os moradores da Capitania de São Paulo, sejam: “(...) *sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiço, pretos, ingênuos e libertos.*”⁸³

Para por fim na dispersão dos súditos reais e proporcionar a sua fixação, determinou-se o fim dos *sítios volantes*⁸⁴, com a “*Ley de Policia*”, de 1760, e com novas disposições de 1766, que os “*vadios*” e os “*facinorosos*” procurassem os povoados para se estabelecer e deixar a barbárie:

“porque vivendo os homens fora do povoado metidos pelos mattos sem ouvirem mais que a sua família, faltos de instrução e de doutrina, e athé dos princípios de nossa Fé, que hão de ser senão peyores do que feras porque estas pela falta de aptidão e de discurso podem fazer hum dano semelhante; mas os homens dotados de talento, abandonados a ley da natureza e creados entre as brenhas como as feras, são capazes de outros mayores danos(...)”⁸⁵

A vila de Curitiba considerada um dos núcleos mais povoados da Capitania de São Paulo, significa em um período de beligerância marcado por disputas de posses territoriais e pela falta de “*homens de armas*” um ponto estratégico, de suma importância, nos planos para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa, frente aos interesses da coroa espanhola.⁸⁶

A região da vila de Curitiba não se diferencia de outras tantas vilas paulistas, aqui também se desenvolveu entre seus habitantes um “espírito bélico”, fomentado pelo anseio de conquistar novas posses e submeter seus primeiros ocupantes, os povos indígenas.⁸⁷

⁸² NADALIN, S. O. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994. p. 39.

⁸³ Carta Régia sobre os Corpos de Auxiliares. Ajuda, 22 de Março de 1766. In : D. A. E. S. P., 0.420, lata 62, Livro 169, T.C., *Avisos e cartas Régias – 1765/1767*, fls. 101 v. **Apud** : LEONZO, **op. cit.**, p. 34.

⁸⁴ Morgado de Mateus descreveu esses *sítios volantes* como “(...) cazas que há pelas Ribeira feitas de Taipas de canas, cobertas de folhas com suas laranjeiras ao pé, algumas bananas e huma pequena roça de mandioca e nada mais, porque os seus movéis são duas redes, huma em que dormem e outra com que pescão (...)”. O Governador-geral também salientou a importância da *Lei de Policia*, que proibia o trânsito de pessoas na Colônia sem uma devida licença das autoridades competentes. Tal lei incidiu principalmente sobre os *vadios, mendigos e viajantes* e sua habitual itinerância prejudicial a urbanização e *civilidade* dos moradores. D. I., vol. LXXII, p. 95 e 96, *Carta de D. Luis Antonio de Souza ao Conde de Oeiras*. Santos, 22 de Setembro de 1775.

⁸⁵ D.I. vol. XXIII, p. 8, “Carta de D. Luis Antonio de Souza ao Conde de Oeiras. São Paulo, 23 de Dezembro de 1766.”

⁸⁶ PEREIRA, M. R. de M. (org). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772)**. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 2003. p. 15.

⁸⁷ TRINDADE, E.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. p. 14.

Os colonos não encontram nos negros da terra somente braços para sustentar sua permanência e sobrevivência na nova terra, e através da miscigenação se constituiu uma forma familiar diferenciada, “*uma cultura mestiça e bastarda*” que se estabeleceu nas possessões portuguesas, que formam a população livre e pobre que se desenvolve na região nos séculos seguintes.⁸⁸ Como revela Schwartz:

“poucos homens brancos, menor ainda quantidade de mulheres brancas, pouca riqueza e dificuldade em algum escravo negro. As instituições de Portugal foram reproduzidas nessas regiões,mas assumiram uma forma atenuada. Cultural e etnicamente, ambas as regiões (Norte e Sul da América Portuguesa) eram acentuadamente indígenas na sua natureza. Desenvolveu-se no local uma população mestiça relativamente grande (...) a exploração dos recursos do sertão e da população indígena tornou-se um meio de vida.”⁸⁹

Graças ao conhecimento espacial que os moradores da região herdaram dos gentios é possível se movimentarem pelo território, notadamente em busca de minerais preciosos e de nativos para escravizar. Esta movimentação gera a sedentarização em certas partes, como foi o caso da população que se estabeleceu no planalto curitibano desde meados do século XVII. Inicialmente ligados às lavras de ouro, se convertem em agricultores de subsistência com alteração substantiva nesse quadro somente após a abertura do Caminho da Mata (1730) que estabelece uma rota para o transporte do gado. Ao redor dos lugares de pouso e pastagens das tropas, inicia-se a construção de moradias que estimula os futuros povoados nos “*campos*” da vila de Curitiba.⁹⁰ Toda essa movimentação em função de uma economia que girava em volta do tropeirismo, rompeu com certo isolamento nos “*sertões*” onde habitavam os “*neobrasileiros*”.⁹¹ Contudo, como nos revela Machado, não deixa de predominar uma agricultura de subsistência e de abastecimento, por parte da maioria dos moradores, compreendendo em se tratar de uma região onde a população escrava era pequena em relação ao número de habitantes, tanto que até mesmo as pessoas com mais posses sentem dificuldades em incorporar terras, cativos e agregados aos seus domínios.⁹²

⁸⁸ NADALIN, *op. cit.*, p. 230.

⁸⁹ SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial; 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHEL, Leslie. **História da América latina**: A América Latina Colonial, vol. II. São Paulo: Edit. da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999a, pp. 384-5.

⁹⁰ MACHADO, C. **O patriarcalismo possível**: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. São Paulo: Revista Brasileira Estudos Populacionais, v. 23, n. 1, p. 167-186, jan./jun. 2006. p. 169.

⁹¹ TRINDADE, *op. cit.*, 18.

⁹² MACHADO, *op. cit.*, p. 168

Percebe-se na região dos campos de Curitiba uma população empobrecida, sendo grande parte fruto da mestiçagem. Restando muitas vezes para estes indivíduos apenas se colocaram no estratagema da rede de poderes como agregados de pessoas de maiores prestígios na sociedade.⁹³ Imagina-se então o peso dessas decisões, inclusive, na formação dos corpos militares, uma vez que, o fruto dessa escolha pode implicar no recrutamento dos postos mais baixos na hierarquia.

Percebe-se pelas características geográficas e de sua população que a vila de Curitiba encontra-se incumbida como as demais vilas paulistas de fornecer almas e equipamentos para forças de defesa contra as ameaças de qualquer inimigo ou aliado de seu rei. Por conseguinte, a reestruturação militar estende-se para as posses americanas, inclusive para os curitibanos, como uma tentativa de atualizar os corpos militares, em termos de disciplina, estratégica, administração e aparato militar com o que havia de mais eficiente na Europa.⁹⁴

As reformas bélicas implantadas na Capitania de São Paulo no governo de Morgado de Mateus permeiam todos os corpos de armas, entre eles, o Tropas de Auxiliares. Vale salientar como já foi dito, Corpos Auxiliares ou como mais conhecidos os Terços de Auxiliares⁹⁵ surgem logo após a Restauração portuguesa, de 1640, coma incumbência de proteger as fronteiras, aliviando os súditos mais humildes agrupados nas ordenanças, pois esse novo corpo de armas deve reunir em suas fileiras apenas os mais “*honrados*” e “*afazendados*” do reino. Sua implantação na Capitania de São Paulo antecede em muito a chegada de Botelho Mourão, na América portuguesa. Institui-se em 1697, no governo de Artur de Sá e Menezes, que no momento exercia por determinação régia, de 16 de Dezembro de 1695, o governo das Capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas. Sua formação se baseia pela preocupação de organizar um dispositivo de controle e fiscalização das valiosas jazidas da região das Minas.⁹⁶ Há uma preocupação em acionar as pessoas de maior *prestigio* e *qualidade* na região a fim de assegurar uma aliança dos laços de fidelidade entre o rei e os grupos locais, tanto que há a nomeação de Domingos da Silva Bueno, como Mestre de Campo, em 1698, que concorre para tal pensamento. Pois, o

⁹³ **Ibid.**, p. 170 e 182.

⁹⁴ WEHLING, **op. cit.**, p. 191.

⁹⁵ A expressão “Terço” pode ser relacionada aos exércitos modernos alemães e italianos, que dividiam seu efetivo de infantaria ou cavalaria em partes que não ultrapassam a mil homens. Resultando a denominação de Terços a infantaria lusitana por nunca ultrapassar a terça parte de um Regimento alemão. Ver mais em MELO, F. M. Epanáforas de Várias Histórias Portuguesas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 3ª. edição revista e anotada por Edgar Prestage, 1931. p. **Apud:** LEONZO, **op.cit.**, p. 21.

⁹⁶ **Ibid.**, p. 23.

mesmo é conhecido como súdito de grande fidelidade ao monarca, além de exercer vários cargos na república tanto civis como militares – exerceu o posto de Capitão de Cavalos da vila de Curitiba, Provedor e Guarda-mor das minas de Paranaguá – e também é neto de Amador Bueno “o aclamado”.⁹⁷

Portanto, segue-se uma política de recrutar os paulistas de maior prestígio social nas fileiras auxiliares, por intermédio de honras e mercês para garantir a ação real sobre a área aurífera. A carta régia de 20 de Dezembro de 1698, que confirma as nomeações de Silva Bueno e Domingos Amores, como comandantes das recém criadas tropas auxiliares paulistas, salienta a relevância da concessão de postos militares para motivar outros a integrar os corpos de armas, afirma que “*considerando se que este podera ser o meyo para que estes vassallos com esta honra se animem e a sua imitação outros a se empregarem no meu serviço com aquelle zello que convem*”.⁹⁸

Observa-se na primeira metade do século XVIII uma grande multiplicidade de postos militares. Não se distingue ao certo as delimitações de cada corpo militar, principalmente entre auxiliares e ordenanças, tal confusão não era somente característica da Capitania de São Paulo, mas se estende para toda a América portuguesa. No governo de Morgado de Mateus, a frente da Capitania de São Paulo, coexiste junto com a reestrutura dos corpos auxiliares para sua modernização uma política de incentivo ao recrutamento, “*(...) pois que para empresas de que se trata, são os Paulistas e Certanistas os soldados mais próprios q eu o Brazil tem para a vida militar.*”⁹⁹ O Governador-Geral além de acenar aos paulistas lembrando os feitos heróicos de seus antepassados, para animá-los a sentar praça informou-os sobre os direitos aos privilégios destinados aos auxiliares, segundo o “*Alvará dos Soldados Auxiliares*”.¹⁰⁰ Que permite aos oficiais o direito ao soldo e ao uso do fardamento igualmente como nas tropas pagas, como o direito ao senhorio sobre toda terra desbravada ou conquistada sob seu comando, se, todavia, organizasse a fundação de vila. Empenhou-se em ser ele mesmo um soldado auxiliar, participando das instruções militares e comandando um dos Terços, o “*Regimento do General*”.

⁹⁷ **Ibid**, p. 25.

⁹⁸ R.I.H.G.S.P. v. XVIII, p. 359, “Documentos relativos ao bandeirismo”. “Carta Régia aprovando as nomeações de Domingos da Silva Bueno e Domingos de Amores para comandantes dos Terços de São Paulo, feitas por Artur de Sá e Menezes, de 20 de outubro de 1698”. Apud: LEONZO, **op. cit.**, p. 26.

⁹⁹ D.A.E.S.P., 0.420, lata 62, livro 169, T. C., “Avisos e Cartas Regias 1765-1767”, f. 6 e 9, “Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha contendo instruções de governo a serem transmitidas ao Morgado de Mateus. Apud: LEONZO, **op. cit.**, 26

¹⁰⁰ D. I. v. XIV, p. 81 a 84, “Cópia do traslado do Alvará dos Soldados Auxiliares, porque gozão dos previllégios delle. Montemor-O-Novo, 24 de novembro de 1645.

Na prática alguns dias após o desembarque, o novo governador das terras paulistas, toma as primeiras providências, no intuito de conhecer numérica e sistematicamente os habitantes e suas posses. Logo, a elaboração dos levantamentos censitários populacionais, possibilita ao Governador-Geral conhecer seus administrados em prol de melhor arrecadar impostos e conhecer as potencialidades bélicas. Portanto, em 1765, Morgado de Mateus ordena o primeiro recenseamento de todas as vilas paulistas. Para tanto, apenas duas instituições neste momento possuem condições organizacional de auxiliá-lo na realização de tal empreendimento, a Igreja e as Companhias de Ordenanças.¹⁰¹ Enfim, de posse das listas nominativas de habitantes se conhece o número de homens aptos para servir nos corpos de armas, e inicia a reestruturação militar.

Quanto as Tropas Auxiliares, Botelho Mourão adota a estratégia bélica de dividir geograficamente a Capitania em dois grandes blocos: litoral e planalto, correspondendo a “*Marinha*” e “*Serra Acima*”, respectivamente. Sendo ainda que cada bloco contasse com uma subdivisão compreendida como Norte e Sul. O estratagema diferente dos critérios adotados no Reino se justifica pela distinção física do território, para facilitar o agrupamento dos efetivos nas manobras militares.¹⁰²

Na tabela 1 e 2 nota-se o número de vilas sedes de companhias de auxiliares, tanto de infantaria ou de cavalaria, que compõem cada Regimento de Auxiliares. O número citado de combatentes é fruto da soma de todos os homens válidos para o combate, que são os soldados, os oficiais e o Estado Maior de cada Terço relacionado.

Estes dados são enviados pelo Governador-mor no ano de 1767, ao Conde de Oeiras, relatando como se encontram dispostos os Terços Auxiliares. Verificando os dados extraídos por Marcílio, em sua obra, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*, em relação ao total da população absoluta paulista no ano de 1765, que chegam ao total de 78.855 habitantes,¹⁰³ pode-se sugerir que 5,07% desta mesma população encontra-se recrutada nas fileiras dos corpos de armas auxiliares, no caso, 4004 soldados. Atenta-se para o fato que destes soldados se inclui somente homens livres, entre uma faixa limitada de idade que pode variar acima de 14 anos de idade há um pouco mais de 60 anos.

¹⁰¹ MARCÍLIO, *op. cit.*, p. 32.

¹⁰² LEONZO, *op. cit.*, p. 45.

¹⁰³ MARCÍLIO, *op. cit.*, p. 71.

Tabela 1. Distribuição e efetivo dos Regimentos da Capitania de São Paulo, situados espacialmente em “Serra Acima”, no governo de Morgado de Mateus, no ano de 1767.

Regimentos	Companhias	Efetivo
Primeiro Corpo de Dragões de São Paulo e Vilas do Sul de Serra Acima	12	768
Segundo Corpo de Ligeiros de Guaratinguetá e Vilas do Norte de Serra Acima	06	387
Terceiro Corpo de Infantaria de São Paulo e Vilas de Serra Acima	15	975
Quarto Corpo de Infantaria de Guaratinguetá e Vilas do Norte de Serra Acima	06	390
Total	39	2520

Fonte: D. I. vol. XXIII, P. 85 e 87, “Carta de D. Luis Antonio de Souza ao Conde de Oeiras descrevendo os corpos militares existentes na Capitania de São Paulo”. São Paulo, 2 de janeiro de 1767.

Tabela 2. Distribuição e efetivo dos Regimentos da Capitania de São Paulo, situados espacialmente na “Marinha”, no governo de Morgado de Mateus, no ano de 1767.

Regimentos	Companhias	Efetivo
Quinto Corpo de Infantaria da Marinha de Santos e Villas do Norte	08	520
Sexto Corpo de Infantaria da Marinha de Paranaguá	14	964
Total	22	1484

Fonte: D. I. vol. XXIII, P. 85 e 87, “Carta de D. Luis Antonio de Souza ao Conde de Oeiras descrevendo os corpos militares existentes na Capitania de São Paulo”. São Paulo, 2 de janeiro de 1767.

Obs. No Sexto Corpo de Infantaria soma-se juntamente as três companhias de cavalaria “uzares” da Vila de Curitiba, com o efetivo completo de 249 cavalarianos.

Entre as determinações de Morgado de Mateus no decorrer da reestruturação bélica dos Corpos Auxiliares, há a confecção e manutenção de um *Livro Mestre* para cada Regimento, a fim de manter os dados sobre os milicianos sempre organizados e atualizados em um *Mapa de Recrutamento*, de elaboração mensal feito pelo Capitão de cada companhia e enviado ao Estado Maior de cada Terço “para que por ele se possa

*saber o numero de soldados que estão prontos debaixo das Armas, como tão bem os que estão ausentes, e licenciados, e os faltão para o completo, para que sobre isso se darem as providencias necessárias.”*¹⁰⁴ Preocupação em manter os mesmos sempre atualizados quanto a sua situação bélica justifica-se pelo número de homens que se recusam a integrar as suas fileiras. Caso semelhante se constitui na Vila de Paranaguá, quando alguns oficiais auxiliares se recusam a aderir espontaneamente nos corpos de armas, apenas se sujeitando após as ameaças do Governador-geral em retirar suas patentes militares e sofrerem as devidas punições pelos seus atos de insubordinação.¹⁰⁵ Outros casos mais sérios propriamente de deserções e fugas tornam-se mais repetitivos, não somente por serem convocados a empunhar suas espadas em batalhas contra os castelhanos, mas também quando são requisitados a participarem de expedições aos “*sertões*” como o intuito de explorar e ocupar novas posses, como as entradas de Tibagi e Ivaí. Tal posicionamento de insubordinação faz com que o Governador-Geral ameace a todos com alguns preceitos dispostos no “*Regulamento Disciplinar*.”¹⁰⁶ organizado pelo Conde Lippe, em 1763, onde deixa claro no “*Bando de 1767...*”, que os

“inhabeis para não para não mais poderem pretender a officios de honra, nem de conveniência, nem serem prpostos nas pautas para officiales da Câmara, nem poderem pedir satisfação de injurias em qualquer parte que aparecerem, serem apreendidos, e remetidos logo para as Galés da Praça de Santos”.¹⁰⁷

Botelho Mourão deixa claro em suas correspondências com o Vice-rei do Estado do Brasil, que se encontram prontas, treinadas e disciplinadas suas tropas auxiliares em caso de acionamento das mesmas para a defesa das posses reais contra eventuais inimigos. Porém, em uma destas cartas salienta a utilização destes homens no momento oportuno e ainda ressalva para que as mesmas permaneçam em aguardo

“para o mayor aperto pelo grande desarranjo que se segue as suas pessoas e familiares em serem obrigados a hir servir para grande distancia, como também, porque desta

¹⁰⁴ D.I. v. XXIII, p. 127 a 130, “*Ordem de D. Luis Antonio de Souza sobre os privilégios dos Auxiliares, instituição de Livros Mestres, etc. São Paulo, 20 de Novembro de 1766*”.

¹⁰⁵ D. I v. LVX, p. 140 e 141, “*Bando de D. Luis Antonio de Souza ordenando o fardamento, no prazo de três meses, do corpo militar de Paranaguá. São Paulo, 2 de Abril de 1767.*”

¹⁰⁶ LIPPE, Conde Reinante de Schaumbourg, “Regulamento para o exercicio e disciplina dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima”, na Regia Oficina, Lisboa, 1794, p. 1 a 240. **Apud.** LEONZO, **op. cit.**, p. 47.

¹⁰⁷ D.I. v. LVX, p. 125 a 126, “*Bando de D.Luis Antonio de Souza para todos os Officiais e soldados das tropas Auxiliares que dezertarem , serem castigados na forma nelle declarado. São Paulo, 2 de Abril de 1767.*”

resolução se seguiria o abandono das suas lavouras e deste a grande falta de mantimentos, que seria mais prejudicial que a mesma guerra”¹⁰⁸

Quase ao final do governo de Morgado de Mateus, em 1774, fica definido por Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em partes pelos acontecimentos da invasão castelhana ao território do Rio Grande de São Pedro, que os corpos auxiliares ficam incumbidos da defesa dos portos e lugares de sua própria capitania,

“visto serem os ditos Regimentos na mayor parte formados dos principais cabeças das famílias; e de homens casados, e estabelecidos; sendo certo, que esta qualidade de tropa so he boa, e útil para se empregar no próprio paiz, guarnecendo os portos e lugares della; onde não só defendem os mesmos portos e lugares; mas também as suas casas e famílias, que he o mayor estímulo, para se comportarem como devem”.¹⁰⁹

Com o término do governo de Morgado de Mateus (1765-1775), e o início da administração de seu sucessor Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782) as recomendações do ministro Mello e Castro prosseguem reiterando as dificuldades em proteger tão extensos domínios sem o auxilio dos súditos. Contudo, adverte para o novo Governador em não converta a capitania num estado de sítio, pois, esta atitude abalaria os laços de fidelidade que cimentam as relações sociais, prejudicando o controle real sobre a população e o desenvolvimento da economia.¹¹⁰ Pois, os

“habitantes, de que se compõem os mesmos corpos auxiliares são os que em tempo de paz cultivam terras, criam os gados, e enriquecem o país com o seu trabalho e indústria, e em tempo de guerra são os que com as armas na mão, defendem os seus bens, a suas casas e as suas famílias das hostilidades e invasões inimigas.”¹¹¹

Ao assumir o governo Lopes Lobo acusa seu antecessor, Morgado de Mateus, de propiciar em seu governo somente um caos nos Terços Auxiliares. Afirmar ter encontrado um efetivo disperso, maltrapilho e desarmado. Composto em sua maioria não pelas “*melhores pessoas*” da Capitania, mas por meninos e velhos, sem as mínimas condições de exercer sua missão de defesa, para o qual são recrutados. Leonzo salienta que se podem imputar as declarações de Lopes Lobo, como desprovidas de verdade, suas intenções

¹⁰⁸ D.I. v. XXXV, p. 177 e 178, *Resposta de D. Luis Antonio de Souza ao Plano do Vice-rei do Estado do Brasil*. São Paulo, 2 de Setembro de 1773.

¹⁰⁹ LEONZO, *op.cit.* p. 51.

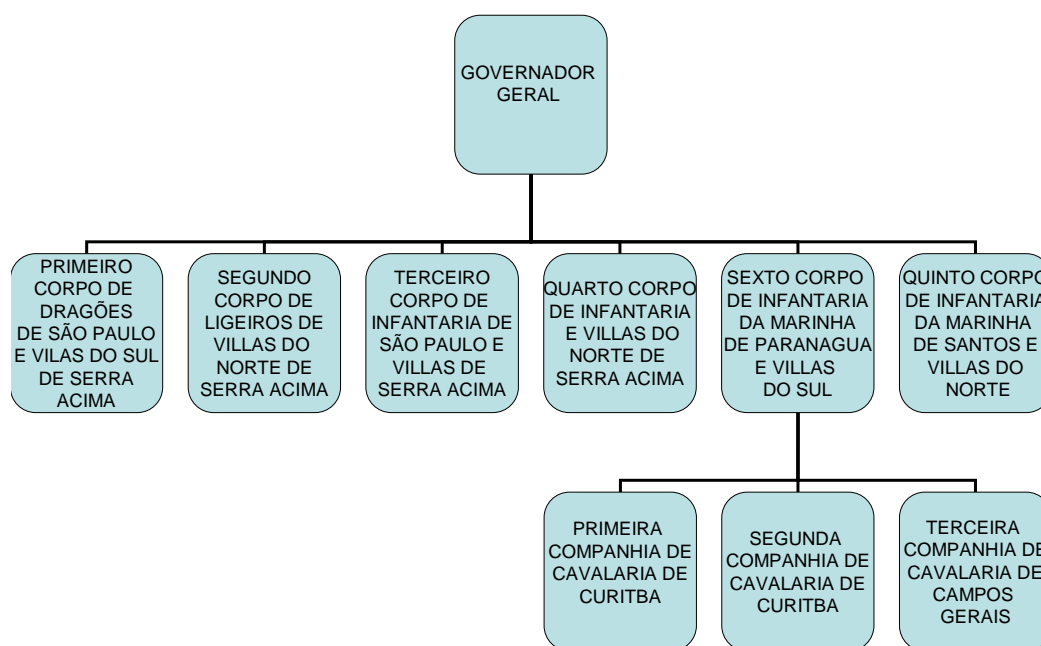
¹¹⁰ *Ibid.*, p. 52.

¹¹¹ D.I. v. XXVIII, p. 160 a 172. “*Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha para Martinho de Mello e Castro sobre os Regimentos de Auxiliares da Capitania de São Paulo*”. São Paulo, 19 de Fevereiro de 1776.

direcionam para macular a imagem de Botelho Mourão, junto ao Reino.¹¹² Logo, movido ou não por sentimentos duvidosos em relação ao seu antecessor, em 1776, inicia-se uma nova reestruturação nos corpos auxiliares.

De acordo com os organogramas 1 e 2 abaixo pode-se visualizar como procedeu o transformação empreendida por Lopes Lobo. Nota-se que a figura do Governador-Geral da Capitania encontra-se destacada no organograma por ser o comandante geral dos corpos auxiliares. Com a administração de Lopes Lobo se constituem quatro Terços de infantaria todos com dez companhias, e dois Regimentos de cavalaria com oito companhias. Há o acrescentamento no Terceiro Terço de Paranaguá de uma companhia de artilharia e quatro companhias de cavalaria.

Organograma 1. Distribuição das Tropas Auxiliares no governo de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, frente a Capitania de São Paulo, no ano de 1767.



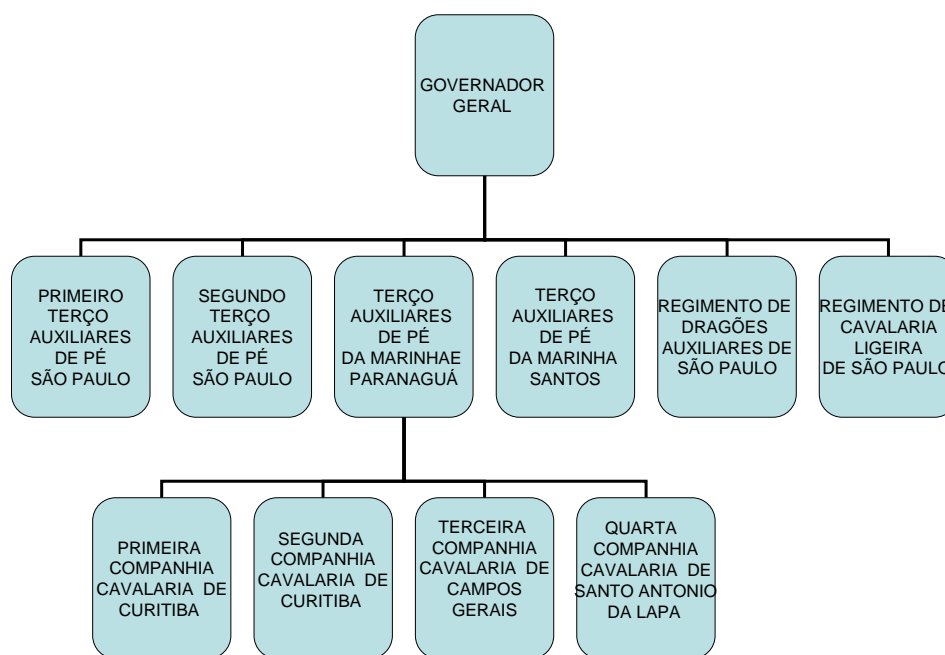
Fonte: D. I. vol. XXIII, P. 85 e 87, “Carta de D. Luis Antonio de Souza ao Conde de Oeiras descrevendo os corpos militares existentes na Capitania de São Paulo”. São Paulo, 2 de janeiro de 1767.

As mudanças aparentes são a procura de uma melhor homogeneidade dos Terços para que todos pudessem contar com um número de companhias em seu interior. Todavia, observa-se uma quantidade diferente de companhias no interior dos Regimentos no governo de Morgado de Mateus. A justificativa atribuída para a desproporção se deve ao

¹¹² LEONZO, *op. cit.*, p. 54.

fato das dificuldades de agrupar vilas distantes sob o mesmo comando, preferindo deixar alguns Terços com companhias a menos ou a mais para facilitar o seu emprego, tanto em combates como em treinamentos. Outra mudança substancial é o numero de soldados distribuídos entre as companhias, se fixa em sessenta o numero de infantes e de cinquenta de cavalarianos. Anteriormente os números variavam de companhia para companhia, nada muito acima ou abaixo, dos novos números fixados, a não ser quanto às quatro companhias de cavalaria do Terço de Paranaguá que constam com oitenta cavalarianos e que a partir desde momento passam a ter seus efetivos diminuídos de acordo coma nova determinação.

Organograma 2. Distribuição das Tropas Auxiliares no governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha, frente a Capitania de São Paulo, no ano de 1777.



Fonte: D.I. v. XXVIII, p. 281 e 282. “Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha para Martinho de Mello e Castro sobre a formatura de Corpos de Auxiliares, acompanhado das relações dos mesmos. São Paulo, 5 de Abril de 1777.

Para Lopes Lobo os soldados auxiliares destacados em qualquer companhia distribuídas ao longo da Capitania encontram-se agora, após sua reformulação, preparados para qualquer utilização. Salienta somente ao ministro Mello e Castro que providencie

para estes homens armas adequadas e eficientes que estão sem uso no reino, visto que as disponíveis são sucateadas e obsoletas.¹¹³

¹¹³ D.I. v.XXVIII, p. 282 a 283. “Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha para Martinho de Mello e Castro sobre a formatura de Corpos de Auxiliares. São Paulo, 5 de Abril de 1777.

CAPÍTULO 2: CAVALO, CATANA E CLAVINA NA VILA DE CURITIBA.

2.1 Homens de Armas: seu Corpo Militar e Material Bélico.

Por fim, dada à importância dos auxiliares nos setecentos torna-se imprescindível um estudo mais profundo sobre o seu papel na vila de Curitiba, no último quartel do século XVIII. Verificar de que forma, nesta sociedade colonial lusitana do Antigo Regime, se operavam as relações sociais e as estratégias de negociações desses homens de armas em seu interior. Portanto, observar como resulta a seleção dos indivíduos que compunham os diversos postos das companhias de auxiliares de cavalaria. Por conseguinte, para que se possa apreender e verificar o que se almeja no estudo, um grupo social foi delimitado, no caso, são as quatro companhias de cavalaria auxiliar da vila de Curitiba, sendo espacialmente divididas: a Primeira e a Segunda, na própria vila de Curitiba, a Terceira em Santo Antonio da Lapa, e a Quarta nos Campos Gerais.

Antes de iniciar o estudo destes homens de armas da vila de Curitiba, é interessante apreender como é constituída esta instituição militar que agrupa em suas fileiras “*pessoas de experiência e valor*”.¹¹⁴

As companhias de infantaria, cavalaria e artilharia reúnem respectivamente em suas fileiras sessenta soldados, caso fossem infantes ou cinquenta quando cavalarianos, não se sabem o número exato na artilharia. Mas o efetivo pode sofrer variações em seu número de acordo com a estratégia bélica adotada ou à disponibilidade do efetivo recrutado. Observando o Terço estacionado na região da “*Marinha*”, de Paranaguá, no governo de Morgado de Mateus, em 1767, nota-se que os mesmos estavam sujeitos a variações no seu interior. Apesar do número exato de soldados nas companhias de infantaria, o corpo de cavalarianos ultrapassa em muito o limite estipulado. Seu excedente corresponde há quase duas companhias completas, talvez por este motivo justifica-se na administração de Lopes Lobo, em 1776, a criação da quarta companhia de cavalaria auxiliar de Santo Antonio da Lapa.¹¹⁵

¹¹⁴ Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares. Lisboa, 7 de Janeiro de 1645”. In: **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa** compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

¹¹⁵ D. I. vol. XXIII, P. 85 e 87, “*Carta de D. Luis Antonio de Souza ao Conde de Oeiras descrevendo os corpos militares existentes na Capitania de São Paulo*”. São Paulo, 2 de janeiro de 1767

Outro ponto fundamental quanto à estruturação dos corpos auxiliares corresponde a divisões hierárquicas no comando e no interior das companhias. Nota-se na tabela 3 a distribuição do efetivo de acordo com a posição ocupada. As duas distintas companhias, ou armas, se diferem além do número de integrantes, que seria o ideal, contando todo o efetivo, de 59 cavalarianos e 70 infantas, também pelas ausências ou modificação de algum posto. Por se tratar de uma sociedade tributária de valores sociais, ser um cavalariano pode ocasionar mais peso ao seu status de *homem de arma*. Corrobora para tal afirmação a transferência, em 1784, de um infante que ocupa o posto de Furriel, que transferido para as tropas montadas pode apenas ser agregado como soldado.¹¹⁶ Apesar, de ser claro que as inovações técnicas na maquinaria bélica tiram parte do potencial ofensivo das tropas montadas, mas não o seu simbolismo.

Tabela 3. Distribuição do efetivo de auxiliares conforme a companhia em que é destacado e a posição que ocupa na hierarquia da mesma.

Companhia de Cavalaria		Companhia de Infantaria	
Divisão	Efetivo	Divisão	Efetivo
Capitão	01	Capitão	01
Tenente	01	Tenente	01
Alferes	01	Alferes	01
Furriel	01	Sargento	01
Porta-Estandarte	01	Furriel	01
Cabo	04	Porta-Bandeira	01
Soldado/Trombeta	50	Cabo	04
		Soldado/Tambor	60
Total	59	Total	70

Fonte: MENDONÇA, M. C. de. Raízes da formação administrativa do Brasil. V. 2. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-Conselho Federal de Cultura, 1972. Apud: LEONZO, **op. cit.**, p. 88 e 89; SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos**. A Administração no Brasil Colonial, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 301 a 310.

Quanto às funções atribuídas a cada um no interior da companhia, pode-se afirmar que cabe aos soldados ser à base desta instituição, mas procura-se mesmo para esta posição homens *“distintos com maior possibilidades para poder se fardar, concorrendo a*

¹¹⁶ D.I. v. LXXXV, p. 36, “Portaria de Francisco da Cunha” São Paulo, 15 de Maio de 1777.

circunstância de serem hábeis para o Real serviço.”¹¹⁷ Apesar, que como salienta Leonzo a continuidade dos conflitos na região platina e o envio de homens em expedições ao “sertão” faz com que ocorra uma procura acelerada por homens, possibilitando que qualquer indivíduo encontre lugar como soldado auxiliar.¹¹⁸ Os outros postos eram divididos entre oficiais de patente e oficiais inferiores. Na primeira encontram-se o Capitão, Tenente, e Alferes; e na segunda divisão o Furriel, Porta-Estandarte e Cabo. Cabe ao Capitão, que é o comandante da companhia, indicar na ausência do Mestre de Campo, ao Governador-Geral os nomes de todos os oficiais subalternos que fazem parte de sua companhia.¹¹⁹ Estes oficiais são responsáveis pelo comando da tropa e de acordo com sua posição na pirâmide possuem atribuições inerentes a seu posto. Por conseguinte, o Tenente é o substituto direto do Capitão em caso de necessidade, e o Alferes, logicamente pela hierarquia o seu. Já ao Furriel é de sua competência zelar pela logística da tropa, pelo seu almoxarifado, sua posição equivale a um Sargento na infantaria. O posto de Porta-estandarte, como o nome já o define, é aquele encarregado de portar a bandeira. O auxiliar designado como Cabo, ou mais conhecido como Cabo de Esquadra, fica com a atribuição de comandar uma pequena fração do efetivo e controlar a presença de todos os seus subordinados, nas ocasiões de treinamento, logo, são necessários quatro cabos por companhia para desempenhar uma das principais funções da unidade militar. O trombeta na cavalaria e o tambor na infantaria, ambos, apesar de serem salientados como postos na hierarquia militar, desempenham funções, pois, muitas vezes seu lugar, ou melhor, sua incumbência é exercida por um soldado ou outro auxiliar. No entanto, como é visto que a função é realizada muitas vezes por aqueles que ocupam a base hierárquica da companhia, não diminui em nada o valor de sua missão, pois, as notas musicais de seus instrumentos são fundamentais para repassar as instruções militares no campo de batalha para que o efetivo se conduza segundo as ordens de seus comandantes.¹²⁰

Uma companhia auxiliar está inserida em um Terço ou Regimento. Este varia o número de companhias para sua formação, no caso, da política empreendida por Lopes Lobo, tem-se o número de dez companhias se tratando de um Terço de infantaria e de oito

¹¹⁷ D.I. v. LXXXIV, p. 135, “*Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o Capitão-Mor da Vila de Parnaíba pedindo a nomeação de seis paisanos para completarem a companhia do Tenente-Coronel de Dragões Auxiliares.* São Paulo, 22 de Maio de 1778.”

¹¹⁸ LEONZO, *op.cit.*, p. 93.

¹¹⁹ D.I. v. LXXV, p. “*Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o Capitão Antonio Luis de Morais Pissarro, na vila de Mogi-Mirim, comunicando, entre outros assuntos, que aprova as nomeações feitas para tenente e para alferes de sua companhia.* São Paulo, 10 de Abril de 1776.”

¹²⁰ SALGADO, *op. cit.*, p. 301 a 310.

companhias para um Regimento de cavalaria. Portanto, aproximadamente setecentos e quinhentos homens respectivamente em cada um. No ápice do comando de um Terço encontra-se o Estado-Maior, responsável pelo comando de todas as companhias sujeitas a sua autoridade, o mesmo é composto por: um Sargento-Mor, um Mestre-de-Campo e um Ajudante. O Sargento-Mor era recrutado entre os capitães da tropa paga e geralmente na América portuguesa era oriundo do Reino. Ele fica incumbido de exercitar e treinar os efetivos para que sempre estejam preparados para o combate, por esse motivo é requisito que possua experiência nas artes bélicas. Além de exercer funções como organizar diligências para captura de desertores e criminosos, fiscaliza a abertura e manutenção de estradas. O cargo de Ajudante serve para subsidiar o Sargento-Mor nas inúmeras responsabilidades que lhe são delegadas. E também se destina a um militar experiente. Os postos de Mestre-de-Campo ou de Coronel – esta última patente é utilizada nos corpos de cavalaria, enquanto a primeira se refere aos corpos de infantaria – segundo as recomendações do Conde de Oeiras, à Morgado de Mateus deviam ser preenchidos pelos “*moradores principaes daquela Capitania*”, para que os demais se motivassem a se alistar de boa vontade nas fileiras dos corpos auxiliares.¹²¹ Logo, notam-se distinções no governo de Morgado de Mateus e de seu sucessor, em relação ao provimento destas vagas de Coronel e Mestre-de-Campo. Botelho Mourão afirma que os provimentos feitos no passado, sem a existência de corpos militares suficientes para os mesmos exercerem suas patentes, pesou para banalizar toda a simbologia atribuída a função. Por este motivo prefere deixar os Terços de Auxiliares em sua administração sem ninguém nestes cargos.¹²² Na segunda metade do governo de Lopes Lobo, há o provimento de inúmeros postos vagos. Diferentemente de seu antecessor e do início de seu próprio governo, isso talvez se justifique devido às orientações do Marques de Lavradio, que o adverte para que no início de sua administração não instituir ninguém nestes postos de comando, somente: “*quando estes estivessem mais acostumados, e sujeitos a obediência*”¹²³

Uma das intenções da pesquisa é verificar se estes cavalarianos distribuídos nas fileiras de quatro companhias de cavalaria auxiliar da vila de Curitiba estão preparados e

¹²¹ Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, Ordem. 420, lata 62, Livro 169. “Avisos e Cartas Régias - 1765/1767”, fl. 6v, “Carta do Conde Oeiras ao Morgado de Mateus contendo instruções de governo (...)”. **Apud** : LEONZO, **op. cit.**, p. 73.

¹²² D.I.v. XXIII, p. 98 a 100, “*Carta de D.Luis Antonio de Souza ao Conde de Oeiras dando as razões porque não foram providos os postos de Coronéis*”. São Paulo, 2 de janeiro de 1767.

¹²³ D.I. v. XVII, p. 124, “*Carta do Marques de Lavradio para Martim Lopes Lobo de Saldanha*”. São Paulo, 2 de janeiro de 1767.

organizados para o objetivo principal para o qual são criadas, que é o combate contra os possíveis assédios castelhanos. Logo, pretende-se analisar os dados encontrados sobre as questões bélicas, como: o número do efetivo, o ano em que assentam praça nas tropas auxiliares e informações referentes aos equipamentos e armamentos obrigatórios.

Tabela 4. Distribuição do efetivo das Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de1776, de acordo com os postos no seu interior.

Postos	Companhias de Cavalaria Auxiliar				Total
	Primeira Companhia	Segunda Companhia	Terceira Companhia	Quarta Companhia	
Capitão	01	01	01	01	04
Tenente	01	01	01	01	04
Alferes	01	01	01	01	04
Furriel	01	01	01	01	04
Porta-Estandarte	01	–	–	–	01
Cabo	04	04	04	02	14
Soldado	56	68	64	42	230
Total	65	74	72	50	261
%	24.90	28.35	27.58	19.15	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Para tanto, a tabela 4 demonstra o número de auxiliares destacados nas companhias e permite visualizar se há alguma ausência em um dos postos no interior de cada uma. Nota-se que todos os postos estão preenchidos, porém, o posto de Porta-estandarte é ocupado somente na Primeira companhia, pode-se supor que talvez outro auxiliar em dias de treinamento ou em outras situações necessárias realiza a função de portar o pavilhão da companhia. Outra informação relevante se dá em relação aos postos de comando, todas as companhias possuem Capitão, Tenente e um Alferes, demonstrando que apesar das diferenças no número do efetivo total de cada uma, todas estão sendo comandadas.

Nota-se que a diferença entre a Segunda companhia que possui o maior efetivo com 74 homens, em torno de 28,35% do total encontrado e a Quarta companhia com seus 50 cavalarianos, correspondendo à menor porcentagem do efetivo com apenas 19,15%, revela uma diferença considerável de 24 homens, logo, quase a metade desta última companhia. Não se pode afirmar que a diferença nos contingentes seja devido à posição espacial em que esteja estacionada, pois, o segundo maior conjunto de soldados encontra-se na Terceira companhia de Campos Gerais, provavelmente com maiores dificuldades geográficas que a Primeira companhia em compor seus quadros. Portanto, verifica-se que as forças de cavalaria estacionadas na região da vila de Curitiba, atingem o contingente proposto nas determinações do Governador-geral, Lopes Lobo, até mesmo superando em 25 homens de armas, já que se pede que cada uma das companhias tenha em torno de 59 auxiliares, totalizando 236 soldados para quatro companhias de cavalaria, já as citadas acima constituem o equivalente há 261 indivíduos.

Outra informação relevante para verificar a política de alistamentos junto à população se refere aos anos que se concentraram os assentamentos. Tais dados permitem conhecer em qual administração se intensifica o recrutamento para formação das companhias de cavalaria, na vila de Curitiba. A tabela 5 demonstra que a grande concentração de assentamentos se concentram no ano de 1766, com 24,59% dos totais de alistados, precisamente o segundo ano da administração de Morgado de Mateus, e o mesmo ano da “*Carta Régia de 22 de Março de 1766*”, que determina o recrutamento da população para que a defesa das posses ultramarinas em virtude da falta de efetivo de soldados da primeira linha. Estes 24,59% correspondem somente aos 46 homens da Primeira companhia, respectivamente a 70,76% do seu efetivo, vale salientar a relevância deste dado não apenas pelo ano de assentamento, mas para o mês que é realizado, no caso, o mês de Março. Logo, o empenho do Governador-geral em compor as fileiras ocorre simultaneamente à expedição da carta de régia de 1766, pode-se entender que Morgado de Mateus, já recebe instruções em relação à reestruturação dos corpos auxiliares antes mesmo de deixar o Reino para assumir o governo da Capitania de São Paulo. Os anos seguintes demonstram a continuidade dos assentamentos com maiores e menores concentrações até o ano de 1776, demonstrando que entre o período dos dois governos da Capitania onde se insere as balizas temporais desta pesquisa constata-se que o governo do primeiro realiza 82,3% dos assentamentos que compõem as companhias de cavalaria da região da vila de Curitiba, e o seu sucessor, Lopes Lobo, contribui com somente 10,69%.

Torna-se relevante observar, que não se obteve informações de 6,95% deste efetivo demonstrado na tabela e mais os dados referentes da Segunda companhia.

Tabela 5. Ano de assentamento e o número de auxiliares alistados em cada um deles das Companhias de Cavalaria Auxiliares da vila de Curitiba, de 1776.

Anos de assentamento	Companhias de Cavalaria Auxiliar			Total	%
	Primeira Companhia	Terceira Companhia	Quarta Companhia		
1766	46	–	–	46	24.59
1769	01	–	–	01	0.53
1770	04	–	29	33	17.64
1771	–	38	02	40	21.39
1772	–	–	01	01	0.53
1773	01	–	05	06	3.20
1774	–	–	04	04	2.13
1775	03	19	01	23	12.29
1776	09	07	04	20	10.69
Nada consta	01	08	04	13	6.95
Total	65	72	50	187	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR
 Obs.: A Segunda companhia da vila de Curitiba, não possui dados referentes aos anos de assentamento dos auxiliares que a compõem.

Cabe salientar que a criação dos corpos auxiliares em 1645, por D. João IV, pressupõe em excluir boa parte da população do tributo de sangue, criando, portanto um corpo de homens de *“gente desobrigada e capaz de se poder ocupar em meu serviço (...) assim porque delles se deve esperar que, por serem de qualidade e afazendados, acudam com maior vontade a defesa da sua Pátria, e meu serviço, como assentarem melhor*

nellas as mercês que espero fazer aos que assim me servirem".¹²⁴ Sabe-se que a realidade da escolha dos soldados auxiliares, muitas vezes não corresponde à expectativa real de agrupar nestes corpos os “*melhores súditos*”. A conjuntura bélica na parte Meridional do Estado do Brasil, no segundo quarto dos Setecentos, obriga recrutar muitas vezes homens, que não possuem tal autonomia econômica requisitada para ser um auxiliar, visto que um auxiliar não recebe soldo e é obrigado a se armar e fardar por meios de suas próprias divisas. Entretanto, não quer dizer que todos os súditos empenhados nas fileiras auxiliares são homens “maltrapilhos”. A tabela 6 é construída com a intenção de demonstrar a capacidade bélica das companhias de cavalaria e apreender qual o seu real potencial militar.

Tabela 6. Auxiliares da Primeira e Terceira Companhia de Cavalaria que possuem ou não equipamento e armamento.

	Primeira Companhia				Terceira Companhia			
	Nada consta		Possui		Nada consta		Possui	
Armamento Equipamento	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Cavalo	13	20	52	80	22	30.55	50	69.44
Catana	03	4.61	62	95.38	63	87.5	09	12.5
Clavina	03	4.61	62	95.38	07	9.72	65	90.27
Pistola	21	32.3	44	67.69	66	91.66	06	8.33
Cavalariaça	55	84.61	08	12.3	68	94.44	04	5.55

Fonte: Mapa de Recrutamento das Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Obs.: A Segunda e Quarta companhias da vila de Curitiba não constam de dados referentes aos armamentos e equipamentos que os auxiliares possuem.

O primeiro ponto que chama atenção é para o fato que no interior de uma companhia de cavalaria nem todos os recrutados possuem equino. Somente oitenta por cento que equivale a 52 homens em uma companhia de 65 indivíduos são mencionados como possuidores. Um número baixo para esta companhia, se a considerarmos classificada

¹²⁴ “Criação dos Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/01/1645”, In: **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, op.cit.**, p. 271-272.

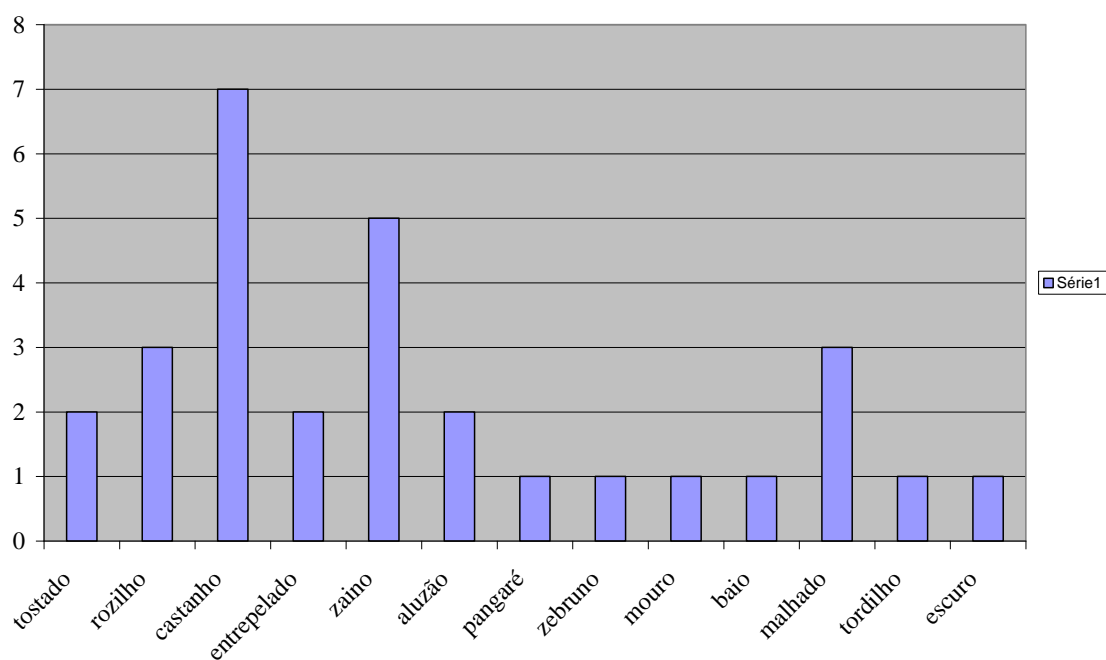
como uma arma de cavalaria. Quanto a Terceira companhia demonstra índices ainda mais elevados de cavalarianos sem cavalo, chegando a mais de trinta por cento. Logo, questiona-se de imediato a eficiência das mesmas como um corpo militar especializado. Imaginam-se algumas hipóteses para solucionar tal entrave, como o próprio empréstimo de animais de algum auxiliar para o outro, por parte daqueles que possuem muito mais que apenas uma montaria, principalmente cedidos pelos oficiais, no caso, o Capitão da companhia que é responsável por recrutar em suas fileiras homens com posses suficientes para ter um cavalo, pois, se não tem condições, devem ser classificados como infantes e não como cavalarianos. Portanto, acena-se a compreender o porquê de alistar um homem em um corpo de cavalaria se não tem em seu poder este animal. Talvez uma das motivações seja apenas com a preocupação em manter as listas de recrutamento completas, mesmo que apresente sérios problemas em sua formação, ou mesmo contrariando as determinações que o auxiliar tem que dispor de meios para pertencer a um corpo bélico de segunda linha, ele é mantido talvez por motivos particulares do recrutador em ter sob seu mando determinados homens.

As constatações sobre os altos índices de homens sem a posse do equino, são ainda mais ressaltadas dadas à exigência de ter a disposição um escravo de pajem para realizar a manutenção do animal. Na tabela acima nota-se que é de 12,3% e 5,55%, respectivamente, na Primeira e Terceira companhia, o índice de indivíduos que tem uma cavalaria. Lembrando ser um dos requisitos não somente ter condições de manter um animal a sua custa para integrar a cavalaria auxiliar, mas também de um escravo com a incumbência de realizar qualquer serviço de selaria, baia ou alimentação e limpeza do equino.¹²⁵ Estes números referentes aos índices de indivíduos que possuem cavalo e cavalaria remetem a supor que muitas vezes os cumprimentos das determinações régias, como aquela que define a “*Criação dos Soldados Auxiliares*” e os imperativos para integrar o seu corpo de armas pode ser modificado pela falta de recursos humanos que se enquadrem nestas disposições, visto que a própria *Carta Régia de 22 de Março 1766*, determina a alistamento de todos os moradores nos Terços Auxiliares, “*sem exceções de nobres, plebeos, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos*”, deixa claro a necessidade de tentar agregar a todos em suas fileiras por mais que estes homens não sejam aqueles desejados quanto se instituiu em 1645, o *Corpo de Auxiliares*.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 271-272.

Entre os dados contidos nos Mapas de Recrutamento somente na Terceira companhia se registram informações sobre o equino que o cavalariano matricula como montaria bélica. São espécies de resenhas sobre o animal, contendo: a idade, a altura, a pelagem e se está devidamente ferrado. O gráfico a seguir expõe quais as pelagens predominantes entre equinos matriculados. O mesmo revela a preocupação por parte daqueles incumbidos de confeccionar os Mapas de registrar detalhes sobre os animais, muitas vezes com a intenção de diferenciar a montaria que cada um possui, mas também como se pode observar no caso das expedições aos sertões, documentos oficiais utilizados para se basear ao pagamento de indenizações no caso de morte ou invalidez do animal para o seu proprietário, em razão do serviço.

Gráfico 01. Tipo da pelagem dos equinos matriculados nos Mapas de Recrutamento, da vila de Curitiba, de 1776.



Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Mais do que demonstrar a pelagem predominante na companhia de cavalaria dos Campos Gerais, é considerar a grande diversidade de cores provavelmente em todos os “*campos da vila*”, já que nos cinquenta cavalos matriculados há treze pelagens distintas mencionadas pelo responsável em produzir os Mapas de recrutamento. Outro ponto

relevante é mencionar o cavalo não apenas como uma ferramenta bélica utilizada pelos homens, mas como um indicador de riqueza e *prestigio* de uma sociedade, principalmente quando se observa que nem mesmo em um corpo social, onde a princípio todos devem possuir o animal, isto não ocorre. Além de sua posse outro aspecto a ser observado se constitui em verificar quantos estão em condições de uso, no caso, devidamente ferrados. Neste conjunto de equinos apenas o auxiliar José Preto da Cruz apresenta seu animal rosilho com as quatro patas de posse de ferraduras. Os demais em torno de onze cavalos e éguas distribuem o uso dos “*ferros*” às vezes somente em três patas, outras apenas em duas e alguns somente em uma pata. Não existe uma padronização nas cores dos cavalos apesar da pelagem castanha ser a mais registrada pelos recrutadores, seguida pelo zaino.

Quanto ao porte da catana ¹²⁶ pelos auxiliares cavalarianos. Observamos situações antagônicas na utilização desta arma, enquanto na Primeira companhia mais de 95,38% utilizam esta espada para o combate, tem-se na Terceira companhia pouco mais de 12,5% dos homens a mantê-las junto a cintura. A diferença acentuada quanto ao uso, imagina-se que não se deve a nenhuma estratégia militar adotada por uma ou outra companhia, mas ocorre simplesmente ao acesso que por algum motivo até o momento ignorado, a Primeira companhia com sede na vila de Curitiba, obteve o armamento e padroniza sua utilização em suas fileiras.

As armas de fogo manuseadas pelos cavalarianos se dividem em pistolas e clavinhas ¹²⁷. Esta se refere a uma espécie de carabina muito difundida entre os cavalarianos devido ao baixo peso em relação ao mosquetão utilizado pelos infantes, desta forma facilitando seu uso em cima do cavalo. Na Primeira companhia observa-se que 95,38% do efetivo dispunham desde armamento e 90,27% na Terceira companhia. O uso difundido por quase a totalidade do efetivo de ambas as companhias pode ser explicado pela própria utilidade do armamento, com um poder de fogo imprescindível em combates que exijam um excelente resultado em confrontos de longa distância. Todavia, não há a certeza em afirmar certas características desta arma, mas sua relevância aumenta consideravelmente se possui a alma raiada, ou seja, a parte interna do cano tem sulcos helicoidais que fazem com que o projétil produza após o disparo um movimento de rotação que permite, ao mesmo, uma trajetória aproximadamente linear até o alvo. Diferentes das armas de fogo utilizadas anteriormente que eram de alma lisa, que a parte interna do cano não tinha sulcos e assim,

¹²⁶ Catana é uma espécie de espada curta e curvada. A palavra pode ser originária do Japão. BLUTEAU, R. **Vocabulário Português e Latino**. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1712, p. 195.

¹²⁷ Clavina ou cranina é uma espécie de arma de fogo mais curta que a carabina. BLUTEAU, **op. cit.**, p. 339.

apenas espalhava a munição sem direção específica, como era o caso dos antigos arcabuzes. Quanto à pistola observa-se na tabela 6 que era um item do armamento mais característico entre os homens da Primeira companhia, presente em 67,69% dos soldados, já na companhia dos Campos Gerais nota-se que 91,66% não a possuem, o motivo talvez seja por ser uma arma de fogo mais requintada e de difícil acesso, para estes homens.

As informações encontradas refletem que a Primeira companhia encontra-se equipada e armada com maior eficiência que o corpo de armas dos Campos Gerais. Todavia, acredita-se que os soldados prejudicados em não portar todos os armamentos exigidos de alguma sorte portavam alguma arma similar. Como no caso dos cavalarianos dos Campos Gerais, que segundo os dados a maioria tem em suas mãos apenas o auxílio da clavina no combate, logo, imagina-se que em caso de combate que muitos possuam alguma arma de corte, nem mesmo que seja um objeto utilizado em seus afazeres diários, embaixo de seu fardamento, para o caso de um confronto corpo a corpo com o inimigo.

Em meios aos dados coletados nos *Mapas de Recrutamento* percebe-se que neste universo de aproximadamente 137 cavalarianos, somando as duas companhias é ínfimo o número de soldados que portavam todos os equipamentos e armamentos exigidos para um *homem de arma* recrutados nas companhias de cavalaria auxiliar. Na companhia sediada na vila de Curitiba além dos oficiais, no caso, o Capitão Miguel Ribeiro Ribas, o Tenente Domingo Lopes Cascais e o Alferes Antonio dos Santos Teixeira, que possuem tudo que lhe é imposto. Segundo a lista contida nos *Mapas de recrutamento*, temos somente um Cabo e dois Soldados. Com o cruzamento com informações contidas nas *Listas nominativas e habitantes da vila de Curitiba, de 1776*, sobre estes três praças nota-se que o Cabo de aproximadamente 50 anos de idade, de nome José Rodrigues Linhares não era natural da América portuguesa, afirma ser natural da Freguesia de Linhares no Arcebispado de Braga, sendo casado e chefe de seu fogo, com sete filhos e três filhas. Pode-se notar que era um homem de algumas posses com sete animais entre cavalgadas e vacas e possuía dois escravos. Ainda declara viver de seu ofício de alfaiate. Os Soldados mencionados são José de Oliveira Payo e Valentino Pedrozo Leite, ambos filhos de capitães, provavelmente das tropas de ordenanças. José de Oliveira, natural da própria vila de Curitiba, tem cerca de 30 anos, possui um cavalo, quatro vacas, e dois escravos. Em seu fogo residem dois filhos, duas filhas, uma agregada e sua esposa. O auxiliar vive de suas lavouras e é o único entre os citados de preencher todos os requisitos em relação aos instrumentos bélicos e é reconhecido como de cor morena, quanto os demais de ambas as

companhias são classificados como alvos ou claros. O Soldado Valentim ou Valentino Leite tem aproximadamente 30 anos, nasceu em Pindamonhangaba, e é solteiro, vive no domicílio de seu pai o Capitão Gaspar, com mais um irmão e uma irmã. Provavelmente vive do mesmo ofício do chefe do fogo que é minerador, seu pai consta como proprietário de doze escravos e dois cavalos. Na Terceira companhia fora os oficiais comandantes, entre eles o Capitão José dos Santos Rosa, o Tenente Domingos Peregradela, o Alferes Antonio da Silva Freyre e o Furriel João Gonçalves Barreyro, apenas um soldado conhecido como João de Oliveira Valença possui todos os apetrechos bélicos mencionados. Estes auxiliares citados acima são os únicos que detêm todos os equipamentos e armamentos citados anteriormente, se diferenciando de tantos outros moradores e demonstrando as dificuldades da obtenção não meramente de objetos materiais, mas de instrumentos simbólicos, principalmente a posse de cativos em uma sociedade colonial tão carente neste momento de mão-de-obra escrava.

O objetivo da coleta de dados e sua apresentação neste momento da pesquisa se norteiam a apreender se estas companhias de cavalaria auxiliar da vila de Curitiba apresentavam de fato um efetivo alistado, organizado, armado e equipado para em um eventual caso de acionamento esteja preparado para seu emprego imediato, como afirmam os Governadores da Capitania em suas administrações.

Pode-se considerar que existiam homens recrutados nas fileiras dos corpos auxiliares apesar de não ter uma uniformidade quanto ao número de soldados em cada uma das companhias todas possuem um contingente igual ou superior ao estabelecido nas determinações para organização das Tropas auxiliares que fixa em cinquenta cavalarianos. A organização e estruturação permitem visualizar que todos os níveis hierárquicos estão constituídos não havendo lacunas nos postos de comando, apenas nota-se como já foi mencionada a falta de dois Cabos na Quarta companhia, pois o essencial seria o número de quatro auxiliares neste posto e também a ausência de Porta-Estandarte em três companhias. Quanto às informações sobre o ano de assentamento *de praça* permite vislumbrar o empenho de ambos os Governadores-Gerais em alistar os moradores, conforme as recomendações reais contidas na *Carta de 22 de Março de 1766*. Entretanto, os dados destacam o empenho desta tarefa na administração de Morgado de Mateus, pelos altos índices de indivíduos recrutados nestes anos. Em relação aos armamentos e equipamentos portados por estes indivíduos supõe-se, devido às lacunas, ou melhor, a ausência de qualquer menção nos *Mapas de Recrutamento* quanto à situação bélica da Segunda e

Quarta companhias, que os corpos de armas de cavalaria da região da vila de Curitiba, têm preocupantes deficiências logísticas, quanto ao seu material bélico, para apresentar-se de forma convincente no “*campo de Marte*”.

Os dados apresentados e expostos sobre a situação militar dos cavalarianos não são somente números de homens e de suas armas ou datas de organização de alistamento, mas são meios que permitem vislumbrar o universo social permeado por este contexto bélico que alcança o cotidiano destes homens frente a uma instabilidade que apenas uma iminente guerra consegue construir no seio desta sociedade. E a partir destes sentimentos construídos em meio à tensão beligerante se apreendem as muitas especificidades contidas nesta vila de Curitiba que tentava reproduzir um cotidiano pautado em regras estabelecidas em uma sociedade do Antigo Regime.

2.2 Os Cavalarianos no Planalto Curitibano.

Este capítulo apresenta inúmeros dados coletados referentes à situação militar dos cavalarianos, seu material e equipamento bélico, demografia e antropologia, com base nos *Mapas de recrutamento das companhias da cavalaria auxiliar, da vila de Curitiba, de 1776*. Mais do que apresentar números, gráficos ou tabelas, se intenciona apreender, a partir das informações contidas nas fontes, o cotidiano destes homens e os impactos de uma vida beligerante que lhes é imposta em sua sociedade por quase todo o Setecentos. Outro ponto que chama atenção se concentra na própria construção dos Mapas de recrutamento; que indicam uma nova preocupação com a arte de governar pautada nos números, ou melhor, na estatística. Esta preocupação não é exclusividade desde século XVIII. Os homens sempre estiveram à procura de mensurar o seu universo, mas as complexidades dos novos tempos determinam novas formas para realização deste intento. Todo esse processo ganha significado na “*intensificação das relações comerciais, no surgimento das cidades, na disseminação das universidades, na reorganização das relações sociais.*”¹²⁸. Portanto, o quantificador é responsável por fornecer instrumentos para medição da realidade e, a partir disto, constituir meios para interpretar o social. Logo, a população torna-se o alvo central das atenções do Estado. É preciso conhecê-la para

¹²⁸ ANDREAZZA, M. L. El papel de los censos en la producción de las categorías sociales y espaciales de las colonias americanas. In: **Poblaciones históricas: fontes métodos, y líneas de investigación**. Rio de Janeiro. Editora Copiar, 2009.

governar. Na América portuguesa este propósito alcança suas primeiras tentativas sob as ordens do Marquês de Pombal, em 1765, o início de uma fase conhecida como proto-estatística.¹²⁹ As conjunturas bélicas determinam, principalmente para a Capitania de São Paulo, nítidos empenhos para a contagem dos habitantes para fins militares e econômicos. Estes levantamentos censitários nas *“terras paulistas”* foram realizados de vila em vila, e *“são uma das mais importantes coleções seriadas de censos nominativos existentes para a época pré-estatística do mundo ocidental.”*¹³⁰

A preocupação por uma governabilidade se manifesta por conhecer sua população, mensurar as riquezas produzidas, perceber seus potenciais bélicos, identificar os indivíduos, e outras tantas formas de registro que se tornam indispensáveis para as tomadas de decisão de um Estado que necessita racionalizar seus métodos de informação. Conhecer sua população em sua totalidade incita a um novo percalço nesta complexa sociedade, como a introdução de meios para distinguir seus indivíduos neste todo. Como salienta Ginzburg *“cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e lugares.”*¹³¹ Os Mapas de recrutamento permitem apreender diversas informações sobre a maquinaria bélica e quem são estes homens arrolados em suas fileiras. Inúmeros dados são apresentados com a intenção de analisar as potencialidades ou fragilidades deste corpo de armas, mas de igual importância, são as tentativas dos recrutadores ou, os responsáveis pela formulação dos Mapas, de imprimir informações aos documentos que distinguem cada um dos soldados relacionados. São reflexos de uma sociedade complexa que necessita de outros parâmetros, ou seja, apenas o nome do indivíduo não se faz mais suficiente, para perceber sua diferença sem equívocos.¹³²

As listas militares estão ao encontro destas novas necessidades de diferenciação dos soldados recrutados nos corpos de armas. Elas disponibilizam diversas menções sobre aspectos físicos, como as cores dos cabelos, da pele ou dos olhos, ou mesmo dados antropométricos como a altura, que sugerem tentativas de individualização dos soldados.

¹²⁹ “Começa com a segunda metade do século XVIII e termina com o primeiro recenseamento nacional de 1872. Nesse período as estatísticas demográficas existem e, para algumas regiões e localidades, chegam a ser ricas e de número apreciável, permitindo a reconstituição, em bases mais sistemáticas e científicas, da população brasileira no seu conjunto, ou por províncias, possibilitando ainda análises demográficas mais profundas, de tipo longitudinal ou não, para se chegar a determinar dinâmicas, estruturais e tendências demográficas locais. MARCILIO, *op. cit.*, p. 32.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 35.

¹³¹ GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 171.

¹³² *Ibid.*, p. 272.

No caso, da cor da pele, a percepção das diferenças não restringe apenas a distinção para identificação, mas volta-se também com intuítos de classificação social mediante parâmetros adotados por uma sociedade do Antigo Regime. Os responsáveis pela confecção destas listas militares aludem certos sinais peculiares, com o objetivo de identificar o indivíduo, mesmo que este grupo social que ele integre seja um corpo de armas que preza pela homogeneidade. As marcas citadas nas listas não se restringem as particularidades físicas de nascença, mas atingem até o mais singular traço de lesão corporal ou desfiguração. Movidos pela preocupação de individualizar encontram-se nas listas as margens dos nomes dos auxiliares referencias como: “*cara chata, cara comprida, cara redonda, testa grande, testa pequena, testa rachada, sobrelha grande, sobrelha pequena, nariz pequeno, nariz grande, sarda, sinais de bexiga, sinais da testa, sinal de golpe, sinais da cara, desdentado, dente a menos na frente, dente a menos em baixo ou acima, semblante áspero, rosto alegre e risonho.*” Os autores das listas militares também utilizam alusões quanto às condições físicas, mas entende-se que devido a serem circunstâncias provisórias e alheias a vontade do indivíduo, como doenças, dificilmente servem de parâmetros para uma posterior identificação, são elas: “*corpulento, magro, gordo, delgado de corpo, espigado, pouca carne, bem feito de carne, robusto, grosso*”.

Além das classificações descritas anteriormente, os Mapas de recrutamento permitem demonstrar sua idade no ato da confecção como também no momento do assentamento no corpo de armas, que é disposto respectivamente nas tabelas 7 e 8.

Constata-se na tabela 7 sobre a idade dos cavalarianos no ato do construção dos Mapas que se trata de uma tropa constituída por uma parcela significativa de indivíduos que ocupam a faixa etária entre a idade de 20 e 29 anos, precisamente 32,95%, no caso, 86 homens em um universo de 261. Quanto a análise das companhias, se for executada separadamente cada uma delas verifica-se que apenas a Segunda e Terceira refletem a uniformidade geral encontrada sobre o predomínio da faixa etária. Pois, a Primeira companhia revela que grande parte de seu efetivo constitui-se por homens entre 30 e 39 anos de idade, totalizando 29 auxiliares, aproximadamente 44,61%. Já a Quarta companhia de Santo Antonio da Lapa difere das demais por apresentar em suas fileiras uma parte considerável de indivíduos com idade superior a quarenta anos, em torno de 17 soldados, que correspondem há cerca 34% de seu total. Interessa destacar a número de 35 jovens entre 10 e 19 anos e de 54 auxiliares com mais de quarenta anos de idade, correspondendo

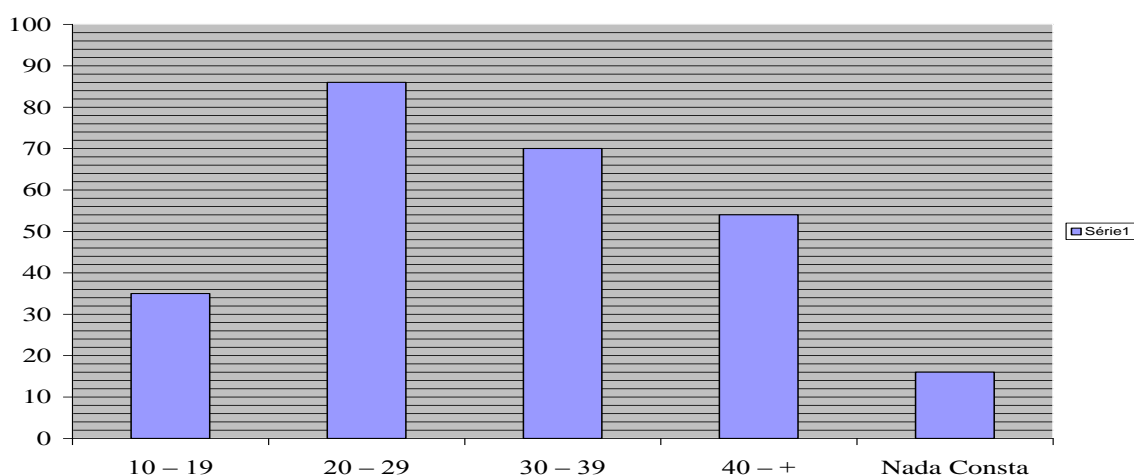
à soma de 89 indivíduos, logo, 34,08% do efetivo de todas as quatro companhias, soldados prontos para marcharem segundo o comando de seus superiores.

Tabela 7. O número de cavalarianos distribuídos conforme sua idade nas respectivas faixas etárias no interior das Companhias de Cavalaria Auxiliar, da vila de Curitiba, na data de elaboração dos *Mapas de Recrutamento*, de 1776.

Faixas Etárias	Primeira Companhia		Segunda Companhia		Terceira Companhia		Quarta Companhia		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
10 – 19	03	4.61	12	16.21	14	19.44	06	12	35	13.4
20 – 29	21	32.30	33	44.59	18	25	14	28	86	32.95
30 – 39	29	44.61	19	25.67	13	18.05	09	18	70	26.81
40 - +	11	16.92	10	13.51	16	22.22	17	34	54	20.68
Nada Consta	01	1.53	–	–	11	15.27	04	08	16	6.13
Total	65	100	74	100	72	100	50	100	261	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Gráfico 2. O número de cavalarianos auxiliares da vila de Curitiba, de 1776, distribuídos entre as diferentes faixas etárias.



Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Estes números refletem apesar da superioridade numérica daqueles que se encontram entre 20 e 39 anos, que não existe uma uniformidade quando a faixa etária dos soldados auxiliares destas companhias de cavalaria, o gráfico 2 acima demonstra que todos os grupos etários destacados fazem contribuições significativas para poder se formar uma tropa de colonos incumbidos da defesa de suas posses frente a atual precariedade de um exército de primeira linha para realização deste fim.

A tabela 8 apresenta características parecidas com a tabela analisada anteriormente, e proporciona informações que propiciam apreender qual é a idade dos auxiliares no momento do assentamento de praça. Portanto, diferente das informações coletadas acima que ajudam a compreender a idade dos homens de armas no instante em que se elaboram os Mapas de recrutamento a tabela 8 possibilita analisar quais são as faixas etárias mais recorrentes no recrutamento.

Tabela 8. O número de cavalarianos distribuídos conforme sua idade nas respectivas faixas etárias no interior das Companhias de Cavalaria Auxiliar, da vila de Curitiba, na data de assentamento nos corpos auxiliares cavalarianos.

Faixas Etárias	Primeira Companhia		Segunda Companhia		Terceira Companhia		Quarta Companhia		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
10 – 19	14	21.53	–	–	23	31.94	13	26	50	26.73
20 – 29	36	55.38	–	–	15	20.83	12	24	63	33.68
30 – 39	10	15.38	–	–	15	20.83	14	28	39	20.85
40 - +	04	6.15	–	–	08	11.11	07	14	19	10.16
Nada Consta	01	1.53	–	–	11	15.27	04	08	16	8.55
Total	65	100	–	–	72	100	50	100	187	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Os dados revelam que entre as diferentes faixas etárias dispostas para a extração de homens para o assentamento mais de sessenta por cento se concentram nas duas primeiras faixas que se delimitam entre dez e vinte e nove anos. A faixa que se destaca é a dos

soldados entre 20 e 29 anos, todavia, os 26,73% de cavalarianos com menos de dezenove anos é significativa para demonstrar a inclusão de jovens no campo de batalha, provavelmente sem nenhuma experiência bélica em suas vidas, porém, tal constatação não afirma que o restante por ter uma idade superior algum dia teve contato com a arte da guerra.

Outro ponto relevante que a pesquisa se orienta, é constatar o estado civil dos cavalarianos no ano de 1776, no caso, no momento da formulação dos *Mapas de Recrutamento*, onde a partir desta coleta de dados pode-se verificar a preferência, ou mesmo, as opções humanas disponíveis para o alistamento nas companhias de cavalaria, se constituíam com homens casados, muitas vezes chefes de fogos ou homens solteiros que ainda não contraíram laços de matrimônio, ou mesmo viúvos.

Logo, na tabela 9 verifica-se a predominância de homens casados no assentamento de praça destes corpos de armas, com aproximadamente 53,63% do efetivo total. A companhia de Campos Gerais tem índices ainda maiores no interior de sua unidade militar com cerca de setenta por cento de suas fileiras constituídas por cavalarianos que já registram matrimônio. Somente a Segunda companhia não confirma as informações expressas, pois, nota-se em sua tropa um elevado número de indivíduos solteiros, que alcançam mais da metade do contingente com 52,7%.

Tabela 9. Estado civil dos cavalarianos alistados nas Companhias de cavalaria da vila de Curitiba, de 1776.

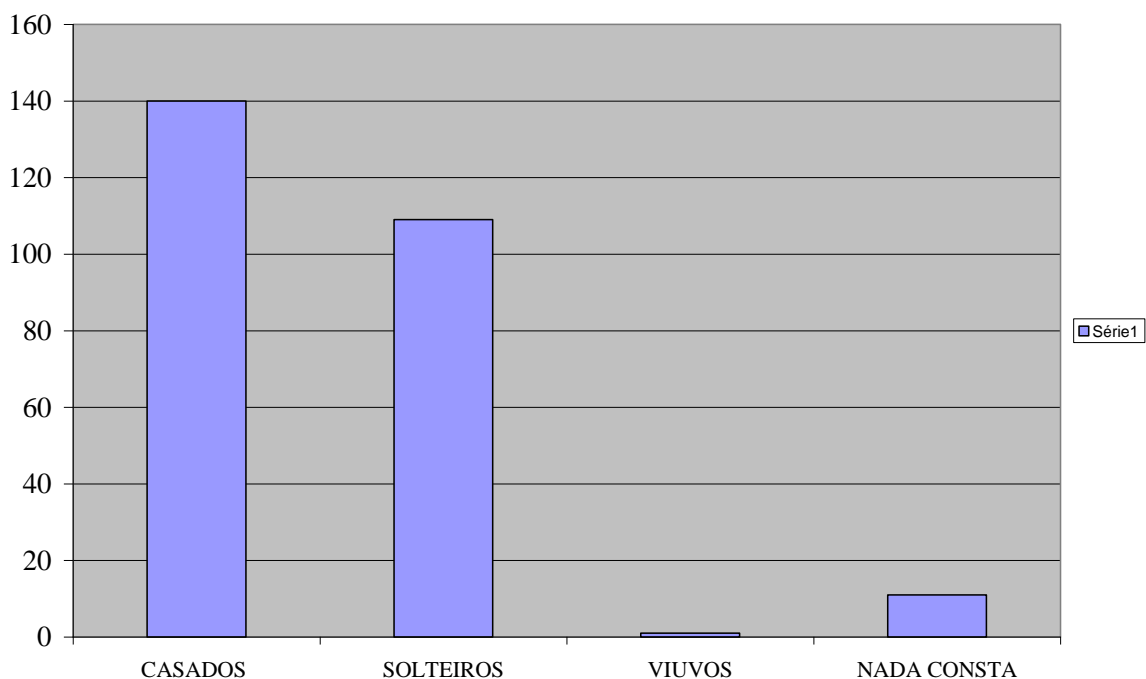
	Primeira Companhia		Segunda Companhia		Terceira Companhia		Quarta Companhia		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Estado Civil										
Solteiro	27	41.53	39	52.7	32	44.44	11	22	109	41.76
Casado	38	58.46	27	36.48	40	55.55	35	70	140	53.63
Viúvo	–	–	01	1.35	–	–	–	–	01	0.38
Nada Conta	–	–	07	9.45	–	–	04	08	11	4.21
Total	65	100	74	100	72	100	50	100	261	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Quanto os soldados em estado de viuvez, apenas o Capitão Francisco Carneiro Lobo, comandante da Segunda Companhia, se intitula como viúvo. Aqueles que não se encontram com nenhum registro ao lado de seu nome indicando seu estado civil apenas somam 4,21% da tropa.

No gráfico 3 compreende o resultado dos dados coletados e apresentados, segundo os números do estado civil dos cavalarianos da vila de Curitiba. Por conseguinte, com os dados apresentados sobre a situação etária dos cavalarianos juntamente com o seu estado civil, pode-se supor a partir das informações coletadas que se trata de uma tropa que no ano de 1776, tem em suas fileiras um número de 59,76% de homens entre 20 e 39 anos e que deste universo de 261 soldados cerca 53,63% são casados. Portanto, um efetivo jovem e casado em sua maioria, que corrobora com as informações contidas nas determinações de Martinho sobre as características deste corpo militar em ser formado por homens que em tempo de guerra se motivam para a luta principalmente para a “*defesa de suas casas e as suas famílias das hostilidades e invasões inimigas*”.¹³³

Gráfico 3. O número de auxiliares alistados nas Companhias de cavalaria da vila de Curitiba, no ano de 1776, separados conforme o seu estado civil.



Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR.

¹³³ D.I. v. XLIII, p. 29 a 52. “*Instrução Militar*”. Salvaterra de Magos a 14 de Janeiro de 1775.

Os signos de distinção que unem estes homens de armas em torno do seu corpo social supõem-se que não somente os diferenciam dos demais moradores da vila, mas os agrupam em torno de sentimentos de lealdade entre eles. Os dados coletados e apresentados na tabela 10, sobre a naturalidade dos mesmos fomenta num primeiro momento aspectos de fragilidade do corpo militar pela heterogeneidade dos lugares de nascimentos, porém, imagina-se não ser um fator que propicie qualquer tipo de fragmentação ou desunião no seu interior, haja vista serem moradores da mesma comunidade e com laços estreitos que permeiam outros setores na sociedade, não ficando apenas restrito as companhias de armas com seus dias de treinamento.

A tabela é construída com a intenção de demonstrar o local de nascimento de todos os homens alistados nas companhias de cavalaria da vila de Curitiba. Demonstra o local de origem de cada cavalariano que compõem este universo de 261 soldados.

Tabela 10. Naturalidade dos cavalarianos que integram as Companhias de cavalaria da vila de Curitiba, no ano de 1776.

Naturalidade	Primeira Companhia	Segunda Companhia	Terceira Companhia	Quarta Companhia	Total
Praia de Cascais	01				01
Curitiba	52	42	53	35	182
Linhares Arcebispado de Braga	01				01
Itu	01	02		01	04
Paranaguá	02	03	02	02	09
Pindamonhangaba	02				02
Taubaté	01	01	01		03
Ilha Terceira	01				01
Penafiel	01				01
Freguesia de S. João de Chavão	01				01
Guaratinguetá	01				01
Freguesia S. Maria do Douro		01			01
Sorocaba		05			05
Vila de Yecê		01			01
Lisboa		01			01
Cidade de São Paulo		04		02	06
Freguesia de S. João da Foz		01			01
Iguape		01			01

Ilha S. Miguel			01	01	02
Freguesia de Santa Clara			01		01
Juquiri			02	01	03
Itanhaem			01		01
Ilha de S. Jorge			01	01	02
Conceição da Praia				01	01
Laguna				01	01
Santos			01	01	02
Nada Consta	01	12	09	04	26
Total	65	74	72	50	261

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

A fim de visualizar de maneira agrupada as informações, a próxima tabela possibilita verificar através da delimitação dos lugares de nascimento, no caso, em três regiões: a vila de Curitiba, outros locais na Capitania de São Paulo, e por último os lugares de nascimento que não pertençam a América portuguesa, como aqueles designados no Reino ou nas Ilhas.

Tabela 11. Naturalidade dos cavalarianos dispostos em três grupos principais: Vila de Curitiba, Capitania de São Paulo e Reino e Ilhas.

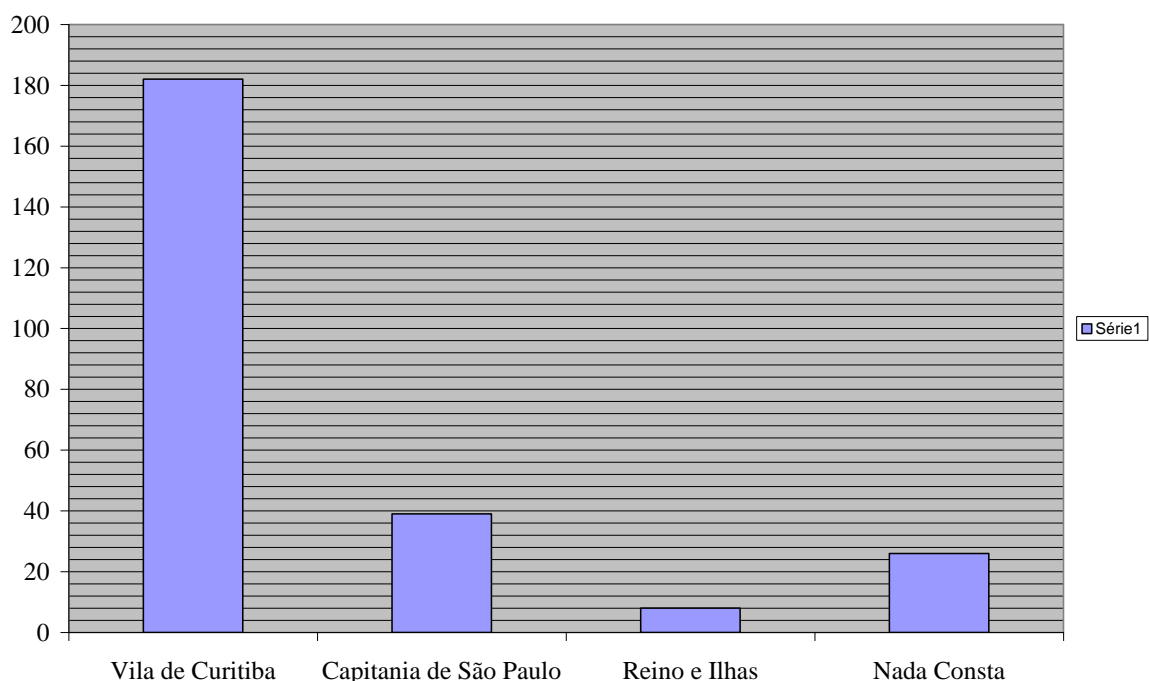
Naturalidade	Primeira Companhia		Segunda Companhia		Terceira Companhia		Quarta Companhia		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Vila de Curitiba	52	80	42	56.75	53	73.61	35	70	182	69.73
Capitania de São Paulo	07	10.76	17	22.97	07	9.72	08	16	39	14.94
Reino e Ilhas	05	7.69	03	4.05	03	4.16	03	06	08	3.06
Nada Consta	01	1.53	12	16.21	09	12.5	04	08	26	9.96
Total	65	100	74	100	72	100	50	100	261	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Por conseguinte, constata-se a predominância dos homens da vila de Curitiba no interior das fileiras de combate, com aproximadamente 69,73% do efetivo. Os reinóis e os originários das ilhas atlânticas atingem oito soldados ao todo, em torno de 3,06% do corpo

de armas. Ainda que o total daqueles oriundos da própria Capitania de São Paulo, exceto a vila de Curitiba, não alcance nem quinze por cento do contingente, estes números destacam os diversos lugares de nascimento destes indivíduos. Ao todo se observam uma tropa formada por vinte e seis localidades diferentes. Logo, o grande englobamento de tantos soldados de distintas partes da Capitania de São Paulo e até mesmo do Reino e Ilhas, sugere contribuir para que o grupo social se constitua de experiências únicas e contatos de solidariedade fomentados por esta diversidade da tropa. Homens que carregam consigo não somente o seu armamento, mas provavelmente relatos de batalhas épicas narradas por outros soldados, que talvez também soubessem por ouvir de outros combatentes, mas que alimentam sua imaginação e o seu pertencimento a este grupo de homens de armas. Soldados incumbidos não apenas de levantar a espada aos inimigos do seu senhor, mas de lembrar a todos os moradores dos seus laços de fidelidade com o distante monarca, que em muitas vezes nem eles mesmos o conhecem pessoalmente.

Gráfico 4. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme as regiões de naturalidade.



Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

O gráfico 4 resulta dos dados coletados na tabela 11 sobre a naturalidade dos cavalarianos. Sua construção objetiva demonstrar através das possibilidades visuais que o mesmo propicia verificar as diferenças de naturalidade estabelecidas nas três regiões destacadas acima.

Os próximos dados se referem às informações sobre as características de cada homem recrutado, no caso, informações sobre a antropologia dos auxiliares. Os dados antropométricos, como os referentes à estatura, permitem visualizar não simplesmente conjecturas sobre a capacidade bélica do efetivo pautada em características físicas, mas, sobretudo, indagar sobre diferentes campos de saber a respeito desta sociedade colonial.

O método antropométrico “baseia-se nas mensurações sistemática e análise quantitativa das variações dimensionais do corpo humano”,¹³⁴ mais do que isto permite aos cientistas sociais apreender em sociedades distantes temporal ou espacialmente suas diferenças ou semelhanças em seu cotidiano.¹³⁵ As informações contidas na tabela 12 sobre as estaturas dos soldados não se cercam somente do objetivo de comparar este corpo social com outros distantes no tempo ou espaço, mas consistem relevantemente como indicadores sociais para fomentar discussões sobre a vida diária desta vila da América portuguesa do final dos Setecentos.

Tabela 12. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme a estatura aludida nos Mapas de recrutamento, de 1776, da vila de Curitiba.

	Primeira Companhia		Segunda Companhia		Terceira Companhia		Quarta Companhia		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Baixa	19	29.23	11	14.86	02	2.77	04	08	36	13.79
Mediá	12	18.46	09	12.16	27	37.5	02	04	50	19.15
Ordinária	08	12.30					13	26	21	8.04
Alta	09	13.84	14	18.91	29	40.27	24	48	76	29.11
Boa	03	4.61	27	36.48	02	2.77			32	12.26
Nada Consta	14	21.53	13	17.56	12	16.66	07	14	46	17.62
Total	65	100	74	100	72	100	50	100	261	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

¹³⁴ SOBRAL, F. **Curso de Antropometria**. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa, 1985, p. 74.

¹³⁵ NOGUERÓL, L. P. **Seis centímetros**: uma análise antropométrica da POF 2002-2003. VIII Encontro de Economia da Região Sul. ANPEC SUL, 2005, p. 2.

Por conseguinte, constata-se no universo do corpo de cavalaria um predomínio de uma estatura descrita como “*alta*”, com índice que chega a 29,11%. Sendo que as Companhias de Campos Gerais e Lapa corroboram com tal afirmação com números que atingem 40,27% e 48% dos efetivos respectivamente. Todavia, as demais companhias da vila de Curitiba não compartilham com as mesmas conclusões. Os índices mais elevados descritos entre as alturas suscitadas pelos recrutadores são de 29,23% de uma altura “*baixa*”, na Primeira companhia, e de aproximadamente 36,48% de uma estatura “*boa*” na Segunda companhia. Logo, pode-se afirmar que as estaturas mais observadas pelos recrutadores no interior das companhias, modificam-se gradualmente conforme se distancia do centro da vila de Curitiba. Pois, na Primeira e Segunda companhia nota-se uma preponderância das alturas “*baixa*” e “*boa*”, em seguida na Companhia com sede nos Campos Gerais relata-se a relevância da altura “*alta*”, persistindo a mesma descrição na companhia da Lapa. Todavia, mesmo não serem dados pautados em medidas de precisão de comprimento, e sim, em conceitos subjetivos variáveis de observador para observador, tal constatação não pode ser desconsiderada.

As tabelas que se seguem, no caso as de número 13, 14 e 15, tem a preocupação de apresentar os dados referentes às cores da pele, cabelo e olhos dos auxiliares. Portanto, na tabela 13, em que pese a grande falta de registro de inúmeros auxiliares, como a companhia da Lapa, os dados encontrados auxiliam a apreender os procedimentos de classificação utilizados pelos recrutadores para classificá-los a partir da cor da pele.

Tabela 13. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme a cor da pele aludida nos Mapas de recrutamento, de 1776, da vila de Curitiba.

	Primeira Companhia		Segunda Companhia		Terceira Companhia		Quarta Companhia		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Cor da pele										
Clara	07	10.76							07	2.68
Alva	12	18.46	01	1.35	09	12.5			22	8.42
Morena	15	23.07	02	2.7					17	6.51
trigueira			08	10.81	19	26.38			27	10.34
Nada Consta	31	47.69	63	85.13	44	61.11	50	100	188	72.03
Total	65	100	74	100	72	100	50	100	261	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

A denominação mais utilizada pelos recrutadores é a cor “trigueira” com aproximadamente 10,34% do efetivo total das quatro companhias de cavalaria. A cor descrita como “morena” atinge 23,07% do contingente da Primeira companhia cerca de 6,51% do total dos cavalarianos. Com exceção da Quarta companhia, que não possui nenhum tipo de menção relativa aos dados comentados, somente a cor de pele “alva” é aludida em todas as companhias com número total de 22 soldados, no caso, 8,42% da tropa auxiliar de cavalaria da vila de Curitiba.

Quanto à cor do cabelo as classificações usadas pelos recrutadores se misturam em relação propriamente a cor e ao tipo, como observa-se na tabela 14.

Tabela 14. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme a cor e tipo do cabelo aludido nos Mapas de recrutamento, de 1776, da vila de Curitiba.

	Primeira Companhia		Segunda Companhia		Terceira Companhia		Quarta Companhia		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Louro	06	9.23			06	8.33	03	06	15	5.74
Ruivo	14	21.53	11	14.86	05	6.94	01	02	31	11.87
Preto	13	20	02	2.7	19	26.38	35	70	69	26.43
Preto liso	13	20	17	22.97	21	29.16			51	19.54
Preto crespo	06	9.23	16	21.62	02	2.77	02	04	26	9.96
Calvo	02	3.07	01	1.35	01	1.38			04	1.53
Corredio			07	9.45					07	2.68
Pardo					02	2.77	01	02	03	1.14
Castanho					02	2.77	04	08	06	2.29
Crespo			13	17.56					13	4.98
Nada Conta	11	16.92	07	9.45	14	19.44	04	08	36	13.79
Total	65	100	74	100	72	100	50	100	261	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Os dados coletados sobre as cores e tipos de cabelos são observados em todas as companhias, sendo a cor preta a mais notada nos registros, em torno de 26,43%. No universo de 261 soldados somente quatro são considerados calvos. A cor ruiva se destaca com aproximadamente 11,87% dos auxiliares, e os cabelos loiros com 5,74% do total. O maior percentual entre as companhias são os cabelos classificados como de cor preta na companhia da Lapa atingindo setenta por cento do contingente desta tropa. Quanto aos

cabelos castanhos encontram menção na Terceira e Quarta com apenas oito auxiliares. Os recrutadores distinguem os cabelos “pretos” não somente pela cor, mas também pelo tipo do cabelo, logo, encontramos três dados distintos: preto, preto liso, preto crespo. Estas classificações atingem 26,43%, 19,54% e 9,96%, respectivamente. Se, apenas considerar a cor do cabelo desprezando o tipo do fio os cálculos demonstram que 55,93% dos auxiliares possuem a cor “preta” nos fios de cabelos.

Quanto à cor dos olhos dos auxiliares nota-se na tabela 15 que na Segunda companhia o recrutador não faz nenhuma referência quanto às cores dos olhos dos soldados, ao contrário da companhia da Lapa que relata a cor dos olhos de 92% de seu efetivo.

Tabela 15. Distribuição dos auxiliares cavalarianos conforme a cor dos olhos aludida nos Mapas de recrutamento, de 1776, da vila de Curitiba.

Olhos	Primeira Companhia		Segunda Companhia		Terceira Companhia		Quarta Companhia		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Preto	07	10.76			13	18.05	10	20	30	11.49
Claro	01	1.53							01	0.38
Azul	01	1.53			03	4.16	04	08	08	3.06
Pardo					26	36.11	32	64	58	22.22
Grande	05	7.69			08	11.11			13	4.98
Pequeno					08	11.11			08	3.06
Nada Conta	51	78.46	74	100	14	19.44	04	08	143	54.78
Total	65	100	74	100	72	100	50	100	261	100

Fonte: Mapa de Recrutamento das quatro Companhias de Cavalaria Auxiliar da vila de Curitiba, do *Terço Auxiliar de pé da Marinha de Pernaguá*, de 1776. Originais AESP, cópias CEDOPE-UFPR

Nesta tabela sobre as cores dos olhos, igualmente como na anterior sobre as cores dos cabelos os recrutadores também fazem menção quanto às características dos mesmos. As características quanto ao tipo de olhos se sobressaem os de natureza pequeno e grande, com 3,06% e 4,98% do efetivo. A cor parda é a mais aludida atingindo cerca 58 homens neste corpo militar, um total de 22,22%. A cor parda encontra seu registro na Terceira e Quarta companhia, não tendo nenhum tipo de referência nas demais, já as cores preta e azul são registradas pelos recrutadores em três companhias atingindo a soma de 11,40% e

3,06 dos homens, respectivamente. A cor descrita como clara é utilizada somente pelo recrutador da Primeira companhia e apenas um homem a possui.

Figura 04. Fardamento das tropas auxiliares na Capitania de São Paulo, no ano de 1765.



Fonte: CARNEIRO, D. O Paraná na História Militar do Brasil. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

O estudo almeja extrair informações relevantes não somente de dados que conferem aspectos bélicos, destes homens de armas, que antes de tudo do indivíduo em si, com suas famílias, ofícios, expectativas no interior da sociedade que constroem nesta longínqua terra em relação ao Reino de Portugal. Portanto, cabe apreender quem e como são estes homens

alistados no principal corpo de armas da sociedade colonial, ditos como os “*flagelos dos castelhanos*”.

2.3 Corpos de armas: exploração e conquista das “*terras bravias*”.

Entre tantos serviços prestados à realeza, por mais longínquo que estejam do centro de poder, praticamente nas franjas do Império Luso, o levantar das armas é um negócio entre o rei e seus súditos, sendo sua ação indispensável para a manutenção do domínio em terras tão distantes.¹³⁶ Os moradores dos campos de Curitiba, inseridos nos corpos de auxiliares, no período de pouco mais de uma década, entre os governos de Morgado de Mateus e Lopes Lobo, com a exceção de alguns, nunca marcharam para longe de suas terras para lutarem diretamente contra os inimigos do rei. Tanto que em carta a Câmara da Vila de Curitiba no dia 23 de Agosto de 1777, o Governador-Geral da Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, reporta as decisões reais de colocar fim ao estado beligerante nestas regiões:

“devendo cessar os movimentos da presente guerra pela suspensão de Armas, que sua Majestade determinou se observasse no Estado de Brasil, e ficando por este motivo sem efeito todas as providencias, que derigi a V.^{ce} para o fornecimento de Tropa, que desta Capitania marchava em socorro do Exercito do Sul(...)”¹³⁷

Portanto, entre os anos de 1765 e 1777, pouco foi exigido das companhias de cavalaria auxiliares estacionadas na região da vila de Curitiba, se tratando de deslocamentos para combates contra os castelhanos ao Sul do Estado do Brasil. Logo, uma das oportunidades de formar laços de negociação através da espada entre estes distantes súditos auxiliares e o seu rei encontra eco nas perigosas incursões aos bravios “*sertões*”.

As Expedições de conquista e exploração dos “*Sertões de Tibagy e Guarapuava*”, representa pelos perigos apresentados uma valiosa oportunidade de aquisição de reconhecimento neste complexo mecanismo de recompensa. Desse modo, as dificuldades em recrutar indivíduos para tão arda empresa e a importância que a mesma expressa entre

¹³⁶ RAMINELLI, R. **Serviços e mercês de vassallos da América portuguesa**. Facultad de Ciências Humanas y Económicas. Revista Historia y Sociedad. n. 12, 2006, p. 5

¹³⁷ D.I. LXV, p. 52. “Carta de Matim Lopes Lobo de Saldanha a Camara da Villa de Curitiba para cessar os movimentos da prezente Guerra”. São Paulo, 23 DE Agosto de 1777.

os planos de defesa das posses além-mares, faz com que o serviço prestado através da espada figure como uma das relevantes moedas de troca para a obtenção das mercês reais.

Segundo as informações do próprio Afonso Botelho, registradas em seus diários, e coletados e organizado por Francisco Negrão, no *Arquivo Municipal de Curitiba*, são em número de sete as expedições oficiais rumo à exploração e conquista dos “sertões”, entre os anos de 1768 a 1773. Esta preocupação em explorar então territórios desconhecidos, não é fomentada a interesses meramente individuais de alguns funcionários reais ou de membros da sociedade local, e sim faz parte de toda uma conjuntura de ação política voltada para assegurar a posse e os domínios lusos em suas terras além-mares no Estado do Brasil. Intencionalidade já declarada nas “*Cartas Instrutivas*” entregue pelo Marques de Pombal ao Morgado de Mateus. Como o próprio Governador de São Paulo deixa clara em uma de suas cartas ao Secretário de Negócios, sua preocupação em seguir as suas determinações, sendo, portanto, as expedições aos sertões reflexos de decisões tomadas ainda no Reino para concretização do sucesso esperado. Pois, são pelas

“suas ordens de V. Ex^a de 26 de Janeiro de 1765 vim instruído para este Governo, que devia procurar dilatar os Dominios de S. Mag.e pelos Sertões deste Brazil em té o Rio da Prata, usando das mesmas artes com que os nossos confinantes por tantos se tinham clandestinamente internado nelles, ganhando com industria o tempo que se havia perdido”.¹³⁸

Independente dos sucessos ou desapontamentos que cada expedição ao sertão promoveu com a sua constituição, o que chama atenção não são as narrativas de cada uma tão bem já expostas nos estudos de Negrão, mas, o papel desempenhado pelos cavalarianos auxiliares dos campos de Curitiba, e os possíveis impactos que uma empresa de tal dimensões possam ter causado no cotidiano destes homens. E saber se participar das mesmas, causa impactos de distinção social para estes homens de armas, no caso, reconhecimento real por seu trabalho prestado.

No dia 5 de Dezembro ano de 1768, por ordem de D. Luis ao seu Ajudante de Ordens, Affonso Botelho, inicia-se a formação da primeira expedição. Observa-se que o comando desta relevante missão recai sobre o Tenente Domingo Lopes Cascaes, oficial da Primeira companhia de cavalaria auxiliar da região da vila de Curitiba. Juntamente com este auxiliar constam mais trinta camaradas, todos, segundo o diário de Affonso Botelho, voluntários, “*sem a intenção de receber saldo algum*”. Esta entrada oficial dura certa de

¹³⁸ D.I. v. XXXIV, p. 76. “*Carta de Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão ao Conde Oeyras. Agradecendo a boa opinião que faz de seu governo e discorrendo sobre a fundação de praça do Guatemy*”. São Paulo, 9 de Fevereiro de 1770.

três meses e reflete as dificuldades do governo colonial de conhecer terras nem tão longínquas, pois, segundo os relatos menos de cem léguas foram transpassadas, devido às complicações oferecidas por rios pouco navegáveis e a falta de mantimentos. Não se sabe se realmente como consta nos registros pessoais do Ajudante de Ordem, se a presença do auxiliar Tenente Cascais e de seus camaradas se efetuou de forma espontânea, mas imagina-se devido a repercussão que esta e as demais expedições tomaram, sendo, pois, o centro de maior interesse nas inúmeras cartas dos funcionários reais, que a presença obrigatória ou voluntária de compor as fileiras das expedições possam possibilitar para estes homens distinções sociais. Imagina-se que para uma missão coberta de tantas expectativas, comandada por um oficial auxiliar, apesar de nenhum registro comprovar a origem dos seus comandados é possivelmente serem homens de sua confiança classificados em sua própria companhia de cavalaria.

A busca pelo reconhecimento real para estes súditos auxiliares através dos caminhos tortuosos e perigosos dos sertões de Guarapuava e Tibagy custou para muitos a própria vida, como o caso do Capitão auxiliar Estevão Ribeiro Bayão. Este oficial comandou a segunda expedição que teve início no dia 20 de Junho de 1769, marcada não somente pelos novos caminhos e rios encontrados e catalogados, como o Rio D. Luis¹³⁹, mas pela intransigência do governo colonial em buscar resultados à custa da vida de seus comandados.

O Capitão Bayão deixa sua expedição antes do término de sua missão recolhendo-se em sua casa no fim do mês de Dezembro, aonde veio a falecer apenas três dias após a sua chegada. Portanto, fica aproximadamente seis meses longe de seus afazeres particulares em prol dos interesses reais. Todo este tempo dedicado não o livra dos insultos e das determinações do Ajudante de Ordens do Governador para que retorne mesmo doente para o comando da dita expedição, como é exposto no “*Bando de 30 de Dezembro de 1769*”:

“Por ter chegado a ser escandalosa a inobediência, e audácia com que se tem portado a Expedição (...) que o próprio Comandante esquecido de sua honra, e cego à todo o grande mal, que comete se retirou para fora sem licença, nem Ordem de quem lhe podesse dar, com frívolo pretexto de doente devendo em razão de seu posto saber, que

¹³⁹ O nome do rio de D. Luis é posto em honra de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, então Governador e Capitão General de Paulo, não ficou, passando a se chamar Ivahy até hoje, um dos afluentes da margem esquerda do rio Paraná. **Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba**: Documentos para a História do Paraná. v. III. Expedições do Tibagy (1768–1772), p. 47.

depois de haver sido encarregado desta tão árdua diligencia do Serviço de Sua Magestade, e recebido soldo do mesmo senhor hé obrigado a perder a vida no seu Real serviço; e quando sem esta circunstancia, mas só por leal vassalo, por hinra, e por brio seo devia assim obrar (...) mando declarar que todo aquele que tiver vindo da ditta expedição, que dentro em quinze dias depois da publicação deste não estiver na guarda do porto (...) sejam logo perseguidos, prezos, tratados como, gente vil, falsários, inconfidentes ao seu Rei, inhabeis ao seo real serviço e qualquer emprego, ladrões da fazenda real, e como tais confiscados e maltratados, tidos por fracos, traidores, inobedientes, e reos de culpa grave, da qual receberam irremessiveis castigos (...).”¹⁴⁰

Em carta ao Sargento-Mor de Auxiliares, Francisco José Monteiro, em 2 de Janeiro de 1770, Afonso Botelho, ordena que o auxiliar se desloque a vila de Curitiba, para a casa do Capitão Bayão e o prenda, mas se ele

“resolvendo-se o ditto Capitan a entrar para o Certão, sem demora Vm. lhe dará liberdade para ir continuar a diligencia de que esta encarregado, e caso o ditto Capitan debaixo de qualquer pretexto não vá para o Certão, lhe fará dar conta dos mantimentos, que recebo, das munições, armas, e o mais trem da Expedição pertencentes a Sua Magestade e não mostrando tudo com as clarezas, que deve, o remeterá para ao Fortaleza desta Villa, lhe mandará fazer seqüestro em todos os bens athé se fizerem as contas, e ver ao que esta responsável a Fazenda Real.”¹⁴¹

Como salienta Francisco Negrão a morte do auxiliar o livrou dos “ferros”, além dos maltratos do Tenente Coronel Botelho, seu estado de saúde precário não lhe dava condições de marchar novamente rumo a terras bravias.¹⁴² Os insultos que ecoam em volta do seu nome proferidos pelo Ajudante de Ordens, somente ficam ofuscados diante da carta do Governador-Geral da Capitania ao Conde de Oeiras relatando as façanhas dignas de honra de inúmeros súditos leais, que arriscaram e cederam em oferta suas próprias vidas em prol do desejo real. Como relata Morgado de Mateus:

“(...) todos estes me parece se fazem dignos de alguns prêmios, especialmente por terem deixado suas mulheres viúvas, filhos dezamparados e suas mães velhas, e havendo Sua Magestade assim por bem parecia que se podiam remunerar mandando-lhes S. Magestade que D. Ge. continuar com a metade do seu soldo por hua via ou para suas mulheres viúvas ou para o casamento de alguns de seus filhos.”¹⁴³

Apesar da dureza com aqueles que desertavam das frentes das expedições o próprio Governador procura enaltecer o nome de seus comandados junto ao Reino, como no caso do Capitão Bayão, não mais o próprio súdito desfrute e receba o reconhecimento por seus

¹⁴⁰ “Bando de 30 de Dezembro de 1769” **Boletim do Archivo Municipal de Curitiba**: Documentos para a História do Paraná. v. III. Expedições do Tibagy (1768–1772), p. 48.

¹⁴¹ Carta ao Sargento-Mor de Auxiliares, Francisco José Monteiro, em 2 de Janeiro de 1770. ” **Boletim do Archivo Municipal de Curitiba, op. cit.**, p. 49.

¹⁴² **Ibid.**, p. 60.

¹⁴³ **Ibid.**, p. 61.

serviços prestados, mas que sua casa seja lembrada com a gratidão real e possivelmente com recompensas por sua lealdade para com os interesses reais. Esta expedição conta com setenta e oito homens, incluindo capelão, oficiais e os demais soldados. Ao contrário da primeira expedição onde todos a princípio são voluntários, e que se gastou apenas 70\$000 reis, com todas as despesas do “trem”, nesta somente os soldos somam 614\$100 reis, por três meses pagos antecipadamente. O valor pago a cada integrante varia conforme sua posição hierárquica na expedição, pelo que consta nos arquivos de Afonso Botelho paga-se a cada mês “*a Capitan a quinze mil reis, Tenente e Alferes a oito mil reis, Sargento a tres mil reis, Cabo e Soldado dois e quatrocentos reis por mês.*”¹⁴⁴ Os valores dos soldos recebidos possivelmente justifiquem as ações ríspidas do Tenente Coronel em relações aos desertores, já que somente na segunda expedição vinte e seis homens desertaram causando um prejuízo de aproximadamente 62\$400 reis, sem contar os dezenove baixados totalizando 45\$600 reis.¹⁴⁵

Além do comandante da expedição, o Capitão Bayão, que estava inserido nas Tropas Auxiliares, consta nos registros o nome de dois auxiliares cavalarianos em suas fileiras, os Soldados Julião Paes Domingos e João Pinheiro. Ambos são naturais da própria vila de Curitiba, solteiros, e com 24 e 25 anos, respectivamente. Sendo que Pinheiro é filho do Capitão de Ordenanças Leonel Lobo e desertou após o início da entrada. Já Paes Domingos pelo que consta cumpriu com suas obrigações no interior da expedição e recebeu além dos 7\$200 reis, pelos três primeiros meses, mais 28\$800 reis ao final.

A terceira expedição real igualmente como a segunda partiu do Porto de São Bento, em pleno sertão do Tibagy, no dia doze de agosto de 1769, comandada pelo Capitão de auxiliares da vila de Igoape, Francisco Nunes. O caminho percorrido é o mesmo explorado pela entrada de Estevão Bayão, apenas quando alcançado o Rio D. Luis, se depararam com uma expedição paulista rumo a praça de Iguatemi, por conseguinte, tomaram o mesmo destino, somente posteriormente iniciando a exploração do Rio Piquiri ¹⁴⁶. Esta empreitada retira a vida do comandante Nunes, logo, substituído, pelo Tenente Francisco Lopes da Silveira, que segue com os remanescentes ao Rio Ivaí e encontram, no dia 10 de Março de 1770, a antiga cidade de vila Rica, fundada pelos jesuítas e guaranis. ¹⁴⁷ Já de volta ao porto de São Bento, encontra com o Tenente auxiliar Geremias de Lemos, oficial da

¹⁴⁴ **Ibid.**, p. 74.

¹⁴⁵ **Ibid.**, p. 65 a 74

¹⁴⁶ O Rio Piquiri nasce nos campos de Guarapuava e deságua no Rio Paraná pouco acima do Salto das Sete Quedas. Apud.: Boletim, **op. cit.**, p. 5.

¹⁴⁷ CARNEIRO, D. O Paraná na história militar do Brasil. Curitiba. Travessa dos Editores, 1995, p. 71.

segunda companhia de cavalaria, com instruções para que retorne e socorra a praça de Iguatemi de incursões militares castelhanas, mas antes de seu retorno aos caminhos dos “sertões” é promovido ao posto de Capitão e a toda sua gente que o acompanha é realizado o pagamento dos soldos. As distinções a mais em seu fardamento, pela promoção de capitão, pouco é desfrutada por Francisco Lopes, que logo vem a falecer em Março de 1772. Do restante dos homens que constituíam sua expedição nada mais se sabe pela falta de registros dos seus destinos.¹⁴⁸ Os oficiais comandantes da terceira expedição não são da vila de Curitiba, como a maioria dos seus camaradas. Segundo os dados coletados por David Carneiro, dos nomes registrados na campanha de exploração, se conhece a origem de 29 pessoas, sendo que: onze soldados são de Paranaguá, sete de Iguape e Cananéia, de Antonina são quatro, da Bahia somente um, de São Paulo constam dois e de Curitiba e Campos Gerais somam quatro auxiliares.

No ano de 1769 foram realizadas mais duas expedições para exploração dos “sertões”. No caso, a quarta expedição oficial comandada por Bruno Filgueiras, no dia oito de Agosto e a quinta entrada, em dezesseis de outubro, liderada por Antonio da Silveira Peixoto, ambos oficiais auxiliares. O Tenente Bruno Filgueiras comandou dezoito curitibanos, quatro parnanguaras e três sãojoseanos para explorar a margem direita do Rio do Registro, até o desembocar de sua foz, voltando para o leste pelo Rio Tibagy.¹⁴⁹ O Capitão Peixoto com sua “gente”, cerca de oitenta e cinco praças de Paranaguá, seguiu o mesmo caminho da expedição anterior e encontraram-se. Assim determinou que todos os indivíduos inclusos naquela entrada, inclusive seu comandante, o Tenente Filgueiras, regressasse com ele para verificar as informações repassadas, logo, constatou serem equivocadas as análises dos caminhos percorridos, pois, o Tenente pensou que os campos de Aputerebú eram as missões castelhanas. Por conseguinte, o Capitão determinou a prisão de Filgueiras e o seu regresso ao povoado para esclarecimentos do seu suposto engano quanto a análise dos caminhos por ele percorridos.

A falta de informações sobre o destino da expedição comandada pelo Capitão Peixoto fez com que Afonso Botelho, mandasse socorros. Portanto, retorna Bruno Filgueiras com alguns desertores à procura de vestígios da quinta expedição, em abril de 1770, e em 12 de julho com a mesma intenção o Sargento-Mor das Tropas Auxiliares, Francisco José Monteiro, juntamente com o Capitão Francisco Carneiro Lobo e Candido

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 72.

¹⁴⁹ CARNEIRO, *op. cit.*, p. 72

Xavier, sendo este o primeiro a explorar os campos de Guarapuava. Quanto ao destino de Bruno Filgueiras, encontrou a morte nesta última missão de socorro que lhe foi paga e o restante de sua tropa foi incorporada aos soldados que acompanhavam o Sargento-Mor. Já Peixoto “*achava preso em Buenos Aires por ter saído em missão onde foi preso em 20 de abril de 1770 junto com seu Alferes Antonio da Costa que consta ter falecido cruelmente naquela prisão e os mais camaradas que tiranamente conservão presos em Buenos Aires, e tratados com barbaridades e crueldade.*”¹⁵⁰

As informações adquiridas pela quinta expedição principalmente nos caminhos explorados pelo Tenente Candido Xavier nos campos de Guarapuava, causa grande alvoroço e tensões quanto à constituição de novas entradas aos sertões. Esta patrulha de exploração é a primeira a deparar-se com gentios em seus trajetos, e como afirma em carta, em 19 de setembro de 1770, o Tenente Xavier ao Tenente Coronel Botelho, que

“já mandará explorar o campo para o caminho, se tivera força de gente e munições para ir e para ficar, mas, com tão pouca força, nada posso obrar mais que conservar-me neste lugar enquanto puder, até Vossa Senhoria determinar suas ordens (...) Sendo Vossa Senhoria servido conservar este lugar, rogo-lhe mande mais gente, armas e munições, especialmente balas que somente há as que já disse a V. S. e as espero na primeira ocasião, como também algodão, barretes de prisão, fitas, missangas, pentes, para com eles se afagar esse gentilismo, e mais que tudo o capelão para os batizar, casar, etc.”¹⁵¹

De imediato o Ajudante de Ordens escreve a Morgado de Mateus informando as boas novas a respeito da suposta conquista dos campos de Guarapuava, logo, empolgado transmite também a notícia o Governador da Capitania, ao Marques de Pombal, o Conde Oeiras, sobre as novas posses exploradas e conquistadas para o senhor Rei de Portugal. Mas a falta de socorros faz com que Xavier abandone seu posto diante das dificuldades de sobrevivência ocasionada pela falta de alimentos e pelo possível assédio beligerante dos indígenas ao seu destacamento. A decisão de sair dos campos de Guarapuava causa grande irritação em Morgado de Mateus que acusa os expedicionários de usarem a presença perigosa dos povos autóctones como “*desculpa dos que lá foram*” e ordena ao Tenente Coronel que determine ao Tenente Candido que com toda sua tropa que retorne ao antigo posto e que “*a restabelecê-la, sob pena de o mandar em uma corrente para o Limoeiro, de onde nunca mais saíra.*”¹⁵²

¹⁵⁰ Boletim, **op. cit.**, p. 7.

¹⁵¹ **Ibid.**, p. 55.

¹⁵² **Ibid.**, p. 50.

Toda essa inquietude pela descoberta dos campos de Guarapuava faz com que o Ajudante de Ordens, ordene ao Guarda-Mor Francisco *Lustosa* “*abrir no sertão uma vereda para descobrir aqueles campos*”.¹⁵³ Então no dia de 26 de junho de 1770, parte Lustosa com 18 camaradas pela região de Carrapatos pelo Rio Guaraúna e alcança a Serra de Capivarussú. Neste trajeto realiza a plantações de duas roças em determinados pontos e por “*ser tempo de águas e outras impossibilidades sahio para fora em novembro (...) se recolheo deixando algúa gente na rossa para beneficio dela.*”¹⁵⁴ O Guarda-Mor entra novamente no “*sertão*” no dia sete de março de 1770, desta vez com uma expedição bem maior que a anterior que tinha conduzido alguns meses antes. Sua “*gente*” contava com 60 pessoas, sendo 37 vencendo soldo e os demais voluntários. Ele chega e traspõe a Serra da Esperança, e no dia 21 de abril retorna e manda preparar uma grande roça no pé desta serra, onde permanece a espera de Afonso Botelho para acompanhá-lo na exploração dos “campos”. O Tenente Coronel, logo,

“com as noticias que tinham vindo do descobrimento dos campos vendo a pouca força que havia para entrar á elles, e que era preciso quem animasse a gente das expedições que com somida com trabalho e pouco alento tinham para completar esta importante diligencia resolvime pessoalmente hir aos campos para o que convidei aos Capitaens de Auxiliares Lourenço Ribeiro de Andrade , Francisco Carneiro Lobo e José dos Santos Rosa, que com a gente que voluntariamente pudessem adquirir sem vencimento de soldo se aprontassem para me acompanhar para os referido a Campos.”¹⁵⁵

Por conseguinte, no dia 10 de novembro de 1771, Botelho juntamente com sua comitiva deixa a vila de Curitiba rumo aos “*campos*” de Guarapuava. No caminho rumo as terras bravias outros indivíduos foram incorporando ao “*trem d’El-Rey*”, como o Tenente Candido Xavier e o próprio Lustosa que já se encontrava no trajeto, preparando-o para a passagem do Coronel Botelho. Portanto, a sexta e sétima expedições ocorrem quase que simultaneamente, já que a última se concretiza em virtude das boas noticias advinda da primeira. Logo, esta última expedição comandada diretamente por Afonso Botelho procura efetivar a exploração e a conquista desta importante região nos planos para a defesa das posses reais. Os documentos pessoais do Coronel narram no decorrer do percurso às atividades diárias realizadas por todos, como: construção da fortificação, as caçadas, as patrulhas de pesquisas e exploração dos campos, e principalmente o contato com os indígenas.

¹⁵³ **Ibid.**, p. 11.

¹⁵⁴ **Ibid.**, p. 10.

¹⁵⁵ **Ibid.**, p. 11.

No Domingo do dia 15 de dezembro de 1771, próximo do Rio Jordão, quase no meio dos campos de Guarapuava, marchava o Coronel juntamente com vinte e seis cavaleiros, entre eles os Capitães Francisco Carneiro Lobo, José dos Santos Rosa e o Tenente Lopes Cascaes, todos oficiais auxiliares das companhias de cavalaria. Com muitas dificuldades devido à força da correnteza do rio prosseguiram a exploração e ao chegar da escuridão passaram a noite em um lugar conhecido como “*Corrego do Campo do Craveiro*”, uma espécie de “*ranxo*” dos gentios abandonado. Pela manhã do dia dezesseis o Capitão Carneiro, o Tenente Cascaes e mais alguns camaradas saíram à frente da expedição com a função de batedores e algum tempo depois regressaram “*dando muitas salvas, e repetindo-as tivemos bom anuncio vendo o Tenente sem vestias, e sem barrete, e hû dos camaradas João Lopes nu so com as Seroullas e os mais sem alguns trastes que levarão o que nos fez inferir que tinheo encontrado ao gentios pello alvoroço com que vinhão.*”¹⁵⁶

O primeiro contado pacífico com os gentios foi realizado, portanto, pelos soldados auxiliares da cavalaria que tentaram se comunicar com silvícolas oferecendo alguns de seus ornamentos utilizados em suas fardas ou mesmo a própria vestia. No dia seguinte a fortaleza dos expedicionários foi visitada pelos indígenas e o Tenente Lopes “*recebelos hum pouco adiantado dos ranxos, abraçando-os, e fazendo-lhes muitas caricias (...) chegando a nós muito alegres os tratamos com grande carinho.*”¹⁵⁷ Por muitos dias se acreditava a possibilidade de levar a civilidade a estes indígenas através do intermédio da Igreja. Mas, a hospitalidade durou pouco, em um determinado momento o Capitão Carneiro com alguns camaradas que acompanhavam os gentios pelos campos quando:

“que hia a cavallo tinha ase apeado a beber agoa com elles, e montando outravez a Cavallo continuava para onde elles o guiavam, acompanhando-o sempre hû grande numero de gentio, mas como ficava mais alto pode ver a traição, dissimulou, e tanto que pode ganhar alguma distancia deu de esporas ao Cavallo e a toda a carreira pode ganhar hû passo pela banda debaixo, estando todo a alto coberto de índios, correndo venceu a escapar-lhe com affelicidade com lhe não acertarem com as infinitas frexas, com que lhes atirarão, sendo providencia do Altissimo para que escapando viessemos no conhecimento da aleivosia, e ferossidade destes cruéis inimigos.”¹⁵⁸

Após a emboscada pouco coube ao Coronel Botelho além de enterrar os mortos e se precaver de novos ataques. Ainda enviou alguns homens ao encontro do Tenente Cascaes que se encontrava distante a explorar a novas posses e nada sabia da tragédia que caiu

¹⁵⁶ **Ibid.**, p. 35.

¹⁵⁷ **Ibid.**, p. 35.

¹⁵⁸ **Ibid.**, p. 46.

sobre alguns de seus camaradas. Nada resta ao Ajudante de Ordens diante da falta de mantimentos e das dificuldades de obter socorro dos povoados mais próximos, senão ordenar a retirada do “*trem D’el Rey*” dos “*campos*” de Guarapuava. Assim no dia 11 de Janeiro de 1772,

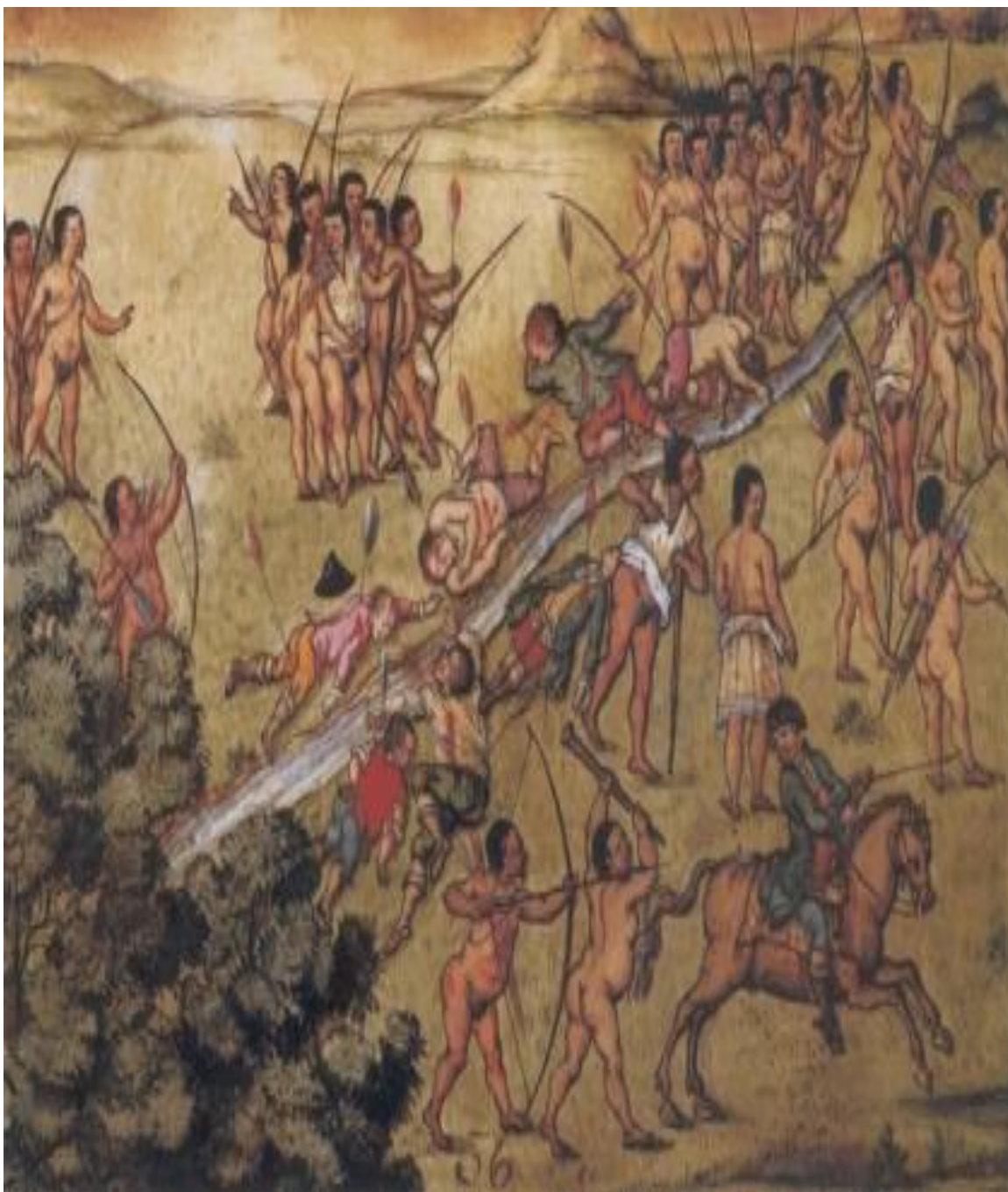
*“partimos com as cautellas possíveis para evitar os assaltos que poderíamos ter (...) Deos que nos livrou de tantos perigos (...) estes favores e tão repetidos milagres devemos a Deos, pellas orações com que nos socorreram os pios amigos, e devotto povo de Cutitiba, com as continuas novenas, e repetidas supplicas (...) Hé o que se passou na entrada e descobrimento dos campos de Varapoava com o Gentio de Nação Choelan.”*¹⁵⁹

Figura 5. Pintura de José de Miranda retratando a troca e presentes entre os expedicionários comandados pelo Tenente Coronel Afonso Botelho com os indígenas que povoavam os “Campos de Guarapuava”.



¹⁵⁹ **Ibid.**, p. 48.

Figura 6. Pintura de José de Miranda retratando emboscada sofrida pelos expedicionários comandados pelo Capitão Francisco Lobo Carneiro nos “Campos de Guarapuava”.



Portanto, as expedições de exploração ordenadas no governo de D.Luis e colocadas em prática pelo seu Ajudante de Ordens, Afonso Botelho, estão inseridas num projeto político que toma formas consistentes a partir da metade dos Setecentos, com o intuito de proteger as posses territoriais portuguesas na América, principalmente na parte Meridional do continente, pelos constantes assédios castelhanos em suas fronteiras. Logo, as entradas

reais intencionam explorar caminhos entre as terras bravias para estabelecer vias de acesso às fortalezas de defesa, como o Iguatemi, e distantes regiões carentes de socorros bélicos, como Sacramento. Por conseguinte, também se objetiva fomentar uma política de povoação em torno destes caminhos a fim de tomar posse definitiva destes territórios.

Aos impactos de todo essa ação exploratória permite um leque de oportunidades para que os moradores se integrem a prestação do serviço real. Por conseguinte, aumenta o raio de atuação da coroa em prover estímulos para a obtenção de direitos e privilégios, fomentando toda uma nova simbologia de poder.¹⁶⁰ Portanto, a adesão dos homens de armas auxiliares na formação das entradas oficiais rumo a distantes léguas de qualquer povoado, faz com que se insiram neste estratagema de conquista de instrumentos para negociar com a coroa a concessão de benefícios reais, que permitam produzir mecanismos de enriquecimento e mobilidade social.¹⁶¹ O “*Bando*”, de 12 de Fevereiro de 1772, confeccionado por Morgado de Mateus, representa a aproximação da coroa em conceder tais benefícios a aqueles dispostos a cumprir suas obrigações, logo, sendo o Governador um funcionário real, representante dos interesses do monarca nestas longínquas terras, também recebia serviços de subordinados e viabilizava cargos e mercês, concedidos pela coroa, neste sentido, era intermediário entre os moradores das conquistas e o soberano.¹⁶²

“tenho feito bandos em que convidava a todos os moradores desta Capitania para me ajudar a penetrar o vasto e inculto sertão de Tibagy, cuja ação era tanto do Agrado de S. Magestade que por suas reais Reais ordens me facultava o poder premiar os que se distinguissem neste louvável e proveitosíssimo serviço (...) Faço saber a todos em geral que eu da parte de S. Magestade os convido novamente para entrarem nesta diligencia e em nome do mesmo Senhor lhes prometo que qualquer serviço que fizerem será remunerado a sua proporção com os grandes prêmios e mercês de senhorios de terras, Alcaidarias mores, Foros de Fidalgo e Habitos de Christo.”¹⁶³

Este mecanismo de oportunidades para a obtenção da graça real contida no reconhecimento pelos bons serviços prestados à coroa na exploração dos *campos de Tibagy e Guarapuava* atinge todos os envolvidos neste plano de conquista e exploração de novas posses territoriais. As concessões das mercês reais são “o desdobramento de uma cadeia de

¹⁶⁰ BICALHO, M. F. B. **Conquista, mercês e poder local**: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. Almanack Braziliense, n.2, novembro, 2005, p. 21.

¹⁶¹ FRAGOSO, J; BICALHO, M. F. B; GOUVÊA, M. F. S. **Uma leitura do Brasil colonial**: bases da materialidade e da governabilidade no Império. Revista Penélope, n. 23, 2000, p. 67.

¹⁶² RAMINELLI, **op. cit.**, p. 5.

¹⁶³ D.I. v. XXXIV. “*Bando para que todos os moradores desta Capitania entrem os sertões do Tibagy evão reduzir o Gentio daquellas campanhas, concedendo se para este fim perdão geral a todos os crimizos de quaesquer crimes.* São Paulo, 12 de Fevereiro de 1772.”

poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, propiciando a expansão dos interesses metropolitanos, estabelecendo vínculos estratégicos com os colonos.”¹⁶⁴

O próprio Governador-Geral, Morgado de Mateus, em suas cartas ao Conde de Oeiras, busca o seu reconhecimento junto ao Reino pelos seus esforços em cumprir as ordens contidas nas “*Cartas Instrutivas*”. Em uma delas agradece o bom juízo que o Secretário de Negócios faz do seu governo:

“Toda essa Capitania esta cheia, pelas cartas que ultimamente vierão do Reino, dos grandes elogios com que V. Ex.^a me honra e acredita em meu governo. Eu não tenho palavras com que agradeça tanta mercê, e as grandes obrigações que tenho que desempenhar a escolha que S. Mag.^e, que Deos Grande foi servido de mim para este emprego. (...) especialmente da sua aprovação sobre o que tenho obrado nestes Certões (...).¹⁶⁵

Também não são poucos os homens de armas envolvidos nas expedições de exploração a procura de estabelecer estratégias de aproximação com o poder central através de seus representantes. Os nomes de diversos oficiais auxiliares de cavalaria são expressos em várias oportunidades nos registros das campanhas exploratórias das terras bravias. Talvez, muitos outros não alçassem tanto destaque no diário pessoal do Ajudante de Ordens, mesmo sendo auxiliares, por serem homens infames, que não representam diretamente uma parte da elite local. Em várias oportunidades se observa o interesse destes indivíduos em estreitar suas relações nesta rede de relacionamentos com o intuito de agregar instrumentos de distinção através da espada para que num momento de tensão no tecido social possam angariar recursos para galgar posições na hierarquia desta sociedade corporativa.

O convite do Coronel Afonso Botelho para que alguns oficiais auxiliares o acompanhem em sua entrada rumo aos campos de Guarapuava, e consecutivamente seus prontos aceites são reflexos – apesar de todo o perigo de explorar terras longínquas da segurança do povoado – da tentativa de se inserir nesta rede de privilégios. Considerando que o convide é o disfarce de uma ordem direta, em que, os que não se voluntariam de boa vontade possam sofrer não somente castigos físicos, ou de privação de liberdade e de bens, mas principalmente ficar de fora da concessão de mercês. O exemplo do Tenente Bayão que pagou o tributo de sangue com a própria vida, sendo que sua prontidão aos serviços reais somente foram reconhecidos postumamente. Perigos também passaram os Capitães

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 75.

¹⁶⁵ D.I. v. XXXIV, p. 75. “*Agradecendo a boa opinião do seu governo e discorrendo sobre a fundação de praça do Guatemy.* São Paulo, 9 de Fevereiro de 1770.”

Carneiro e José Rosa e o Tenente Cascaes na última expedição a cargo de Botelho nos campos de Guarapuava ao realizarem contato com os povos autóctones destas regiões.

CAPÍTULO 3: SOCIABILIDADE DOS HOMENS DE ARMAS

3.1 Espada e Aliança: a construção de redes sociais através do matrimônio.

A mobilidade social no Antigo *Regime* “é antes de tudo um processo natural, como a mobilidade das estações do ano”.¹⁶⁶ Portanto, Hespanha nos sugere que a mudança social é paulatina e praticamente invisível, assim qualquer transformação que impera rápidas modificações neste desenvolvimento é dito como um milagre, e como tal, provem de poderes divinos, que na sociedade corporativa emanam de poderes extraordinários provenientes do rei, que emancipa, legitima e enobrece.

Os homens de armas que compõem este corpo de cavalaria auxiliar, nos campos de Curitiba, por mais longínquo que estejam do poder central fazem parte deste paradigma corporativista inerente na sociedade portuguesa e que se reproduz ao seu modo também em suas posses além-mares. Por conseguinte, todo o monopólio de concessão de privilégios é fruto do poder real, um fenômeno de formação de vassalagem e de lealdade, logo, um processo de formação de súditos ultramarinos, denominado como “economia política de privilégios”.

Esta grande rede de poder que emana do rei e alcança a todos e distribui suas benesses, implica na formação do Império Luso, mas principalmente em sua governabilidade. Portanto, a concessão de patentes militares, como no caso, da “*Lei de Criação os Auxiliares*”, é destinada a pessoas de qualidade, “*os melhores com quem o rei podia contar*”. Discute-se se pertencer a um corpo de armas atribui aos seus integrantes algum tipo de distinção social, que no caso de tensões na sociedade, os possam valer para angariar recursos para mantê-los no mesmo lugar na hierarquia social, ou também possibilitar uma mobilidade ascendente. Logo, a nomeação a um posto de comando de uma companhia de auxiliares já reflete a “qualidade” que o oficial detém. Visto, que estes oficiais de corpos de armas são elos de sustentação da governabilidade regia, e, portanto, homens de reconhecido poder de mando no seio de onde residem e nas proximidades de sua influência.

Como salienta Costa, a “*qualidade*” inerente a estes oficiais auxiliares se diferencia no ultramar por estar associada não ao sangue ou a hereditariedade, como no Reino, mas

¹⁶⁶ HESPANHA, A. M. **A mobilidade social na sociedade do Antigo Regime**. Niterói. Tempo. Revista do Departamento de Historia da UFF, v. 11, n. 21, 2006, p. 125.

ligada à concepção de uma nobreza política, principalmente pelos serviços prestados na conquista e governabilidade das terras além-mares.¹⁶⁷ Os homens de armas como os demais indivíduos envolvidos neste complexo paradigma corporativista se revestem de estratégias que se traduzem em redes sociais que lhe garantam o “mando”, para tanto é relevante que a sociedade os reconheça como tal, no caso, consintam tal hegemonia.¹⁶⁸ Por conseguinte, é de grande valor analisar quem são os indivíduos que compõem o oficialato das companhias de cavalaria dos campos de Curitiba e suas práticas parentais como de matrimônios e de compadrios para formação de redes de alianças que lhe conferem a indicação de homens de qualidade para ocupação de postos no interior das Tropas Auxiliares.

O sacramento do casamento é colocado como indissolúvel pelos ordenamentos impostos pela Igreja a toda sociedade e faculta elementos imprescindíveis favoráveis na conquista de espaço no campo da economia simbólica.¹⁶⁹ O estudo se debruça sobre alguns nomes de oficiais auxiliares e como os mesmos angariam recursos através de casamentos para manutenção de sua *qualidade* e de seu poder de *mando* sobre outros homens.

Neste propósito vale ressaltar o Capitão Miguel Ribeiro Ribas comandante da Primeira Companhia de cavalaria. O Capitão era natural da própria vila de Curitiba e contraiu matrimônio com uma mulher da mesma região, Clara Maria Domingues de Moraes. Sua esposa era filha do Capitão paulista Amaro Borba Pontes e de Isabel Cardoso de Moraes. O Capitão possuía o mesmo nome do seu pai que também tinha a mesma patente, provavelmente das tropas de ordenanças. Chama a atenção na ascendência do oficial auxiliar o laço matrimonial de seus pais. Já que sua mãe é Maria Rodrigues de Andrade fruto da união matrimonial de importantes troncos familiares da região: os Andrades e os Rodrigo Seixas.¹⁷⁰ Logo, os avós maternos de Ribas eram Lourenço de Andrade e Isabel Rodrigo Seixas.¹⁷¹ Portanto, do casal de “Lourenço de Andrade

¹⁶⁷ COSTA, *op. cit.*, 474.

¹⁶⁸ FRAGOSO, J. **Afogando em nomes**: temas e experiência em história econômica. Rio de Janeiro. Revista Topoi, dezembro de 2002, p. 47.

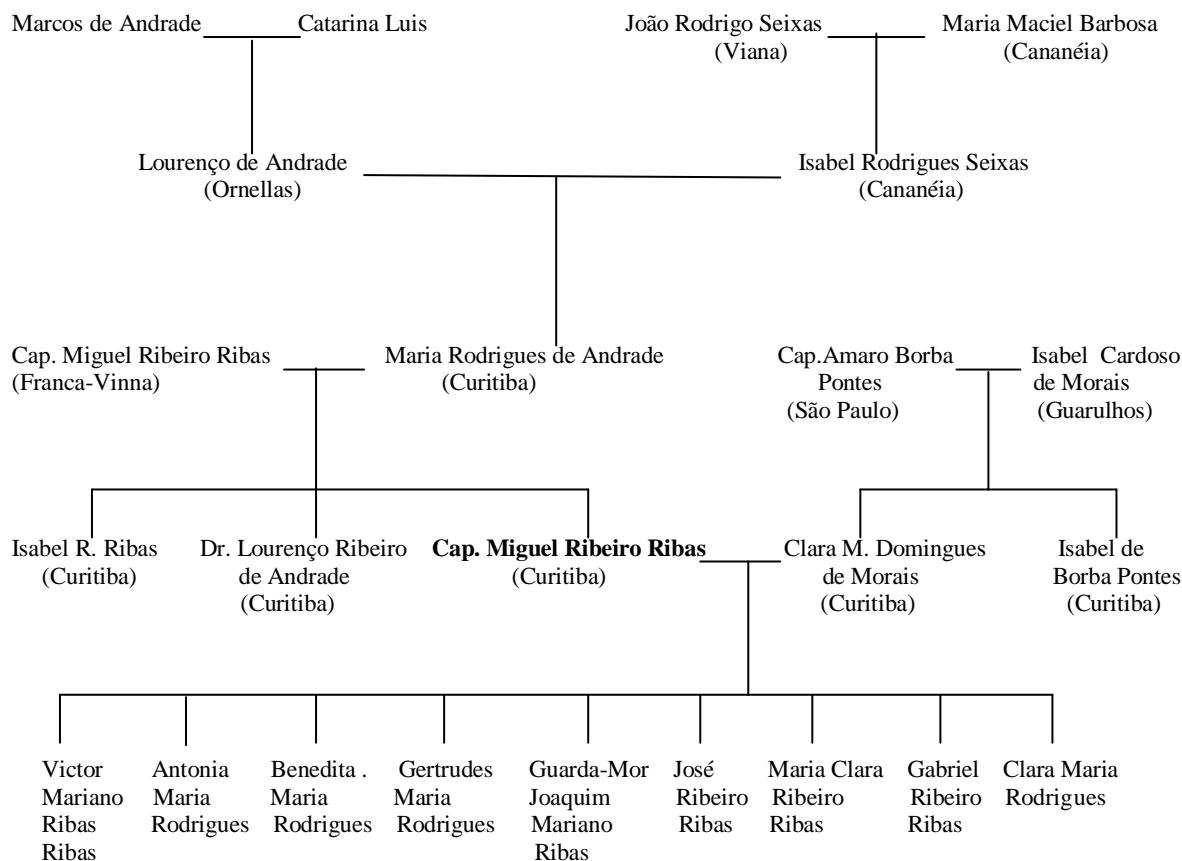
¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 47

¹⁷⁰ LEÃO, Ermelino A. de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1994, v. III, p. 1167.

¹⁷¹ Ermelino de Leão salienta que apesar de toda a relevância no Senado local, ocupando os cargos de vereador e avaliador por diversas oportunidades, Lourenço de Andrade, ao contrario do que afirma os estudos de Antonio Vieira dos Santos, em “*Memoria Historica de Paranaguá*”, nunca o mesmo fez parte da fundação da vila de Curitiba. Já sua esposa Isabel Rodrigues Seixas era filha de João Rodrigues Seixas, um dos primeiros povoadores de Curitiba, que ao ser criada a “*Justiça e Governo da villa*”, em 29 de Março de

descendem os Andrades, Rodrigues de Andrade, Ribeiro de Andrade, Andrade Ribas, Lustosa de Andrade, Sá Ribas, etc.; famílias que representaram tão preponderante papel na história de Curitiba (...).”¹⁷²

Figura 7. Esquema genealógico da família do Capitão Miguel Ribeiro Ribas.



Fonte: LEÃO, E. A. de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1994.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Imprensa Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 1927.

Provavelmente o matrimônio com Maria Rodrigues conferiu ao seu pai Capitão Ribas importantes elementos para manutenção de seu poder na governança da vila, onde exerceu inúmeros cargos como de almotacé, juiz ordinário e tesoureiro dos órfãos. Logo, o cavalariano curitibano é oriundo de uma das famílias mais importantes da vila, justificando sua indicação de pessoa de “*qualidade*” para assumir o posto de maior atenção no interior

1693, foi nomeado para o lugar de “*Escrivão da Câmara*”, onde exerceu o cargo até sua morte, em 1700. ERMELINO DE LEÃO, **op. cit.**, v. III, p. 1167.

¹⁷² **Ibid.**, v. III, p. 67.

de uma companhia de armas. Como seu pai também exerceu funções na Câmara como de almotacé, vereador e juiz ordinário. Apesar de seu nome não aparecer com destaque nas expedições de conquista e exploração dos “*sertões*”, no período de gerência de Afonso Botelho, anteriormente, já no início da segunda metade dos setecentos prestou relevantes serviços para a posse de territórios nas “*terras bravias*”, na ocasião da descoberta de diamantes no Tibagy. Como revela Ermelino de Leão o auxiliar encontra no interior de sua própria casa o seu grande desafeto, o seu irmão, o Dr. Lourenço Ribeiro. Seu irmão foi casado com Isabel de Borba Pontes, irmã de Clara Maria, portanto, os irmãos partilharam da mesma escolha na aliança matrimonial com a família do Capitão Amaro. Lourenço era mais novo que Miguel, cerca de dois anos, e realizou seus estudos no Reino, provavelmente em Coimbra, e recebeu o diploma de licenciado. Grandes equívocos são feitos com o nome Lourenço Ribeiro, por acreditar ser o mesmo súdito que acompanhou Botelho nas entradas de conquista do Guarapuava, mas, quem de fato auxilia o Ajudante de Ordens, foi seu filho, o Capitão auxiliar de infantaria Lourenço de Andrade Ribeiro, logo, sobrinho do Capitão Miguel Ribeiro Ribas.

A disputa pelo poder de mando no interior da família, e consecutivamente na própria vila, pode ser em virtude de disputas que iniciam em 1752, pois, observa-se em uma petição feita por Ribas, neste ano, com a intenção de candidatar-se ao posto de Capitão-Mor. Na petição o suplicante reporta o esmero no serviço do Conselho em que “*serviu as ditas ocupações com todo o zelo da justiça, e segundo a sua inteligência obrava em tudo sem ofensa da justiça, nem das partes; e não houve pessoa alguma que se queixasse (...)*”¹⁷³ Ainda no documento argumenta sobre as patrulhas conduzidas e arcadas economicamente por ele a procura de criminosos:

“abundando esta terra de malféitores e matadores, os quais sem temor algum nem receio das justiças, mas como levantados contra ela viviam pelos arredores desta villa e muitas vezes vindo a ele multiplicar insultos, e sendo o suplicante juiz fez prender a vários e a muitos prover ou prender, fazendo para isto varias diligencias de noite pelos sítios pessoalmente, como fez a um matador e roubador de estradas que foi o suplicante com 20 homens sustentados a sua custa, a prende-lo nos Campos Gerais desta villa (...)”¹⁷⁴

O Conselho fez a “*atestação*” da petição afirmando “*que tudo que o suplicante alega é verdade por ser publico e notório como tal não há que dizer ao contrario por parte*

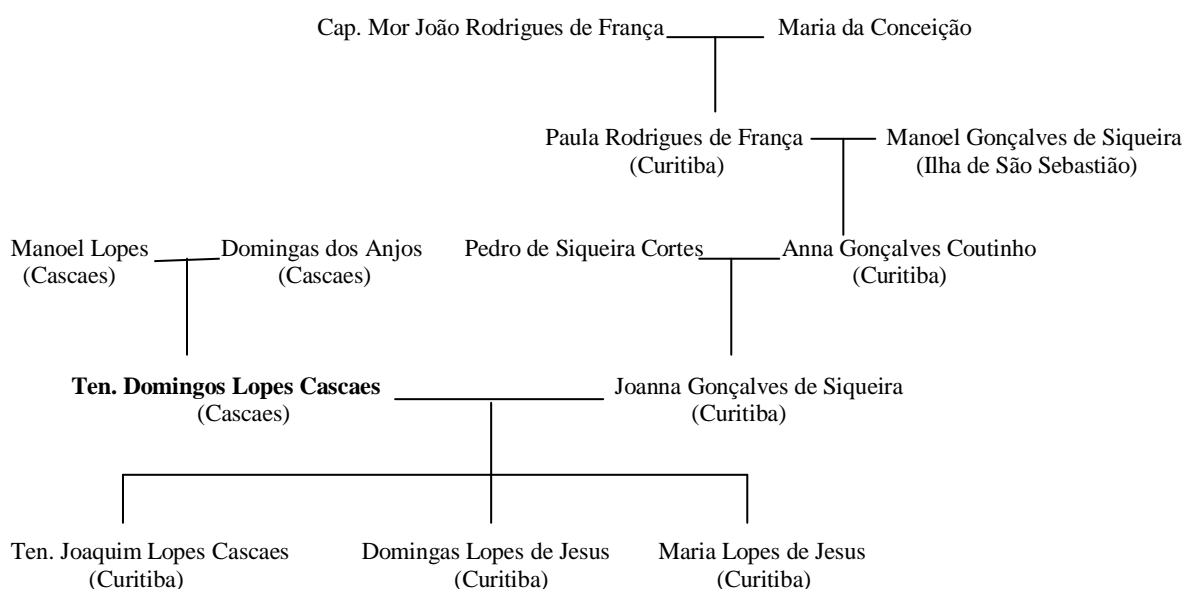
¹⁷³ **Ibid;** v. IV, p. 1307.

¹⁷⁴ **Ibid;** v. IV, p. 1307.

do procurador deste Conselho”.¹⁷⁵ O cargo pretendido foi ocupado no mesmo ano da petição, em 1752, por seu irmão Lourenço de Andrade, talvez criando os primeiros ressentimentos na irmandade. O Capitão Miguel Ribeiro Ribas no matrimônio com Clara Maria Domingues deixou cinco mulheres e cinco homens, sendo que nenhum faz parte dos corpos de armas auxiliares.¹⁷⁶

Ainda na Primeira Companhia de cavalaria da vila de Curitiba sob as ordens de Miguel Ribas encontra-se o Tenente Domingos Lopes Cascaes. Este auxiliar reinol natural de Cascaes foi o comandante da primeira entrada oficial as “terras bravias”, para a conquista do Tibajy, no governo de Morgado de Mateus.

Figura 8. Esquema genealógico da família do Tenente Lopes Cascaes.



Fonte: LEÃO, E. A. de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1994.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Imprensa Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 1927.

Todo o seu empenho a frente de trinta voluntários para explorar o sertão lhe valeu estreitar suas relações com o Afonso Botelho, pois, se comunicava diretamente com o Ajudante de Ordens para receber as instruções de sua missão, assim como repassar todas as notícias da exploração e conquista. Também participou ativamente de outras expedições como a de 1771, chefiada pessoalmente por Botelho, onde juntamente com o Capitão

¹⁷⁵ **Ibid**; v. IV, p. 1307.

¹⁷⁶ *Lista nominativa de habitantes da vila de Curitiba, de 1776*. Cópias CEDOPE- UFPR.

Carneiro Lobo, fez o primeiro contato amigável com os indígenas, e logo, alguns dias após o encontro escapou das hostilidades dos silvícolas o que custou a vida de alguns “*camaradas*” expedicionários. Portanto, como é visto novamente o Tenente presta relevantes serviços ao Rei, através de sua espada, para a busca da gratidão real pelos seus serviços. Ele também desempenhou serviços no Conselho com sucessivas vereanças, desde 1759.¹⁷⁷

O Tenente Cascaes teve como esposa Joanna Gonçalves de Siqueira descendente de um dos troncos mais relevantes da vila de Curitiba e Paranaguá. Ela era neta de Paula Rodrigues de França filha da união ilícita do Capitão-Mor de Paranaguá João Rodrigues de França com Maria da Conceição. Paula Rodrigues ainda recebeu importante dote de sua tia materna Anna Rodrigues de França casada com o famoso Capitão Antonio Luis Tigre para auxiliar na busca de pretendentes ao matrimônio. Logo, imagina-se que a aliança matrimonial com os Rodrigues de França permite ao auxiliar Cascaes importantes instrumentos de negociação para que aumente seu poder de mando e talvez propicie sua nomeação ao posto de oficial auxiliar de cavalaria. Segundo a lista nominativa de habitantes de 1776, teve quatro filhos sendo que um não consta nos estudos de Francisco Negrão, talvez por ter uma precoce morte, ainda recém-nascido, o jovem Francisco de apenas seis meses, no momento da confecção do recenseamento.

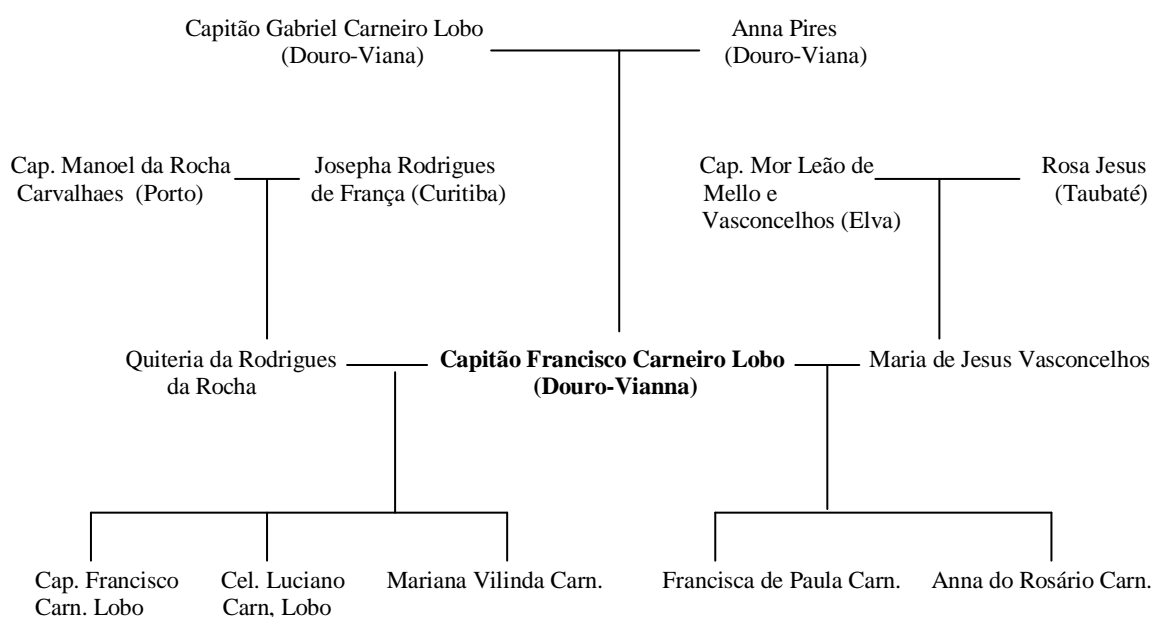
Outro oficial auxiliar que busca através de relações matrimoniais construir importantes mecanismos para aquisição de prestígio é o Capitão Francisco Carneiro Lobo, que segundo os Mapas de Recrutamento de 1776, encontrava-se como comandante da Segunda companhia de cavalaria auxiliar da vila de Curitiba. Já os estudos de Ermelino de Leão e Francisco Negrão indicam-no com sendo da Quarta companhia. Talvez o recrutador tenha se equivocado quanto ao corpo de armas que pertencia Carneiro Lobo, pois, é mais provável pela proximidade de sua moradia e influência exercida por ele nesta região ser ele o comandante dos homens lotados na companhia de Santo Antonio da Lapa, no caso, a Quarta.

O reinol Carneiro Lobo é oriundo das terras do Douro, Conselho de Vianna, Arcebispado de Braga, como salienta Ermelino de Leão, “*ainda jovem emigrou para o Brasil, vindo estabelecer-se nos Campos Gerais, onde em 1752, contraiu casamento com Quiteria Rodrigues da Rocha*”. Vale acrescentar que uma das primeiras informações reportadas pelo estudioso diz respeito à família que o futuro Capitão - sua nomeação a

¹⁷⁷ Ermelino de Leão, **op. cit.**, v. II, p. 514.

patente de oficial comandante de uma companhia somente ocorre em 1765 - estabelece para construir alianças sacramentais para a conquista de espaço na busca de prestígio social. Sua esposa é filha do Capitão Manoel da Rocha Carvalhaes e de Josepha Rodrigues França. Logo, percebe-se que tanto o Tenente Cascaes quanto o Carneiro Lobo, buscam no mesmo tronco familiar pelo lado materno de suas esposas, visto que as mesmas são primas descendentes dos Rodrigues de França, estratégias para alavancar posições no seio da sociedade que fazem parte. A morte de sua esposa faz com que o auxiliar, em 1767, procure uma segunda núpcia com Maria de Jesus Vasconcellos, filha do Capitão-Mor Leão de Mello e Vasconcellos e de sua esposa Rita de Jesus. Por conseguinte, neta paterna do Fidalgo D. João de Aguiilar e de Dona Luiza de Mendonça.

Figura 9. Esquema genealógico da família do Capitão Francisco Carneiro Lobo.



Fonte: LEÃO, E. A. de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1994.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Imprensa Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 1927.

Supõe-se que o prestígio alcançado em partes pelas relações matrimoniais por este reinol do Douro propiciaram para confirmá-lo como uma das pessoas de “*qualidade*” com quem o Rei podia contar para a defesa e governo destas longínquas posses ultramarinas na América. Portanto, além de “*concorrer para a ereção da nova vila de Castro, tendo*

subscrito o auto da criação da vila, em 24 de Janeiro de 1779”, esteve ao lado de Afonso Botelho na conquista dos “*campos de Guarapuava*”. Colocou-se prontamente com sua espada aos serviços do Rei, tanto que sua disposição de súdito fiel em cumprimento dos seus deveres quase que lhe custa à vida, pois, assim como Cascaes esteve na mira dos gentios que emboscaram e mataram diversos homens neste “*trem d’El-Rey*”. Logo, não somente na espada, mas também na governança marca sua presença nos campos de Curitiba, e legitima sua posição de mando de homens, para assumir uma função de comandante de um corpo de armas.

O Capitão teve no primeiro laço nupcial três filhos sendo: Francisco Carneiro Lobo Filho, Mariana Vilinda Carneiro e o Coronel Luciano Carneiro Lobo. Este último ainda foi Capitão-Mor de Jaguariava e esposo de Izabel Branco e Silva.¹⁷⁸ Do segundo casamento nasceram as filhas: Francisca de Paula Carneiro e Anna do Rosário Carneiro. Além de todos os nomes citados acima Negrão em seus estudos salienta a existência de mais três filhos naturais¹⁷⁹ do cavalariano, o Joaquim Carneiro Lobo, a Quitéria e a Domingas. Negrão ainda salienta que esta última filha que consta com vinte e três anos de idade no ano de falecimento do seu pai, foi “*excluída do inventario por ser adúlterina*”.¹⁸⁰

Ainda no sentido do estudo vale destacar o Alferes Antonio dos Santos Teixeira auxiliar da Primeira Companhia da vila de Curitiba. Não se sabe o local de seu nascimento, provavelmente pode ser a região de Curitiba. O auxiliar também encontra nos Rodrigues França sua esposa, a Joanna Rodrigues de França, e sacramenta os laços matrimoniais, em 21 de Maio 1771, com aproximadamente trinta e cinco anos de idade. Porém, apesar de sua

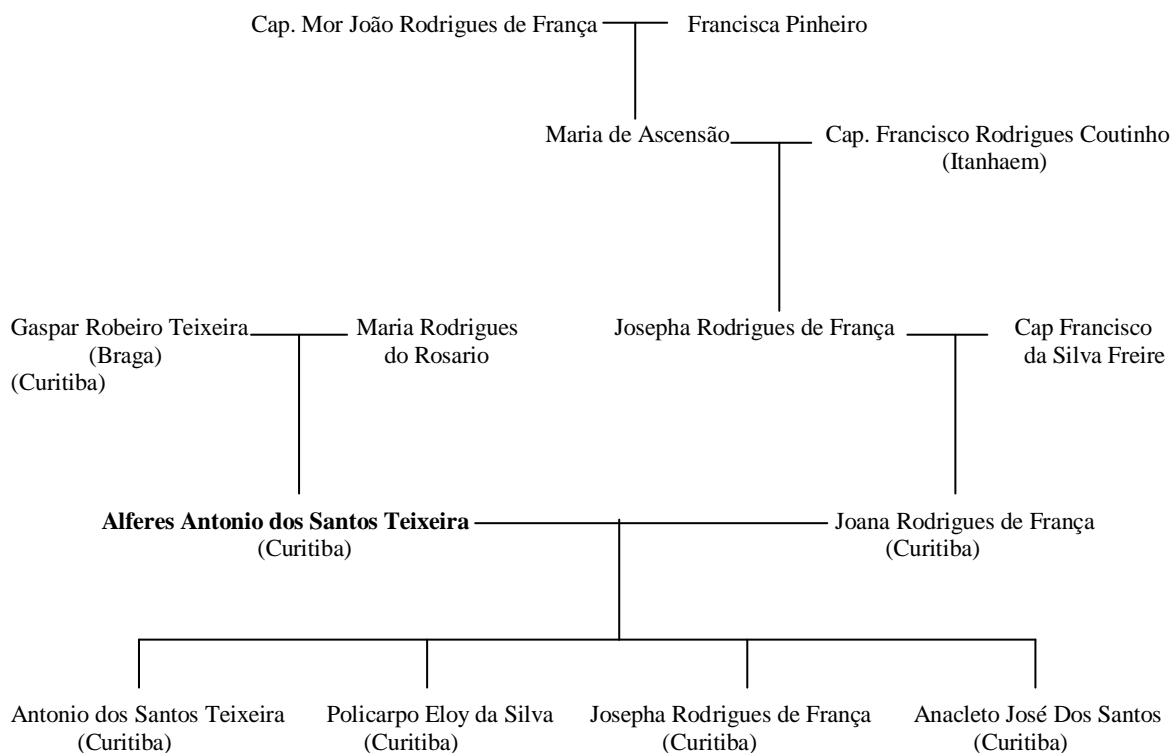
¹⁷⁸ “Essa matrona veneranda, cheia de benerencia, prestou relevantes serviços à Pátria por ocasião da Guerra do Paraguai.. Forneceu gratuitamente o gado vacum necessário ao abastecimento das forças estacionadas com destino ao Paraguai. A Guarda Nacional local era mantida a suas expesas. Senhora dotada de grande fortuna, aplicou-se a pratica do bem, fazendo caridade em larga escala. NEGRÃO, F. Genealogia Paranaense, v. III, p. 593.

¹⁷⁹ Legalmente eram identificados como aqueles nascidos de ligações consensuais ou concubinato entre pessoas solteiras e sem impedimento para realização de futuro casamento. PEREIRA, A. L. C. **O Sangue, a palavra e a lei: Ilegitimidade e transmissão da herança no Mundo Atlântico Português no século XVIII**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios 2008: Família y organización social em Europa y América siglos XV-XX Murcia-Albacete 12-14 diciembre 2007, p. 10. E segundo o Padre Bluteau, em seu *Vocabulário Português e Latino*, caracteriza o filho natural como aquele “[...] que o pai teve antes de casado”, distinguindo-os dos bastardos. Bluteau, **op. cit.**, vol. V, p. 684.

¹⁸⁰ Segundo Bluteau a palavra adúlterino é aquele “nascido do adultério”. Bluteau, **op. cit.**, vol. I, p. 141. Para Pereira sobre a filiação ilegítima há uma distinção entre os filhos espúrios e os naturais. Em seus estudos constata um norteamento dos progenitores em declarar que a concepção dos mesmos aconteceu enquanto estavam “no estado de solteiros”. Portanto, ao atribuir a condição de natural ao filho consiste numa tentativa de diminuir os efeitos que a ilegitimidade tem na vida dos mesmos. PEREIRA, **op. cit.**, p. 11. Entretanto, quanto ao motivo de identificar Domingas como adúlterina e excluir a mesma do inventário, indo de encontro ao que foi mencionado anteriormente, sobre a tentativa de aplacar as restrições sociais sobre os filhos ilegítimos, considera-se como a autora evidencia pontos de análise relevantes para compreender o cotidiano familiar de uma sociedade pautada em paradigmas de uma sociedade corporativista.

mulher ser descendente do Capitão-Mor João Rodrigues de França, como as esposas dos dois oficiais citados anteriormente – o Capitão Carneiro Lobo e o Tenente Cascaes – são distantes os laços de parentescos entre elas. A genealogia de Joanna se ramifica até a gênese do tronco familiar por meio do lado materno de uma das filhas legítimas do Capitão-Mor, a Maria de Ascensão. Ao contrário das outras duas que se unem ao patriarca mediante talvez uma união ilícita dele com Maria da Conceição, que resulta no nascimento de Paula Rodrigues de França, avó materna das duas esposas dos oficiais de cavalaria.¹⁸¹

Figura 10. Esquema genealógico da família do Alferes Antonio dos Santos Teixeira.



Fonte: LEÃO, E. A. de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1994.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Imprensa Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 1927.

Outro ponto relevante dos laços matrimoniais construídos pelo Alferes são as ligações com a família Freire, por intermédio de seu sogro, o Capitão Francisco da Silva Freire. Este, fruto da união de Antonio da Silva Freire e de Izabel da Silva, herdeiros de patrimônios consideráveis. Logo, Antonio da Silva Freire é filho do Capitão-Mor e Governador da Capitania de Paranaguá, o Francisco da Silva Magalhães, e Izabel da Silva

¹⁸¹ NEGRÃO, *op. cit.*, v. III, p. 26.

é filha do casal Domingos Rodrigo da Silva e de sua esposa Izabel dos Passos, grandes proprietários de terras, escravos e lavras de ouro na região.

Na construção das alianças familiares resultado das uniões matrimoniais ao longo do tempo na família do auxiliar têm a figura do seu avô materno, João Martins Leme. Este foi um dos seis filhos de Antonio Martins Leme e Margarida Fernandes dos Reis. Portanto, filho da união de duas das famílias fundadoras da vila de Curitiba, os Leme e os Carrasco. Para tanto, os avôs paternos de João Martins Leme são: o Capitão-Mor Matheus Martins Leme e sua esposa Anna de Góes. E os maternos o próprio Capitão Balthazar Carrasco dos Reis com sua esposa Izabel Antunes.

Além de ser filho de pai oriundo do Reino, mais precisamente de São Miguel-Braga, que já lhe possibilita angariar grandes recursos na economia simbólica o Alferes Teixeira por intermédio de sua esposa traça alianças com dois importantes troncos familiares da vila de Curitiba, os Freire e os Rodrigues de França. O militar teve como fruto de seu matrimônio uma filha e três filhos, sendo que nenhum deles integra os Mapas de Recrutamento dos auxiliares de 1776.

As estratégias traçadas acima por estes oficiais de cavalaria demonstra as possibilidades inerentes ao matrimônio para construção de teias de poder para sustentabilidade de suas posições no tecido social ou com acenos de mobilidade no interior do mesmo. Também vale salientar que estes auxiliares são ditos como “*homens bons*” da vila de Curitiba, pertencendo ou construindo laços de parentesco através das núpcias com as famílias mais relevantes da região, logo, indica que pertencer a um corpo de armas pode representar um diferencial de distinção social para angariar recursos em sua procura de prestígio social nesta sociedade corporativista dos Trópicos.

3.2 “Paisanos Armados” na pia batismal: estratégias na construção das relações de compadrio.

Outro instrumento considerável neste complexo estratagema que tem como fundo os preceitos de uma sociedade corporativa são as alianças de compadrio. Novamente os registros paróquias da vila de Curitiba, sob a guarda do CEDOPE, que muito auxiliaram no desvendamento das alianças conjugais, agora contribuem para analisar a construção desta

intrínseca rede de compadrio. Como anteriormente, buscamos junto à trajetória de alguns oficiais auxiliares compreender a escolha de padrinhos para os seus filhos para ajudar a visualizar a utilização deste instrumento religioso para desemaranhar os fios desta complexa teia de poder que é tecida com o intuito de adquirir recursos simbólicos para aquisição de distinções sociais. O porquê de eleger além dos registros matrimoniais, também os feitos na pia batismal demonstram as relevâncias destas informações para o preenchimento das lacunas impostas pelo tempo e espaço as fontes ditas como as principais, os *Mapas de Recrutamento* das companhias de auxiliares, para a construção do estudo.

Os laços de parentesco surgidos a partir do compadrio, tanto de padrinho/afilhado, quanto de compadre/compadre são elementos essenciais para estruturação de redes sociais para organização da vida cotidiana destes homens de armas.¹⁸² Como saliente Hamiester “*ter um padrinho significa ter alguém que lhe dava fiança ante Deus e ante a sociedade*”.¹⁸³ As informações contidas no compadrio como informa a autora podem ser denominados como os mais “*democráticos*”, por sorte expandir-se para um maior número de pessoas na sociedade, indiferente de sua “*qualidade*” ou “*prestígio*”, ao contrário de outras fontes de pesquisa que se limitam, devido ao seu emprego a determinados indivíduos, como as fontes militares citadas anteriormente que tem uma essência marcial destinada somente a homens livres com certa idade estabelecida para fazer parte deste registro.

Entre os ritos da Igreja católica o batismo é o principal, dito como o rito de renascimento que trocava o pecado original pela graça divina.¹⁸⁴ Têm o efeito de criar laços sociais, introduzindo novos pais, no caso, pais espirituais, na vida da criança ou do adulto batizado. Porém a escolha dos padrinhos obedecia a determinadas regras, estabelecidas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707. Logo, para a escolha dos padrinhos ordena-se:

¹⁸² VENÂNCIO, R. O Compadre Governador: redes de compadrio em vila Rica de fins do século XVIII. São Paulo. Revista Brasileira de História, v. 26, n. 52, 2006, p. 274.

¹⁸³ HAMEISTER, M. D. **Para dar calor a nova população**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738–1763). Tese de doutorado apresentada ao Programa e Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. p. 187

¹⁸⁴ RAMOS, D. **Teias sagradas e profanas**: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, 2004, v.31, p.50.

“que os Párocos não tomem outros padrinhos senão aqueles, que os pais ou responsáveis pelo batizando, nomearem, e escolherem, sendo pessoas já batizadas, e o padrinhos não será menor de quatorze anos, e a madrinha não será menor de doze, salvo de especial licença nossa. E não poderão ser padrinhos o pai ou mãe do batizado, nem também infieis, hereges, ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, ou mudos, e os que ignoram os princípios de nossa Santa Fé, nem Frade, Freira, Cônego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião aprovada, nem por procurador.”¹⁸⁵

Portanto, o compadrio fundamenta-se em uma relação nascida da pia batismal e registrada nos livros paroquiais da comunidade.¹⁸⁶ Registros preciosos que permitem a Coroa relevantes informações sob os seus súditos visto as dificuldades de adquiri-las pela falta de outros mecanismos e pela própria distância do Reino. Salienta ainda Venâncio que numa sociedade que em sua maioria é composta por iletrados o documento paroquial constitui um dos raros testemunhos escritos que provam o vínculo familiar e a condição social dos indivíduos. Entre os muitos dados desta rica fonte temos em sua maioria a data do batismo e do nascimento do batizante; a sua idade; o nome da paróquia onde se realiza o sacramento; nome do pai e dos padrinhos; e informações importantíssimas referentes à sua condição social -livres, forros ou escravos- e sobre sua cor. Dados pertinentes que auxiliam na compreensão da estratégia que visa utilizar este sacramento para atar duas famílias por laços parentais espirituais. Visto que este contrato religioso pesa sobre todos os envolvidos, principalmente sobre os padrinhos e os afilhados, com responsabilidades, deveres e obrigações múltiplas.

Para o referido estudo tem-se disponível, nas fontes sobre os registros de batismo sobre os filhos de alguns dos oficiais auxiliares, informações sobre: o nome dos pais e de seus avôs maternos e paternos e a naturalidade dos mesmos; o nome do batizante e sua idade; e a data do sacramento. As fontes também nos permitem visualizar o nome do pároco, e, portanto, a paróquia da realização do ato.

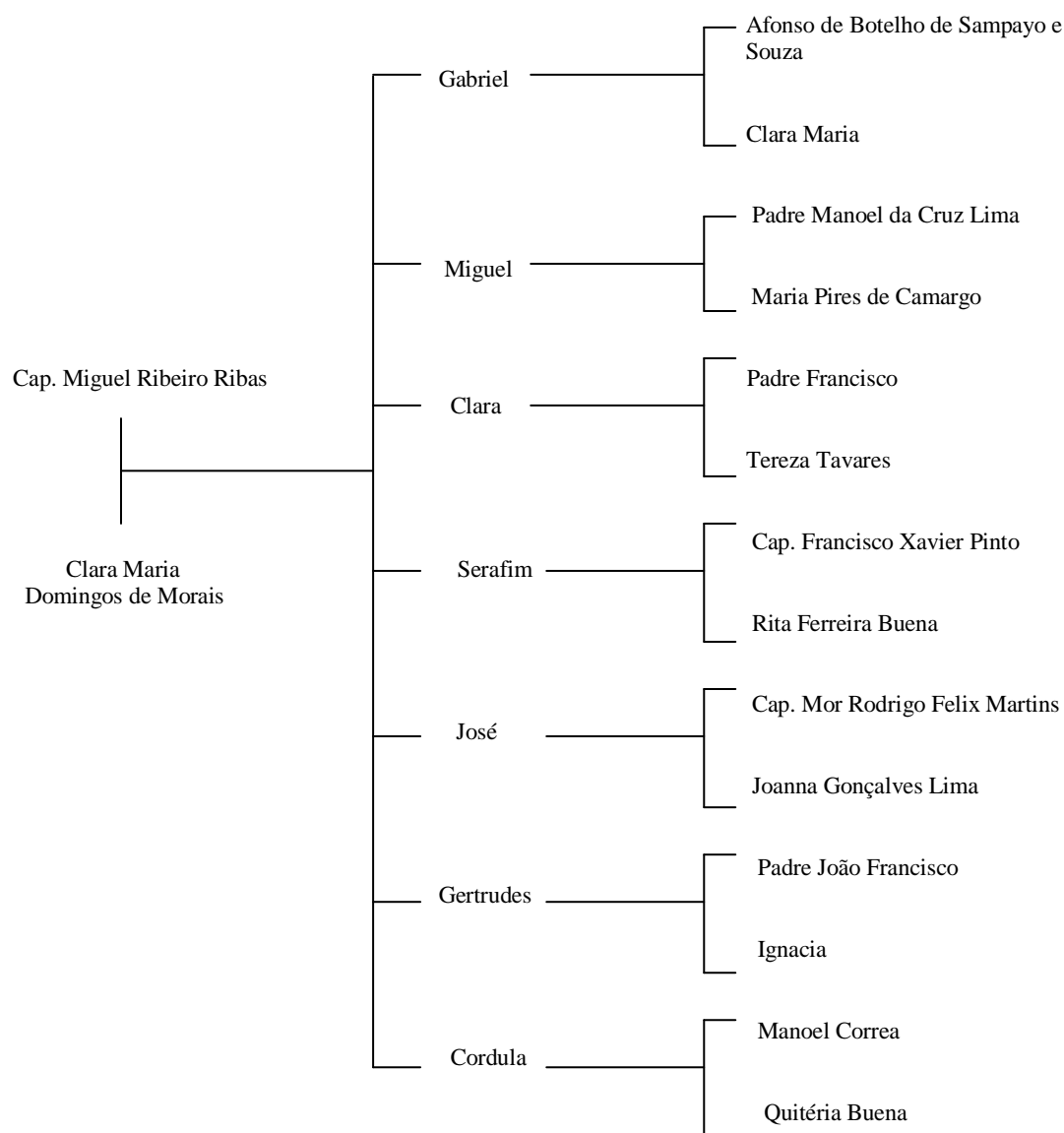
Procura-se eleger os mesmos indivíduos utilizados anteriormente para estudar a construção dos laços matrimônias, logo, para compreender a continuidade dos estratagemas utilizados por estes homens de armas, agora com a utilização dos seus filhos para a construção de alianças de compadrio para angariar recursos para a obtenção de prestígio social para a sua família.

¹⁸⁵ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, (Da Vide, 1707, Título XVIII, § 64 - grifos meus) Apud, HAMEISTER; **op. cit.**, p. 190.

¹⁸⁶ VENANCIO, **op. cit.**, p. 276.

O Capitão Miguel Ribeiro Ribas casado com Clara Maria Domingues de Moraes, teve, segundo a Lista nominativa de habitantes de 1776, cerca de dez filhos, mas nos registros paroquiais encontram-se apenas informações sobre o batismo de sete crianças. Entre eles Gabriel, Miguel, Clara, Serafim, José, Gertrudes, e Cordova.

Figura 11. Relações de compadrio do Capitão Miguel Ribeiro Ribas, de acordo com as alianças construídas na pia batismal no ato do sacramento de seus filhos.



Fonte: Registros paróquias referentes ao sacramento do batismo na vila de Curitiba, contidos no acervo do CEDOPE-UFPR.

A data em que Gabriel foi levado ao sacramento na pia batismal não consta nos registros paroquiais, porém, pode ter sido no ano de 1771, visto que os dados contidos nas

Listas Nominativas do ano de 1776 indicam-no com cinco anos de idade. Logo, mais importante que sua idade é a escolha, ou melhor, o convite aceito do Ajudante de Ordens, Afonso Botelho de Sampaio e Souza, como padrinho do mesmo. O Tenente-Coronel Botelho é o militar comandante dos corpos de armas desta região e, portanto, o responsável por cumprir as ordens determinadas pelo Governador-Geral da Capitania. Os laços de parentesco entre eles, o reveste de considerável prestígio social e político, capaz de proporcionar para aqueles ao seu redor recursos simbólicos capazes de num momento de tensão possibilitar a permanência de sua posição hierárquica na sociedade. Portanto, para o Capitão Ribas ter como padrinho de um de seus filhos a figura de Botelho o coloca em uma situação de expectativa devido aos laços espirituais de compadrio que a partir da data deste sacramento aproxima estas famílias. Vale mencionar que a posição como “*homem bom*” da vila de Curitiba, se reflete na disposição do Ajudante de Ordens em receber esta criança como “*pai espiritual*”. Pois, como revela Venâncio o exercício do cargo de qualquer funcionário real, militar, ou não é “facilitado” com aproximações com a elite local por intermédio de laços sociais, sejam matrimoniais ou de compadrio.¹⁸⁷ A “comadre” que fez par com o fidalgo é Maria Marques dos Santos, viúva de Simão João Domingues.

Outros três filhos do Capitão Ribas são afilhados, apesar da proibição das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, de padrinhos pertencentes a ordens religiosas. Como Miguel batizado pelo Padre Manoel da Cruz Lima e por Maria Pires de Camargo, esposa de Manoel Soares do Vale. Este religioso homem de posses consideráveis é filho do Sargento-Mor Miguel Gonçalves Lima, e irmão do Padre João Gonçalves Lima, que posteriormente foi responsável pela educação de um dos seus filhos, o também religioso Padre Diogo Antonio Feijó, o futuro Regente do Império, fruto de um relacionamento com uma mulher da família Camargo.¹⁸⁸ Já, Clara e Gertrudes são afilhadas do Padre Francisco. A primeira criança teve Tereza Tavares como madrinha e a segunda foi encaminhada por Ignacia, filha de João de Mello.

Com os três filhos restantes o Capitão Ribas de igual modo estabeleceu laços de compadrio significativos. Como Serafim que teve como “*pais espirituais*” o Capitão Francisco Xavier Pinto, homem da governança local, e Rita Ferreira de Oliveira, ambos casados. Sua outra filha Cordova, segundo os registros de batismo, ou Cordula, como

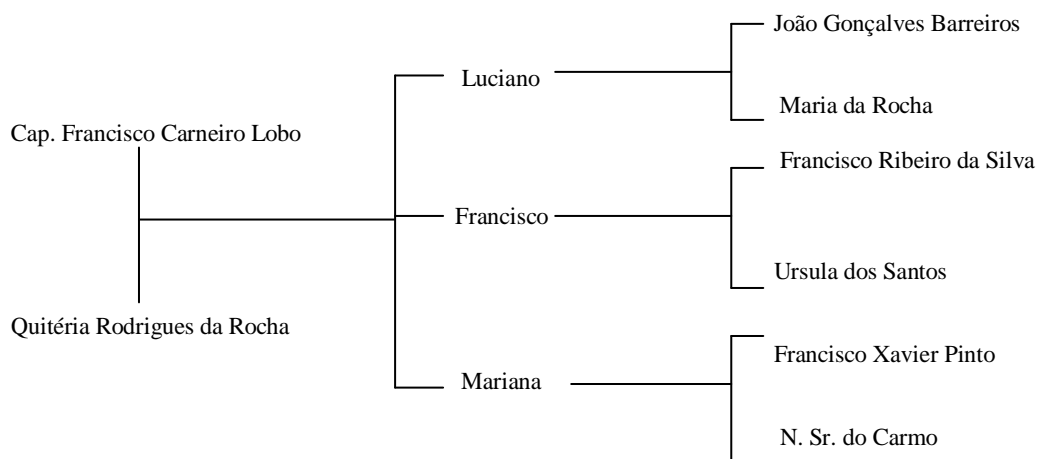
¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 280.

¹⁸⁸ ERMELINO, *op.cit.*, v. III, p. 1192.

consta na Lista nominativa de 1776, foi afilhada de Manoel Correa e Guiteria Buena, filha do Capitão Carvalho de Assunção. O último filho que possui registro do sacramento de batismo é José, o único dos filhos do Capitão de auxiliares batizado por meio de procuração. Seus padrinhos são o Capitão-Mor Rodrigo Felix Martins e a filha de Miguel Gonçalves Lima, provavelmente presente na cerimônia. Talvez, o motivo da procuração para o batismo da criança seja motivado pelas dificuldades de deslocamento até a vila de Curitiba, pois, apesar de ser o Capitão-Mor da mesma, residia fora de seus limites, mais precisamente em Pitangui, a cinco dias de viagem, motivo que o fez inclusive desistir do cargo que ocupava. Todos os filhos do auxiliar têm como pároco do sacramento batismal o religioso Manoel Domingos Leytam, e são registrados na paróquia da vila de Curitiba.

De outro oficial comandante de uma das quatro companhias de cavalaria auxiliar o Capitão Francisco Carneiro encontra-se o registro de batismo de apenas os filhos de sua primeira núpcia, com Quitéria Rodrigues da Rocha. São eles Luciano, Francisco e Marianna. Esta última apesar das proibições impostas pela Igreja em ter como um os padrinhos uma figura religiosa tem registrado, ao lado do nome do Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto, a Nossa Senhora do Carmo, como sua madrinha. Já para Luciano seu pai tem como “compadres” Maria da Rocha e João Gonçalves Barreiros. Para Francisco consta Francisco Ribeiro da Silva como seu padrinho e Ursula dos Santos como madrinha.

Figura 12. Relações de compadrio do Capitão Francisco Carneiro Lobo, de acordo com as alianças construídas na pia batismal no ato do sacramento de seus filhos.



Fonte: Registros paróquias referentes ao sacramento do batismo na vila de Curitiba, contidos no acervo do CEDOPE-UFPR.

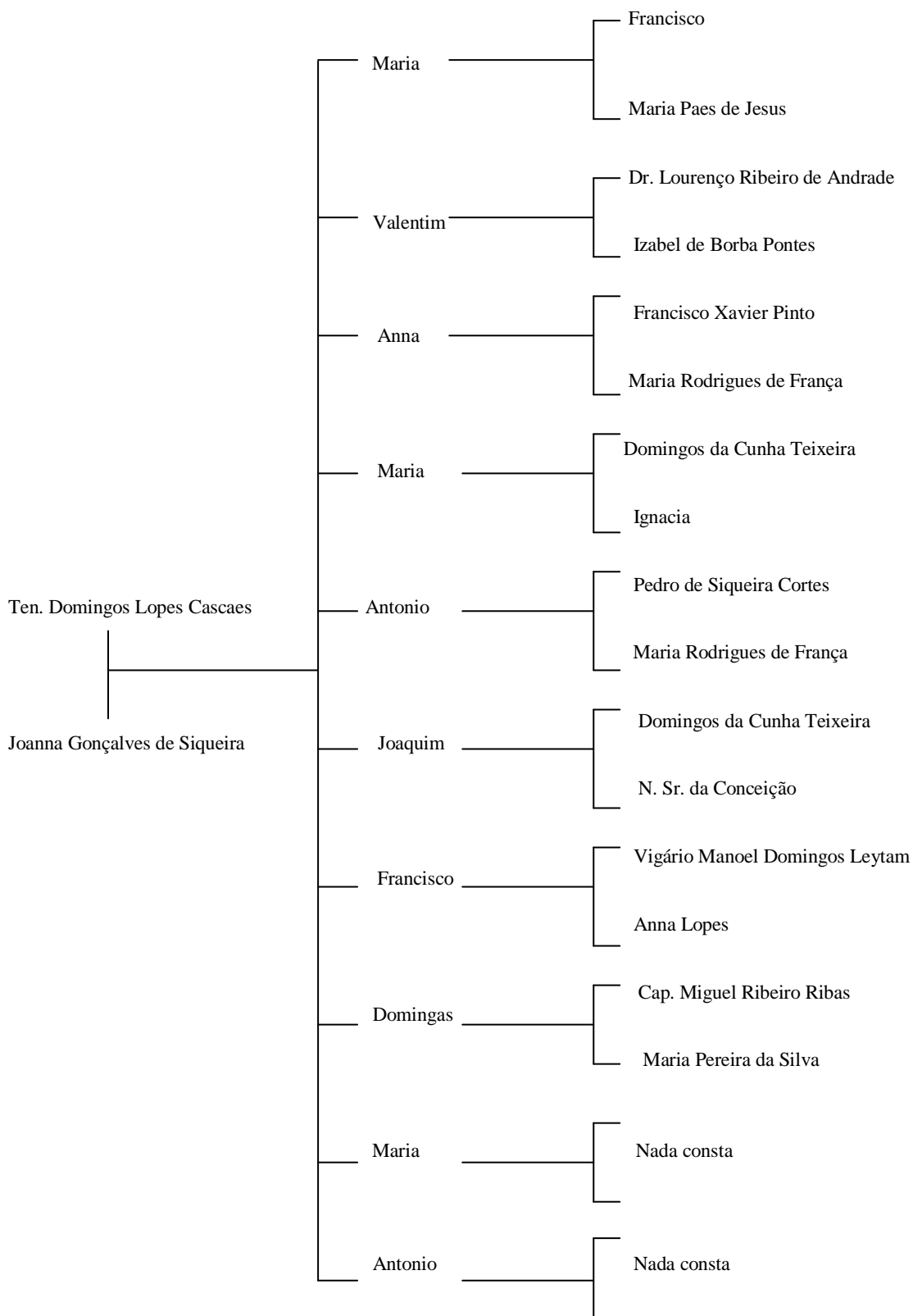
De todos os padrinhos escolhidos pelo cavalariano encontramos somente no padrinho de Marianna, o Sargento-Mor Xavier Pinto, alguma referência nos escritos de Ermelino de Leão ou Francisco Negrão. Que segundo esse trata-se de um reinol que ocupou cargos importantes na governança da vila, sendo inclusive um dos participantes da expedições de conquista dos Campos de Guarapuava.¹⁸⁹ Todos os filhos do capitão foram levados a pia batismal da capela de Nossa Senhora do Carmo do Campão Alto, tendo a frente do sacramento o pároco Domingos Rodrigues Costa, somente no batizado de Marianna teve como religioso o Padre Domingos Leytam.

A Lista nominativa de habitantes de 1776 da vila de Curitiba revela que o Tenente Domingos Lopes Cascaes possui apenas quatro filhos em idades de seis meses até doze anos. As informações contidas nos registros paróquias demonstram como sendo a contagem de dez crianças batizantes, levadas à paróquia da Nossa Senhora da Lux dos Pinhais. Duas faleceram ainda recém-nascidas, uma com o nome de Maria e outro chamado de Antonio, que segundo os registros foram sepultados dentro da Igreja, junto a pia do batismo, sem nenhuma menção de registros de padrinhos.

Na data de 28 de março de 1765, seu filho chamado Valentym recebe como “*pais espirituais*” o Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade e sua esposa Isabel Pontes. E em 27 abril de 1772 sua filha Domingas tem o Capitão Miguel Ribeiro Ribas e Maria Pereira, esposa de Jose dos Santos Pacheco, como padrinhos. Por conseguinte, se percebe o estreitamento através dos vínculos de compadrio com duas figuras importantes da governança da vila e do cotidiano do Tenente Cascaes. O oficial se coloca em uma posição interessante através dos laços fictícios de parentesco que constrói na pia batismal, pois, apesar de serem irmãos o Dr. Ribeiro e o Miguel Ribas, segundo Ermelino de Leão é na década de setenta, deste século que se desenrolam desentendimentos entre eles pela busca de poder político no interior da vila de Curitiba. Logo, se imagina as possíveis estratégias do Tenente por aproximar-se de ambos, mas admitisse uma maior proximidade com o Capitão, talvez pela posição dos dois como homens de armas, pois, Ribas é seu comandante direto na Primeira companhia de cavalaria. E mesmo porque no ano de 1776, os laços de compadrio estejam apagados com o Dr. Ribeiro, provavelmente pelo falecimento de Valentym, já que seu nome não consta no recenseamento feito neste ano.

¹⁸⁹ ERMELINO, *op. cit.*, v. III, p. 718.

Figura 13. Relações de compadrio do Tenente Domingos Lopes Cascaes, de acordo com as alianças construídas na pia batismal no ato do sacramento de seus filhos.



Fonte: Registros paróquias referentes ao sacramento do batismo na vila de Curitiba, contidos no acervo do CEDOPE-UFPR.

Outra filha de nome Maria registrada no ano de 1767 é batizada por integrantes da família Leme, no caso, o filho do Tenente Coronel Braz Domingos Velozo, o Francisco Pedroso da Costa e sua mãe. O Francisco Pedroso é um dos soldados auxiliares da mesma companhia em que esta lotado Cascaes.

A escolha de um dos seus subordinados para padrinho de sua filha, talvez se explique pela intenção de tecer redes de influência no interior do corpo de armas, e também pela família que o mesmo faz parte. Braz Domingos era descendente direto do Capitão povoador Matheus Leme e um dos fundadores do partido “*arraigados*”, contrários aos forasteiros, chefiados pelo vigário Domingos Leytam. Por conseguinte, o Tenente Domingos Lopes, reinol da Praça de Cascaes, logo, um “*forasteiro*”, na vila de Curitiba, da mesma forma que estreita laços com integrantes de grupos que defendem os interesses dos naturais da terra, procura com outro dos seus filhos, o jovem Francisco, mais precisamente em 10 de Março de 1776, aproximação com o religioso Leytam, do grupo político oposto do Tenente Coronel, e através dos laços de compadrio estreita as relações com o vigário.

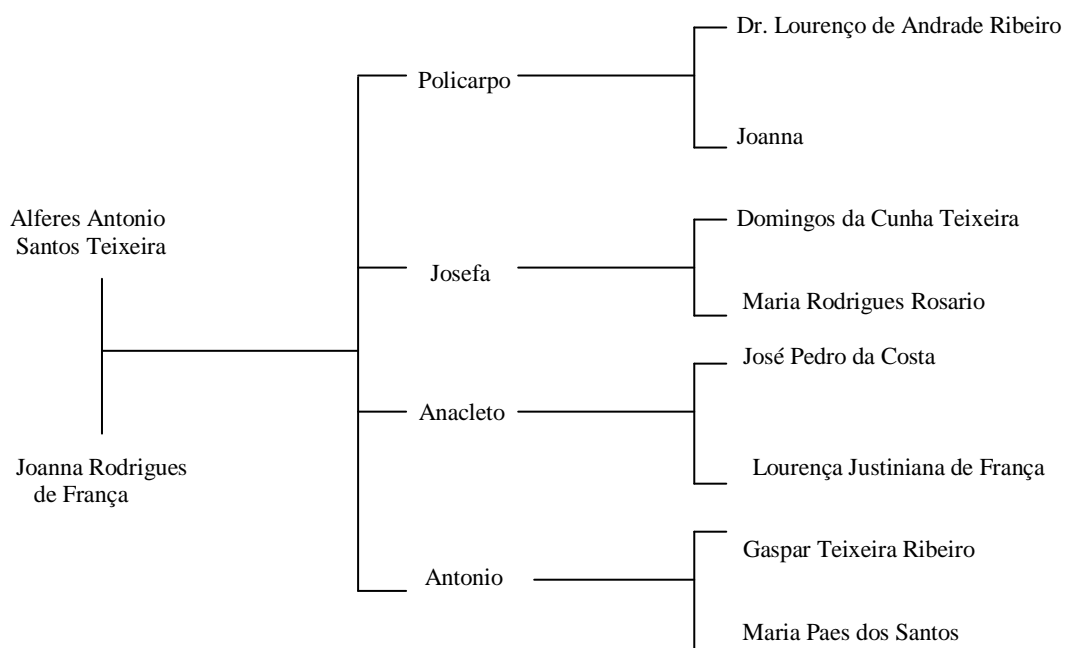
O Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto foi padrinho de um dos filhos de Cascaes, a Anna, como também batizou o filho do Capitão Ribas. A única diferença que no batizado do último Xavier Pinto fez par com sua esposa, e no primeiro esteve ao lado de Maria Rodrigues França, neta do Capitão-Mor de Paranaguá João Rodrigues de França. Uma outra filha, também denominada Maria, foi batizada no ano de 1763, por Domingos da Cunha Teixeira e por Ignacia, filha do Capitão-Mor de ordenança Leão de Mello e Vasconcellos. No ano de 1761, o nome de Domingos Teixeira já consta como “*compadre*” de Cascaes, juntamente com Nossa Senhora da Conceição, no batismo do pequeno Joaquim. Mas, não encontramos nenhuma menção sobre este misterioso padrinho, nos registros de Ermelino de Leão ou de Francisco Negrão, somente a Lista nominativa de 1776 possui algumas informações sobre este indivíduo, no caso, tinha sessenta e seis anos, no ano do recenseamento, era solteiro, vivia de suas lavouras e possuía entre homens e mulheres cerca de dez escravos. Talvez a escolha de Teixeira seja motivada por alguma amizade entre ele e Cascaes, devido a proximidade de seus “*fogos*”, pois ambos residem no bairro de Campo Largo.

Maria Rodrigues de França aparece novamente no registro paroquial de 1756, como madrinha de outro filho do Tenente auxiliar, o Antonio. Ela está ao lado do “*velho*”, mais conhecido como Pedro Siqueira Cortes, na pia batismal. O “*velho*” é sogro de Cascaes e

casado com Anna Gonçalves Continha, logo, prima de Maria Rodrigues França. O que se observa é que Cascaes soube tecer inúmeras redes familiares fictícias em torno da pia batismal, encontrou para seus filhos padrinhos de diferentes grupos sociais. No caso, defensores dos interesses de famílias tradicionais da terra, como grupos formados por forasteiros, principalmente oriundos do Reino. Como construiu alianças mais próximas de seu cotidiano, com elementos que fazem parte de seu próprio corpo de armas seja seus superiores ou inferiores, ou mesmo, pessoas que estejam mais próximas de sua família no dia a dia como seus vizinhos.

O auxiliar Antonio dos Santos Teixeira ocupa o posto de Alferes na Primeira companhia de cavalaria da vila de Curitiba. Ele é casado com Joanna Rodrigues de França e teve deste matrimonio cinco filhos, todos encontrados nos registros de batismos da paróquia de Nossa Senhora da Lux, sob as ordens do pároco Manoel Leytam.

Figura 14. Relações de compadrio do Alferes Antonio Santos Teixeira, de acordo com as alianças construídas na pia batismal no ato do sacramento de seus filhos.



Fonte: Registros paróquias referentes ao sacramento do batismo na vila de Curitiba, contidos no acervo do CEDOPE-UFPR.

O primogênito é Antonio, batizado em 13 de junho de 1762, oito dias após seu nascimento. Seus padrinhos são Gaspar Teixeira Ribeiro e Maria Paes dos Santos, esposa do Sargento-Mor das ordenanças Miguel Gonçalves Lima. Portanto, Maria Paes é mãe dos

padres João Gonçalves Lima, Francisco das Chagas Lima e do Cônego Manoel da Cruz Lima. Seguindo a mesma estratégia traçada por outros auxiliares também convidou o Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade para batizar seu filho Policarpo. Neste sentido, os laços de compadrio com a família do Sargento-Mor Miguel Gonçalves se estreitaram ainda mais, pois, sua filha Joanna esteve ao lado do Dr. Ribeiro na pia batismal, como madrinha desta criança. Em 29 de março de 1767 sua filha Josefa é batizada por Domingos da Cunha Teixeira e Maria Rodrigues do Rosário, mulher de Gaspar Teixeira Ribeiro. Ambos, Domingos da Cunha e Gaspar Teixeira não constam nos estudos de Ermelino de Leão e Francisco Negrão, mas a relevância de Gaspar não é ignorada na família do Alferes, tanto que seu nome é registrado em dois sacramentos batismais. No primeiro como padrinho e no segundo como esposo de uma das madrinhas. Seu último filho, o Anacleto, recebe como “*pais espirituais*” o casal José Pedro da Costa e Lourença Justiniana de França.

Os laços de reciprocidade são fundamentais para decidir o posicionamento do indivíduo no tecido social. Como sugere Venâncio os laços de compadrio tornam-se um dos mecanismos mais relevantes estabelecendo vínculos entre indivíduos por toda sua existência, estruturando as redes sociais que organizam a vida cotidiana.¹⁹⁰ Por conseguinte, as estratégias firmadas no interior da Igreja para consumação de compadrios colocam famílias entrelaçadas em tramas de parentescos espirituais, que possibilitam para os agentes envolvidos utilizar estes mecanismos para angariar recursos simbólicos que os diferencie e os ajude em momentos de instabilidade, como os eminentes conflitos no extremo do Meridiano com as topas castelhanas, ou mesmo no seu cotidiano.

A escolha dos padrinhos e madrinhas pelos homens de armas cavalarianos permite observar como estes indivíduos utilizam seus filhos para compor as teias da parentela formada sob pia batismal. Em muitos nota-se a busca de um padrinho de fora da comunidade, de um nível mais elevado no estrato social, como o Capitão Ribas que procura na figura do Tenente Coronel Botelho, laços de compadrio que transpassam suas condições de soldados auxiliares e alcançam compromissos além da vida terrena. Esta mesma estratégia da procura de alguém de um nível social mais elevado se concretiza com mais facilidade na procura de pessoas da mesma comunidade em que são moradores, pessoas de seu cotidiano. Como o Tenente ou o Alferes que procuram em seu superior hierárquico, no caso um Capitão, ou um Sargento-Mor, como padrinhos. No caso das madrinhas em muitos registros paroquiais a escolha recai em mulheres da família do

¹⁹⁰ VENÂNCIO, *op. cit.*, p 273.

próprio batizante e em outras vezes a procura de senhoras de famílias em condições sociais superiores, como as esposas ou filhas de homens de “*prestigio*” na vila. Como o exemplo de Maria Paes, esposa do Tenente Coronel Braz Domingos Velozo.

Porém, também há a escolha de pessoas do mesmo nível social ou até mesmo inferior ao seu, como vizinhos próximos de seu fogo, pois, em momentos de dificuldades supõe-se que serão os primeiros a auxiliá-lo. Outro recurso recai na escolha no interior do seio de sua própria família reiterando antigas alianças firmadas por seus laços sanguíneos.

Logo, é visível neste estudo de casos, a diversificação na escolha dos padrinhos que permite um leque de teias na consumação dos vínculos de compadrio sejam de segmentos sociais mais elevados, iguais, ou inferiores ao seu, tendo origem na interior da própria família, no mesmo corpo social, de indivíduos próximos geograficamente, outros escolhidos por fortes elos de companheirismo de espada.

3.3. Homens de armas sem soldo: necessitam mais do que suas espada para viver.

Fazer parte de um corpo de armas, principalmente de ordenanças ou de segunda linha, no caso as tropas auxiliares, não é garantia de sustentabilidade econômica dos soldados. Somente algumas patentes nesta hierarquia bélica tinham direito a receber algum soldo como os oficiais que compõem o Estado-Maior – Sargento-Mor, Coronel, Ajudante de Ordens - normalmente pagos a custa do Senado local. Como o Francisco José Monteiro nomeado Sargento-Mor do Terço dos Auxiliares da Marinha de Paranaguá, de 1766 até 1801. Seu pagamento em 1764 achava-se em 150\$000 reis e os primeiros onze dias de 1775 somaram 219\$700 reis para sua assistência e comedoria, gerando protestos por parte da Câmara de Paranaguá por despender mais este gasto, além, dos pesados tributos para a Construção da Fortaleza da Barra, a cargo do mesmo militar. Suas reclamações chegaram até os ouvidos do Governador-Geral, Morgado de Mateus, que examinou os livros do Conselho, e determinou a atitude dos parnanguaras como desobediência sem justificativa.¹⁹¹

São imensas as dificuldades para custear uma tropa armada, muitas vezes estática em um determinado local. Por este motivo as tropas retiradas da própria população de

¹⁹¹ ERMELINO, *op. cit.*, v.II p. 694.

colonos são de extrema relevância para a defesa e segurança das terras além-mares e mesmo do próprio Reino. Desde a criação dos corpos de “*paisanos armados*”, em 1645, mais conhecidos como os auxiliares, se busca “*gentes desobrigada e capaz de se ocupar em meu serviço*” .¹⁹² Esta determinação real é resgatada mais de um século depois por D. Luis, quando assume o governo da Capitania de São Paulo. Ele reitera o valor do súdito que se coloca a disposição como um soldado auxiliar, que compreende o recrutamento em um corpo de armas não como um fardo ou uma obrigação, mas a oportunidade de servir ao seu rei, e exercer seu compromisso de lealdade com seu senhor. Para tanto, para ser merecedor de todos os privilégios anunciados para aqueles que empunham suas espadas, todas as despesas com a manutenção e obtenção de armamentos e materiais bélicos devem ficar por conta dos soldados.

Consequentemente se fardar e armar as próprias custas requer dos indivíduos certas posses; mesmo se tratando de equipamentos em condições precárias que são imprescindíveis em um universo colonial tão encarecido de qualquer tipo de armamento enviados pelo Reino. Logo, fazer parte de um corpo social que não oferece nenhuma remuneração econômica direta e ainda necessita daqueles lotados em suas fileiras, relevantes contribuições para que possam existir militarmente, encontram significado na lógica do paradigma corporativista desta sociedade. Como salienta Fragoso a sociedade construída sob a égide do Antigo Regime fomenta uma hierarquia estamental formada não somente de aspectos econômicos, mas por suas condições políticas e culturais “*onde os grupos sociais se percebem e eram percebidos por suas “qualidades”*” .¹⁹³ Significa, portanto, que somente os cabedais de um indivíduo não o habilita a fazer parte do círculo dos “*homens bons*” de sua localidade, permitindo que participem da ingerência dos assuntos políticos e conseqüentemente das decisões econômicas. Neste sentido, fazer parte das melhores famílias da terra e ter acesso aos corpos sociais como Senado local, irmandades religiosos, ou corpos de armas resulta de uma contínua estratégia desenvolvida por estes indivíduos traduzida por redes sociais. Desse modo, a procura de alianças com parentes espirituais feitos na pia batismal ou no sacramento matrimonial, ganham relevância no cotidiano desses homens que reinventam a todo momento mecanismos para manutenção de sua posição na hierarquia social almejando novas ascensões para manutenção de seu poder de mando.

¹⁹² “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares. Lisboa, 7 de Janeiro de 1645”. **op. cit.**, p. 271.

¹⁹³ FRAGOSO, **op. cit.**, p 44.

Muitos indivíduos talvez nunca façam parte dos corpos sociais que determinam os rumos do povoado, nem participem das decisões políticas e econômicas que possibilitam acumulações de riquezas com tais práticas, porém, também constroem ao seu modo estratégias para formação de redes sociais que os revestem de valores simbólicos. O peso de pertencer a um corpo de armas sob esta coerência corporativista sobrepuja qualquer valor econômico que lhe seja pago. O soldo pelos seus serviços prestados não se reflete em valores monetários, mas em recursos simbólicos angariados que possam ser úteis em momentos de tensões. Contudo, são homens chefes de seus fogos, ou filhos com deveres familiares. Desse modo, nem todos os auxiliares expostos neste estudo fazem parte dessa elite hierárquica que decide os rumos da vila de Curitiba. Mesmo aqueles oficiais que estão no topo do comando de uma companhia de cavalaria auxiliar, necessitam de algum auxílio ou ocupação para cuidar de suas famílias.

Os Mapas de recrutamento das companhias de cavalaria auxiliares da vila de Curitiba são do ano de 1776, importa salientar que a Lista de habitantes da mesma vila e ano, detalha junto ao fogo de cada indivíduo, os meios de subsistência, assim sendo, o cruzamento de dados revela importantes informações sobre o cotidiano desses paisanos armados. A fonte sobre os auxiliares se dispersa sobre os campos de Curitiba, visto que somente a Primeira e Segunda companhia são da vila de Curitiba, a Terceira dos Campos Gerais e a Quarta da Lapa. Somente encontramos alguns nomes no cruzamento das fontes, pouco mais de vinte e quatro nomes num universo de mais de duzentos cavalarianos estudados. Porém, a confecção da Lista nominativa de habitantes possibilita extrair riquíssimas informações não somente de auxiliares cavalarianos, mas também de infantess. Portanto, a tabela que segue reflete todos os homens lotados nas tropas auxiliares que residem nos limites dos bairros dispostos na Primeira e Segunda companhia de ordenança da vila de Curitiba, independente de sua arma, pois, o que se almeja é compreender como homens de espada conseguem sobreviver sem direito ao soldo.

A atividade tropeira, a criação de animais e a agricultura de subsistência ocupam grande parte da população dos colonos estabelecidos nos campos de Curitiba. Atividade muito bem vista pelos funcionários reais, por fomentar o estabelecimento de súditos em novas vilas, em antigos povoados ou em terras recém descobertas e conquistadas. Os números de auxiliares que se dedicam à mesma ocupação, segundo os dados extraídos, corroboram com a afirmação.

Tabela 16. Ocupação e ofício dos auxiliares contidos na *Lista nominativa de habitantes da vila de Curitiba, de 1776*.

OCUPAÇÃO/OFÍCIO	AUXILIARES	%
Vivia de suas lavouras e criações	80	49
Vivia de seu negocio mercantil	10	7.35
Oficio de sapateiro	03	1.84
Oficio de alfaiate	04	2.45
Oficio de ferreiro	02	1.22
Oficio de tabelião	01	0.61
Oficio de arreyro	06	3.68
Oficio de serrador	02	1.22
Conduzir carga e tropas	22	13.49
Oficio de carpinteiro	01	0.61
Vive de minerar	30	18.40
Vive de esmolas	02	1.22
Total	163	100

Fonte: *Lista nominativa de habitantes da vila de Curitiba, de 1776*. Copias acervo CEDOPE-UFPR.

Num universo de 163 homens, oitenta deles, cerca de 49% estão ligados diretamente a criação de animais ou a plantação. Sendo que 13,4%, no caso vinte e dois indivíduos, indiretamente sobrevivem da criação e do transporte de animais, pois, conduzem tropas e cargas pelo caminho de Viamão. Apesar das escassas produções das lavras auríferas curitibanas, trinta milicianos, um número considerável que atinge 18,4% do total dos homens designados como auxiliares, se dedicam à mineração como ocupação principal em seu cotidiano. Além destas ocupações extrativistas outros auxiliares buscam em ofícios mecânicos condições para suprir as necessidades de sua família como: sapateiro, alfaiate, ferreiros, carpinteiro, o ofício de arreyro ¹⁹⁴. Somente um auxiliar ocupa

¹⁹⁴ Aquele que tira areia do areal e o leva para outra parte. BLUTEAU, **op. cit.**, p. 485.

a função de tabelião e dois vivem de esmolos em “fogos” encabeçados por uma mulher, no caso suas mães. O primeiro é José de dezoito anos, filho de Maria Nunez, uma viúva de sessenta anos, que além do filho miliciano abriga mais quatro filhas solteiras entre dois e vinte anos de idade. O outro também se chama José, é um pouco mais novo com dezesseis anos, sua mãe a exemplo do anterior também é viúva, tem cerca de quarenta e quatro anos, em sua casa tem mais um a filha de doze anos.

Observam-se certas diferenças materiais entre os auxiliares listados. Como o jovem filho de Maria Nunez que vive de esmolos e o “fogo” do Capitão Miguel Ribeiro Ribas que está entre as maiores posses registradas pelo recenseador nas listas nominativas de habitantes. Como muitos colonos, o Capitão vivia de sua lavoura e criação de animais, e possui entre gado e “*cavalgadura*”, cerca de trezentos. Em seu fogo moram sob suas ordens dezesseis pessoas, incluindo sua esposa, filhos e netos. Ainda registra em seu fogo a presença de nove escravos entre pequenos e grandes. Sua filha mais velha, de nome Antonia, com apenas dezoito já se encontra casada, provavelmente sem muitos problemas para conseguir um pretendente para consagração do matrimônio, diferente da irmã do jovem solado José, que ainda com vinte anos encontra-se solteira. As diferenças entre os dois fogos são extremas devido às posses de cada família, mas as diferenças dos milicianos não se registram somente nestes dois casos exemplificados. Muitos outros auxiliares se encontram em uma situação um pouco melhor do que qualquer um dos milicianos que vivem de esmolos, mas muito aquém do Capitão auxiliar. Ao procurar em outro auxiliar da Primeira companhia, o Tenente Cascaes, nota-se que sua situação material não difere dos demais integrantes da companhia, apesar de ser um oficial comandante também vive de suas lavouras, possui um rebanho de bovino de doze animais, e somente um cavalo. Em seu fogo vivem cinco pessoas entre sua esposa e filhos e também tem dois escravos. Por conseguinte, somente outros indivíduos da própria vila de Curitiba que não fazem parte das tropas auxiliares listam um patrimônio tão vasto como o do Capitão Ribas, como o próprio Capitão-Mor da vila, Rodrigo Felix Martins, que vive de suas lavouras e criações, e têm cerca de quatrocentas cabeças de gado e consta com um plantel de quatorze escravos.

Os eminentes conflitos com as forças castelhanas fazem parte do cotidiano destes homens de armas que treinam suas aptidões bélicas e se preparam para possíveis enfrentamentos com o inimigo, em contra partida as tensões para a defesa das posses atraem relevantes recursos econômicos e acenam com possibilidades de ganhos aos soldados. Muitos autores, como Charles Tilly, defendem que o motor dos Estados são as guerras;

devido às dimensões que estas repercutem no interior de qualquer sociedade moderna. Para o autor a própria organização do Estado se modifica para captar recursos em virtude de toda uma logística empreendida para obtenção de equipamentos, armamentos e recrutamento de homens.¹⁹⁵ Ainda salienta que todo esse cenário bélico permeia a sociedade causando uma verdadeira revolução nos Estados. Para Cotta a guerra não promove uma revolução no sentido que a palavra é expressa por Tilly, mas sem dúvida no ínterim destas alterações na estrutura militar ocasiona modificações ao cotidiano dos indivíduos.¹⁹⁶

No caso dos moradores da vila de Curitiba, recrutados nas companhias auxiliares, além de todo o simbolismo já descrito anteriormente pelo busca de mercês reais no desempenho de serviços, seja na guerra ou na descoberta e conquista de terras bravias no interior dos “sertões”, há possibilidades de ganhos com o imenso projeto de defesa da parte Meridional da América portuguesa instaurado pelo governo real. Um exemplo da capitação de investimentos são as expedições organizadas por Afonso Botelho, apesar da convocação para que todos fossem voluntários nas entradas reais, muitos auxiliares receberam soldos pelas suas participações. Números já expressos anteriormente que se limita a 2\$400 reis ao mês ao soldado e a 15\$000 reis ao comandante da entrada, geralmente um Capitão. Toda essa organização para a busca de mantimentos e equipamentos para a tropa expedicionária em grande parte foram encontradas na própria vila e suas imediações, estimulando o aumento de pequenas roças e criações de animais destinadas a este fim. Não obstante, objetos mais requintados como peças para manutenção da artilharia ou mesmo uma quantidade grande de pólvora foi solicitado de outras praças, como Santos e o próprio Rio de Janeiro.

Muitos auxiliares não estavam à frente do desbravamento das terras, mas foram muito utilizados por seu conhecimento pelos ofícios mecânicos que possuíam. Como o ferreiro Antonio Bonete, soldado da Primeira companhia de cavalaria, que segundo os registros contidos nos *Boletins do Archivo Municipal de Curitiba*, não participou diretamente das expedições, mas sua oficina foi envolvida pelos diversos trabalhos necessários. Nos estudos de Ermelino de Leão e Francisco Negrão não há nenhuma menção sobre esta figura, o pouco de informações se encontra no próprio Mapa de

¹⁹⁵ TILLY, C. Las revoluciones europeas, 1492-1992. Barcelona: Bolsillo, 2000, p. 60. **Apud:** COTTA, F. C. **Estados-Nacionais e Exércitos na Europa Moderna:** um olhar sobre o caso português. Belo Horizonte: Revista de História e Estudos Culturais. Julho/Setembro de 2007, v. IV, ano 4, n. 3. p. 15.

¹⁹⁶ COTTA, **op. cit.**, p. 4.

recrutamento e nos registros paroquiais. Segundo o recrutador é um homem alto, alvarinho, de cabelos loiros, bem encorpado, com idade mais ou menos de trinta anos, em 1776. Os registros da Igreja revelam que é filho de Antonio Bonete e de Luzia Martins. Seu pai foi sepultado no interior da Igreja de Nossa Senhora da Lux no ano de 1756. Na mesma paróquia o vigário Domingos Leytam, realizou o batismo do ferreiro e mais três irmãos, conhecidos como: Salvador, Joseph, Plácido e Maria.

O registro de batismo de Antonio, o ferreiro, foi realizado no dia 26 de Agosto de 1744, e informa que a data de seu nascimento é de 19 de agosto do mesmo ano, dado que corrobora com a informação contida nos Mapas de recrutamento sobre sua idade. Seus padrinhos são o casal Sebastião Teixeira de Azevedo e Innes de Chaves. O padrinho era um homem da governança da vila de Curitiba, exerceu diversos cargos, inclusive de juiz de órfãos. Pelos registros de seus irmãos se percebe que seu pai busca em homens de “qualidade” padrinhos para seus filhos, como o caso de seu irmão, o Joseph, batizado pelo Capitão Amaro Bueno da Rocha, conhecido como um dos “homens bons” da vila.

A oficina do ferreiro recebeu diversos serviços para manutenção de equipamentos utilizados ao longo das expedições. Os *Boletins do Archivo Municipal de Curitiba* constam com algumas listas datadas de serviços prestados pelo auxiliar e os seus respectivos valores.

Tabela 17. Serviços prestados pelo ferreiro Antonio Bonete em sua oficina, para manutenção de diversos equipamentos bélicos utilizados nas expedições dos “sertões”, entre os anos de 1769 a 1770.

Data e serviço realizado	Valor do serviço
06 de novembro de 1769	
Huma arma para indiretar o cano	160
Outra para fazer perafuzo do guarda mato e concertar dois	080
Outra para concertar o caracol que joga o cão	080
Outra para concertar o armador que não segura	080
Outra para fazer um perafuzo dos feixos	080
Outra para concertar o armador	080
Outra para fazer um perafuzo dos feixos e concertar	120

outra	
Outra para concertar a molinha e hum perafuzo	120
Outra para fazer um perafuzo dos feixos	080
Outra para fazer um perafuzo do cão	160
Outra para fazer fuzil novo	640
Outra para botar grão e fogão	480
Outra para botar grão e dois perafuzos	320
24 sacabuchas	960
Total	3\$440
15 de dezembro de 1769	
Recalcar e emendar hum cano quebrado	960
Recalcar outra mola	640
Huma mola real	640
Huma molinha e huma embracadeira	240
Total	2\$480
14 de Janeiro de 1770	
Hum cão inteiro para uma arma	640
Huma mola grande e dois perafuzos para outra	800
Hum caracol, dois perafuzos e duas braçadeiras	640
Hum caracol, cincerto do cão e hum perafuzo	640
Total	2\$720
05 de fevereiro de 1770	
Dois grãos	160
Temperar 06 fuzis	240
Cinco embracadeiras novas	400
Cinco perafuzos	400
Huma chaveta de cão	120
Hum descanso com seu perafuzo	160
Duas molas reais	1\$280
Total	2\$760
31 de março de 1770	
Hum fuzil	640

Sete perafuzos	560
Hum cano para endireitar	160
Huma mola grande	640
Huma molinha	160
Hum descanso	160
Três chaves de cão	360
Hum sobre cão	120
Hum armador	160
Cinco braçadeiras	400
Hum rabixo	160
Seis anzoos meyo caçoys	480
Total	4\$000
08 e Julho de 1770	
Hum fuzil novo	640
Hum fogão novo	640
Hum perafuso	080
Total	1\$360
8 de julho de 1770	
Hum fuzil novo	640
Hum fogão novo	640
Hum perafuso	080
Total	1\$360
Total	18\$120

Fonte: **Boletim do Archivo Municipal de Curitiba**: Documentos para a História do Paraná. v. IV. Expedições de Guarapuava (1769–1775), 1907.

A primeira lista foi apresentada no dia 6 de novembro de 1769 ao Concelho da vila de Curitiba e ordenado pelo Tenente Coronel Afonso Botelho o pagamento total de 3\$240 reis pelos consertos de diversos armamentos. Ao todo são seis listas detalhando todo o empenho do mecânico em possibilitar o funcionamento do equipamento bélico para os expedicionários, do ano de 1769 a 1770. A soma total de tudo que passou pelas suas mãos para o funcionamento correto dos materiais custou aos cofres da vila de Curitiba 18\$120

reis. Porém, os cálculos do trabalho do ferreiro existem e foram apresentados ao Senado para ser efetuado e seu pagamento. Se realmente toda esta quantia pelo seu trabalho manual foi devidamente paga, nem tudo são lucros para o auxiliar. Não se sabe o quanto de matéria prima da oficina foi utilizado ou qualquer outra despesa que tenha para exercer o seu trabalho.

Nos anos que se limitam as listas de serviços não há menção de aumento dos preços, veja o caso do custo de um parafuso que tanto na primeira lista como na última tem seu valor fixado em \$80 reis. Para que se possa fazer um comparativo do valor total gasto na ferraria, cerca de 18\$120 reis, seria possível adquirir 37,75 alqueires da farinha, ao preço de \$480 reis cada um, ou 64,71 alqueires de milho, ao preço de \$280 reis, de acordo com os valores contidos em uma lista de mantimentos comprados na vila de Curitiba, no mesmo período por ordem de Afonso Botelho.¹⁹⁷ Também seria possível pagar um pouco mais de mais de sete meses e meio de soldo, ao valor de 2\$400 reis, a um soldado empenhado nas expedições do trem D'El Rey.

Os homens de espada necessitam mais que apenas desembainhá-las para assegurar o sustento de sua família, principalmente àqueles com poucos recursos econômicos, como uma pequena propriedade que para muitos serve para suprir as necessidades básicas do seu fogo. Pois, nem todos se encontram como os Capitães Miguel Ribas ou o Francisco Lobo Carneiro, grandes proprietários de terras e com planteis de escravos consideráveis para os índices dos campos de Curitiba. Fazer parte de um corpo de armas assegura sem dúvida recursos simbólicos que possibilitam grandes possibilidades de angariar condições para manutenção de seu “prestígio” em sua localidade, mas para a grande parte da tropa que não dispõem de soldo algum por estar lotado nas fileiras dos “paisanos armadas” outro tipo de atividade ou ofício é imprescindível para sua sobrevivência.

¹⁹⁷ “Pagamento do dia 5 do mês de Novembro de 1769. Aos sinco dias do mês de Novembro de mil sette centos e secenta e nove annos nesta villa de Curitiba nas casas em que reside o Tenente Coronel Affonso Botelho de S. Payo ahi foy vindo o Juiz ordinário e os veriadores que atualmente servem para efeito de se fazer o pagamento dos mantimentos que se tinham tomado dos moradores do districto desta vila para a Expedição do Tibagy na forma das ordens do Illmo. e Exmo. Sr. General desta Capitania onde também estava presente o mesmo Tenente Coronel e ajudantedas ordens do mesmo, e também o Capitão Lourenço Ribeiro de Andrade Vice Tezoureiro desta Expedição e ahy se fez pagamento aos homens que tinham assistido com os Mantimentos que forão combucados por editais Públicos os quais constão de Listas ao diante assignadas e Rubricadas pello dito ajudante das ordens; de que para constar mandarão fazer este termo, eu Antonio Francisco Guimarães escrivão da Câmara que o escrevi.” BOLETIM, **op. cit.**, v. 4 p. 6 e 7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No andamento da pesquisa muitas inquietações alimentaram o nosso estudo, como por exemplo, descobrir quem são estes homens de armas do final dos Setecentos e os motivos de se tornar um soldado. E se fazer parte de um grupo social mais conhecido, como auxiliares, ou tropas de segunda linha, ou mesmo paisanos armados, os revestia de algum signo de distinção.

As fontes proporcionaram informações relevantes para que pudéssemos dar “corpo” a tantos nomes dispostos nestas listas bélicas. Neste sentido, o cruzamento de dados possibilitou preencher lacunas e conhecer um pouco mais quem são os indivíduos que se fardavam nas últimas décadas do século XVIII, com o intuito de defender as posses reais. Logo, o auxiliar não se apresenta neste contexto histórico apenas como uma peça de um tabuleiro ornamentado com vestimentas bélicas para pelejar contra castelhanos por mais “terras” para um distante Rei. São na verdade indivíduos, súditos a procura de cumprir seus votos de fidelidade com seu senhor e esperam alcançar a gratidão real pelos seus serviços. Ser um homem de arma é fazer parte de um grupo social que de igual modo aos demais corpos que constituem esta sociedade procura “marcar e reiterar as desigualdades ou mesmo produzir outros índices de diferenciação.”¹⁹⁸

Neste universo da vila de Curitiba que reproduz ao seu modo a concepção de uma sociedade de corpos, engendra condições para que a troca de favores entre desiguais se realize. Logo, o dom não aparece como algo de natureza gratuita ou espontânea, mas como elemento determinante na estruturação das relações sociais. Os indivíduos envolvidos não ignoram toda esta simbologia presente nas relações entre os mesmos, pois dificilmente de forma ingênua e desprovido de interesse é o ato de dar e receber um benefício. Sugere Hespanha que é a partir da economia do dom que são estruturadas as redes clientelares – redes de poder, intrínsecas de relações assimétricas de amizade.¹⁹⁹ O indivíduo que detém o dom e beneficia o outro se coloca em uma posição relevante em relação ao recebedor, não que o mesmo exija uma resposta ao seu ato, mas lhe confere por parte do beneficiado uma disponibilidade para se colocar a qualquer tempo para retribuição de tal atenção

¹⁹⁸ MACHADO, C. **A Trama das Vontades**: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. p. 319.

¹⁹⁹ XAVIER & HESPANHA, **op. cit.**, p. 382.

dispensada.²⁰⁰ Por conseguinte, se forma o sentimento de *vazio de dever*, justificado pela espera de retribuição de um benefício concedido.²⁰¹ Este sentimento agrega poder pessoal à medida que conecta os interesses daqueles que estão à espera de uma retribuição pelo benefício prestado e os indivíduos do outro pólo inferior. Salienta ainda o autor que todos os patronos eram intermediários e por mais *prestígio* que fosse inerente a sua pessoa, sempre havia alguém mais poderoso, culminando todos abaixo do “*senhor dos senhores*”, o Rei.²⁰²

A mercê real é a grande procura desses homens de espadas. O reconhecimento do Rei pelos seus serviços prestados é a distinção que pesa entre eles para manutenção e ascensão na sociedade. O soberano torna-se a peça chave deste grande tabuleiro social, tendo em vista que o mesmo é o indivíduo de maior prestígio.²⁰³ A busca pela atenção real povoa não somente o imaginário de indivíduos responsáveis pelas primeiras conquistas deste Reino lusitano, como também através do tempo a inúmeros homens de armas que levantam suas espadas nos infinitos recantos do Império Ultramarino Português. Neste sentido, as tropas auxiliares acenam não somente como tributo de sangue cobrado pelo governo real aos colonos para a defesa dos assédios dos inimigos da Coroa.

Este grupo social de milicianos propicia aos homens, como O Capitão Ribas, vínculos que transpassam o simples convívio em limites baseados no rigor de regulamentos militares, tão bem ensinados pelo Conde Lippe, e faz com que se entrelacem em redes sociais mais profundas, como laços de compadrio. Como ocorreu com Ribas ao conseguir que seu filho fosse batizado, por Afonso Botelho, um dos homens de maior “*prestígio*”, neste momento nos campos de Curitiba. Por conseguinte, o custear as despesas para se tornar um soldado, pode valer de mecanismos, assim com em outros corpos sociais como a Câmara Municipal ou alguma Irmandade religiosa, para angariar distinções, aumentar e legitimar sua “*qualidade*” perante o grupo que faz parte e os demais no tecido social.

Provavelmente, as distinções alcançadas por um comandante de companhia, como o Capitão Ribas não se assemelham o um soldado rés-do-chão como Antonio Bonete. Porém, tanto um comandante como o mais simples na hierarquia deste corpo de armas, tem o direito de encilhar o seu cavalo, fardar-se com todos os “penduricalhos” que são próprios

²⁰⁰ GOUVEA, FRAZÃO, SANTOS, *op. cit.*, p. 99.

²⁰¹ XAVIER & HESPANHA, *op. cit.*, 382.

²⁰² *Ibid.*, p. 382.

²⁰³ Com salienta Hespanha o prestígio social de um individuo é realçado pela sua capacidade de dispensar benefícios, bem como a sua fiabilidade no modo de retribuição dos mesmos. XAVIER & HESPANHA, *op. cit.*, 383.

de seu uniforme bélico, juntamente portar sua clavina, pistola e espada e de se identificar como um auxiliar cumpridor de seus deveres reais.

Sendo assim, procuramos não nortear a pesquisa apenas pelo cunho militar da Instituição. Contudo, algumas páginas foram dedicadas à compreensão do corpo de armas, como os motivos de sua criação, o seu ordenamento e o relevante papel como instrumento de defesa ao longo da História Militar lusitana. Relevância destacada em inúmeras linhas do estudo como força bélica responsável em muito pela constituição e manutenção do Império Português.

Contudo, temos o indivíduo e não o soldado, como a figura que preenche o nosso imaginário. O indivíduo que se farda e empunha a sua espada. Para tanto, procuramos nos demais capítulos conhecer suas escolhas, ou como muitas vezes nos referimos, suas estratégias sociais, para a constituição de matrimônios, e de compadrios. Laços sedimentados no pia batismal ou no casamento que possibilitaram para eles alianças em seu cotidiano. Também com a ajuda imprescindível das listas nominativas de habitantes, buscamos compreender um pouco mais do dia-a-dia destes homens, que friamente olhando pelo prisma das tensões bélicas somente observamos um universo voltado exclusivamente para uma continua beligerância ao seu redor. Estes colonos por mais que estejam lotados em fileiras, ditas como militares, não interrompem suas vidas. Para tanto, a importância de investigar suas ocupações e ofícios, e os meios que cada um tem disponível para manutenção de seu “fogo”.

Neste sentido, o estudo se encerra na busca de conceber uma história social destes homens de espada possibilitando uma reconstituição do vivido; e identificando as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula.²⁰⁴ Não se limitando na compreensão dos corpos de auxiliares como uma peça bélica movimentada pelos anseios de se armar súditos com o intuito de serem acionados em caso de defesa de assédios inimigos.

²⁰⁴ REVEL, J. A história ao rés-do-chão. In : LEVI, G. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000. p. 17.

FONTES MANUSCRITAS:

ARQUIVO PÚBLICO DE SÃO PAULO – Listas Nominativas de Habitantes da Vila de Curitiba (1ª e 2ª Companhias), ano de 1776. Documentos digitalizados sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE - UFPR.

_____. Mapas de recrutamento das companhias auxiliares de cavalaria da Vila de Curitiba (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), ano de 1776. Documentos digitalizados sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE-UFPR.

FONTES IMPRESSAS:

LEÃO, Ermelino A. de. **Diccionario Histórico e Geográfico do Paraná**. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1994.

NEGRÃO, Francisco (ed.). **Boletim do Archivo Municipal de Curitiba** – Documentos para a História do Paraná. Curitiba: Imprensa Paranaense. 1906.

_____. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial Estado do Paraná, 1927.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1895 a 1961, v. XIV, XVII, XXIII, XXXV, XLIII, LXVII, LXV, LXXV, LXXXIV, LXXXV.

“Lei das Armas de 9 de Dezembro de 1569”. In: Mendonça, Marcos Carneiro de. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, tomo I, IHGH, Conselho Federal de Cultura, RJ, 1972, p. 145-151.

“Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares. Lisboa, 7 de Janeiro de 1645”. In: **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa** compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

“Alvará dos Privilégios dos Auxiliares, de 24 de Novembro de 1645”. In: **Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa** compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 295.

Vocabulário Portuguez e Latino. BLUTEAU, padre R. Lisboa: Officina de Pascoal Silva, impressor de sua Majestade, 1714. Documentação fotocopiada pertencente ao ao Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDREAZZA, Maria Luiza. El papel de los censos en la produccion de las categorías sociales y espaciales de las colonias americanas. In: **Poblaciones históricas: fontes métodos, y líneas de investigación**. Rio de Janeiro. Editora Copiar, 2009.

BEBIANO, Rui. A arte da guerra. Estratégia e Tática. In: **Nova História Militar de Portugal**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores. V. 2, 2004.

_____. BEBIANO, Rui. **Literatura Militar da Restauração**. Penélope – Fazer e desfazer a História, n. 9/10,1993.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775)**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BICALHO, Maria Fernanda. **Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime**. Almanack Braziliense, n.2, novembro, 2005.

BURMESTER, Ana M. O. **Disciplinarização e trabalho: Curitiba, fins do século XVIII, início do século XIX**. QUESTÕES E DEBATES, Curitiba, 8 (14/15) : 117-127. Jul. - Dez. 1987.

COSTA, Fernando Dores. **Formação da força militar durante a guerra da Restauração**. Penélope – Fazer e desfazer a História, n. 24, 2001.

_____. **As forças sociais perante a guerra**. Analise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XXXVI, 2001.

_____. Guerra no Tempo de Lippe e de Pombal. **Nova História Militar de Portugal**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores. V. 2, 2004.

CARNEIRO, David. O Paraná na história militar do Brasil. Curitiba. Travessa dos Editores, 1995.

COTTA, Francis A. **Estados-Nacionais e Exércitos na Europa Moderna: um olhar sobre o caso português**. Belo Horizonte: Revista de História e Estudos Culturais. Julho/Setembro de 2007, v. IV, ano 4, n. 3.

DUARTE, Teresinha. **A formação de Portugal**. Vitória da Conquista. Politéia: História e Soc. v. 3, n.1, 2003.

FALCON, Francisco. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, J. **História de Portugal**. São Paulo: UNESP, 2001.

FRAGOSO, João. L. R.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de. (org.) **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 29.

_____. **Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica**. Rio de Janeiro: TOPOI, dezembro 2002, p. 41.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria. F.; GOUVEA, Maria. F. **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Miguel. **Um olhar atual sobre a “Transformação” do Conde de Lippe.** Lisboa. Revista de Marinha: Nação e Defesa, n. 112, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOUVEA, Maria. F. S; FRAZÃO, G. A; SANTOS, M.N. **Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735.** Revista Topoi, v. 5 n. 8, jan-jun. 2004.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: Fragoso, J., Bicalho, M. F. & Gouvêa, M. de F. (Orgs.). **O antigo regime nos trópicos.** A dinâmica imperial portuguesa. (Sécs. XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAMEISTER, Martha. D. **Para dar calor a nova população:** estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738–1763). Tese de doutorado apresentada ao Programa e Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER, Martha D.; GIL, Tiago. L. Fazer-se elite no extremo–Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: **Conquistadores e Negociantes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HESPANHA, Antonio. Manuel. **A mobilidade social na sociedade do Antigo Regime.** Niterói. Tempo. Revista do Departamento de Historia da UFF, v. 11, n. 21, 2006.

HOLANDA, Sergio. B. de. **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo I, A Época Colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976, p. 344.

LEONZO, Nanci. **Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: As Milícias.** Tese de doutorado apresentada junto ao Departamento da F.F.L.C.H. da USP, São Paulo, 1779.

_____. **As companhias de ordenanças na Capitania de São Paulo:** das origens ao governo de Morgado de Mateus. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Departamento da F.F.L.C.H. da USP, São Paulo, 1775.

KAC, Gilberto. **Tendência secular em estatura:** uma revisão da literatura. Rio de Janeiro. Cad. de Saúde Publica, julho/setembro de 1999, 15(3), p. 453.

MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades:** Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **O patriarcalismo possível:** relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. São Paulo: Revista Brasileira Estudos Populacionais, v. 23, n. 1, p. 167-186, jan./jun. 2006.

MAGALHÃES, João Romero. de. A Guerra: Os homens e as armas. In: **História de Portugal**. No Alvorecer da Modernidade, v. 3, Dir. José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MATTOSO, José. **Fragmentos de uma composição medieval**. Lisboa: Estampa, 1993.
_____. **Identificação de um país**. Ensaios sobre as origens de Portugal: Lisboa, v. 1, 1998. p. 223.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal** : paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEGIANE, Angela. **O jovem rei encantado:** expectativa do messianismo régio em Portugal, séculos XIII A XVI. São Paulo: Hucitec, 2003.

MELLO, Cristiane. F. P. de. **As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar**. A Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. São Paulo: USP, Revista de História 154 (1º - 2006).

_____. **Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII**. Nas Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América. Niterói. Tese de doutorado, UFF, 2002.

MONASTERIO, L. M.; SIGNORINI, M. J. S. **As condições de vida dos gaúchos entre 1889-1920:** uma análise antropométrica. Brasília. Revista Economia, Dezembro 2008, v. 9, n.4.

MONTEIRO, Nunes. G. F. Os Concelhos e as Comunidades. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal:** o Antigo Regime. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

NADALIN, Sergio. O. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994.

_____. **A população no passado colonial brasileiro:** mobilidade *versus* estabilidade. TOPOI, v. 4, n. 7, jul. – dez. 2003, p. 225.

NOGUERÓL, Luis. P. **Seis centímetros:** uma análise antropométrica da POF 2002-2003. VIII Encontro de Economia da Região Sul. ANPEC SUL, 2005.

NUNES, A. P. Quadros da vida militar: das ordenações sebasticas às invasões francesas. **Nova História Militar de Portugal**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores. V. 5, 2004.

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. **O Sangue, a palavra e a lei:** Ilegitimidade e transmissão da herança no Mundo Atlântico Português no século XVIII. Nuevo Mundo Mundos

Nuevos, Coloquios 2008: Família y organización social em Europa y América siglos XV-XX Murcia-Albacete 12-14 diciembre 2007.

PEREIRA, Magnus. R. de M. (org). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772)**. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 2003.

PRADO, Fabricio. P. **Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 9, n. 19, julho, 2003.

RAMINELLI, Ronald. Serviços e mercês de vassallos da América portuguesa. Facultad de Ciencias Humanas y Economicas. Revista Historia e Sociedad, Edición 12, 2006.

RAMOS, Donald. **Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro**. *Varia História*, 2004

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. **In** : Prefácio: LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000

REZENDE FILHO, Carlos. **Guerra e guerreiros na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1996.

RIBEIRO, Nubia. B. **Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no século XVIII**. Tese de doutorado apresentada USP, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial; 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. **In**: BETHEL, Leslie. **História da América latina: A América Latina Colonial**, vol. II. São Paulo: Edit. da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

ROWLAND, Robert. **Ancora e Montaria, 1827**. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registro das Companhias de Ordenanças. **In**: Estudos contemporâneos n. 2/3. Porto. 1981.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos**. A Administração no Brasil Colonial, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

SERRÃO, José. **História de Portugal**. O século de ouro (1465-1580), v. 3, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.

_____. **História de Portugal**. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750), v. 4, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.

SILVA, Maria. B. N. (Org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 158.

SOBRAL, Fernando. **Curso de Antropometria**. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa, 1985, p. 74.

TILLY, Charles. Las revoluciones europeas, 1492-1992. Barcelona: Bolsillo, 2000, p. 60. **Apud**: COTTA, F. C. **Estados-Nacionais e Exércitos na Europa Moderna: um olhar**

sobre o caso português. Belo Horizonte: Revista de História e Estudos Culturais. Julho/Setembro de 2007.

TRINDADE, Etelvina; ANDREAZZA, Maria. L. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VENÂNCIO, Renato. **O Compadre Governador**: redes de compadrio em vila Rica de fins do século XVIII. São Paulo. Revista Brasileira de História, v. 26, n. 52, 2006.

XAVIER & HESPANHA. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**: o Antigo Regime. Lisboa: Ed. Estampa, 1993.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria. J. **Exército, milícias e ordenanças na Corte Joanina**: permanências e modificações. Rio de Janeiro. Fundação Cultural Exército Brasileiro. Revista DaCultura, ano VIII, n. 14.

WEHLING, Arno. **História Administrativa do Brasil**: administração portuguesa no Brasil, de Pombal a D. João (1777- 1808). Coord. de Vicente Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, v. 6, 1986.